

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
HISTÓRIA

Naiara Raimundo Moraes

***“AGORA PODEMOS FALAR”*: MULHERES, CULTURA E REPRESENTAÇÃO
FRENTE A EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE ANTÔNIO
PRADO DE MINAS (1963-1976)**

Niterói

2024

NAIARA RAIMUNDO MORAIS

LINHA DE PESQUISA:

Sociedade, movimentos populacionais e de culturas

“AGORA PODEMOS FALAR”: MULHERES, CULTURA E REPRESENTAÇÃO
**FRENTE A EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE ANTÔNIO
PRADO DE MINAS (1963-1976)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Dr Rafael Martins de Oliveira Laguardia.

NITERÓI

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Morais, Naiara Raimundo.

M827 “Agora podemos falar”: mulheres, cultura e representação frente a emancipação político-administrativa de Antônio Prado de Minas (1963-1976). / Naiara Raimundo Moraes. – Niterói, RJ, 2024.

xiii, 14-161p.; il., tabs.

[Numeração da publicação: [i] – xiii-14-161p.

Referências: P. 132-141.

Anexo (s): P. 142-161.

Orientador: PhD. Rafael Martins de Oliveira Laguardia.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Salgado de Oliveira, 2024.

1. Mulheres (1960-1970) – Emancipação político-administrativa (1963-1976) - Antônio Prado de Minas (MG). 2. – Emancipação político-administrativa (1963-1976) - História. 3. Antônio Prado de Minas (MG) – História (1960-1976) .
I. TÍTULO.

CDD 981.51

NAIARA RAIMUNDO MORAIS

“Agora podemos falar”: mulheres, cultura e representação frente à emancipação político-administrativa de Antônio Prado de Minas (1963 - 1976).”

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 26 de março de 2024 pela banca examinadora, composta pelos professores:

Documento assinado digitalmente
 **RAFAEL MARTINS DE OLIVEIRA LAGUARDIA**
Data: 30/03/2024 10:35:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rafael Martins de Oliveira Laguardia

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Documento assinado digitalmente
 **VITORIA FERNANDA SCHETTINI**
Data: 28/03/2024 19:34:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Vitória Fernanda Schettini

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Documento assinado digitalmente
 **GISELLE PEREIRA NICOLAU LOUREIRO**
Data: 27/03/2024 20:39:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Giselle Pereira Nicolau

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Documento assinado digitalmente
 **ERIKA OLIVEIRA AMORIM TANNUS CHEIM**
Data: 27/03/2024 14:20:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Érika Oliveira Amorim Tannus Cheim

Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG Carangola)

Resumo

O trabalho em questão busca compreender a dualidade de emancipações (feminina e político-administrativa) em voga no município de Antônio Prado de Minas do século XX, relacionando suas possíveis aproximações e antagonismos com o papel assumido pelas mulheres católicas praticantes em diferentes âmbitos, como cultura, religiosidade e política. Para isso, utiliza-se de fontes documentais e orais, são elas: Atas da Câmara Municipal; Livros de Tombo I e II da Paróquia São Sebastião da Mata, entrevistas com mulheres da comunidade católica e com a primeira vereadora eleita do município; Boletins de Apuração do TSE-MG. Ainda, relaciona os papéis sociais esperados das mulheres entre as décadas de 1960 e 1970; traçando um paralelo com a realidade das pradenses e a atuação da vereadora. O recorte temporal inicia-se em 1963, ano que marca a instalação municipal, pós-emancipação, e estende-se até 1976, que compreende o mandato da política em questão.

Palavras-chave: Mulheres; Antônio Prado de Minas, Emancipação.

Abstract

The study aims to delve into the dual emancipations—feminine and political-administrative—that shaped the dynamics of Antônio Prado de Minas municipality during the 20th century. It explores the potential overlaps and conflicts between these emancipations and the roles played by devout Catholic women across various spheres including culture, religiosity, and politics. The research draws from a combination of documentary and oral sources, including Municipal Chamber Minutes, Parish Registers (Numbers I and II) of São Sebastião da Mata, interviews with female members of the Catholic community, and the first elected female councilor in the municipality, as well as electoral data from Superior Electoral Court of Minas Gerais. Moreover, it examines the societal expectations placed on women during the 1960s and 1970s, juxtaposing these with the lived experiences of women from Prado and the actions of the councilor. The study's timeline spans from 1963, marking the municipal establishment post-emancipation, to 1976, of the mentioned politician's term in office.

Key-words: Women, Antônio Prado de Minas, Emancipation.

Às mulheres pradenses-de-minas e todas aquelas que não tiveram sua história registrada: não precisamos nos calar.

Agradecimentos

Dois intensos anos se passaram, agora é hora de agradecer. Confesso que por vezes tentei imaginar como seria esse momento, principalmente nos dias em que sentia que nada mais “sairia”, pois o esgotamento me fazia pensar que não conseguiria concluir a pesquisa. Que bom que estava enganada. Muito se fala sobre saúde mental no ambiente acadêmico, sobretudo após enfrentarmos uma pandemia devastadora. Perdemos amigos, companheiros de jornada e quando as coisas pareciam caminhar para um cenário melhor; ingressei nessa trajetória louca e satisfatória do mestrado acadêmico, logo após concluir a graduação em História. Nesse sentido, gostaria primeiramente de poder consolar meu próprio eu, com a certeza de que dei sempre meu melhor durante esse processo e sou grata por cada momento.

Agradeço à minha rede de apoio que tornou essa jornada um pouco menos solitária, mesmo nas horas de silêncio em que apenas o “tec-tec” das teclas do notebook ecoavam quarto afora. Minha família, base de quem sou. Meus pais, que mesmo interrompendo os estudos na antiga 4ª série nunca deixaram de me apoiar e incentivar a leitura e escrita desde a infância. Dona Bel e Seu Nairon, sua filha será mestra em História! Às minhas irmãs, que tantas vezes me ouviram desabafar sobre as dúvidas, inseguranças e sonhos, Millena e Lorena. Meu sobrinho João Paulo que sempre me diz: “Tia Naná, você estuda demais, tem que descansar!”, foram lembretes muito importantes! Meu marido, Bruno que incontáveis vezes secou minhas lágrimas, buscou mais água ou café, me chamou para um passeio de moto nos momentos de ansiedade e ajudou com tudo que estava ao seu alcance – os mapas ficaram mais coloridos com sua ajuda no design! Minha cunhada, Maria Fernanda (ou Nanda, para os mais íntimos), que foi piloto de fuga e encarou chuva e sol para me levar aos arquivos que tanto acrescentaram ao trabalho. Para além do apoio afetivo, me ajudaram a buscar as fontes, bibliografias, mediaram contatos e aprovaram meus textos até mesmo quando eu não tinha tanta segurança. Amo muito todos vocês! Essa vitória também é de vocês!

Agradeço, com muito carinho, aos amigos que tornaram meus dias mais leves e noites mais divertidas. Sempre dispostos a me animar em momentos de cansaço, ouvir nos desabafos e interessados no desenvolvimento da pesquisa. Vocês são demais! Deixo também meus agradecimentos à minha querida psicanalista, Fernanda Dalla Paula. Por vezes, a solidão e incerteza da escrita nos confrontam de tal forma que despertam dúvidas sobre nossa própria capacidade de empreender um trabalho tão importante. Agradeço por todos os puxões de orelha,

as “cutucadas” para me fazer pensar, repensar e elaborar com clareza o que realmente me angustiava, e principalmente os cortes que me deixam refletindo a semana toda sobre outro tema totalmente novo. Sem sanidade não chegaria até aqui, obrigada por me ajudar a segurar a barra!

Agradeço ao meu antigo professor e atual colega de trabalho na Escola Estadual Geraldo Rocha, Filipe Rocha Dutra. Quando iniciei a licenciatura em História, foi ele quem me inspirou a ideia do trabalho, ajudou a construir um projeto, que se tornou meu Trabalho de Conclusão de Curso, mediou o acesso às pessoas que contribuíram com seus relatos. Hoje aquela inspiração rendeu frutos para uma dissertação de mestrado. Obrigada!

De modo especial, agradeço aos colegas de jornada do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira Niterói. Conheci o PPGH através da professora Vitória Schettini e me surpreendi positivamente com o corpo docente altamente qualificado, mas que também busca acolher os discentes com muito carinho. À coordenadora e amiga, professora Vivian Zampa por todo apoio, incentivo e “luz no fim do túnel” nos momentos mais tensos. Ao meu professor-orientador, Rafael Laguardia, por todos os direcionamentos acertados, novos conhecimentos e reuniões produtivas e leves. Aos demais docentes que tanto contribuíram para minha formação integral, com um carisma carioca diferenciado. Agradeço, ainda, aos amigos que conheci e me aproximei ao longo desses anos. Nossos trabalhos em comum e pequenos “surto” compartilhados formaram laços que pretendo carregar para além da formação.

Ainda, agradeço ao fiel escudeiro, companheiro de turma e guia turístico em Niterói, Gabriel Sant’anna, em breve o mais novo mestre em História. Aos mineiros que eram colegas de curso no FASM e hoje são amigos que se aproximaram durante a pós, Débora, Ronaldo, Rafael. Todos os momentos de motivação mútua e compartilhamento de descobertas foram muito importantes! Essa é a conexão Rio-Minas que deu certo demais! Às queridas parceiras das mídias sociais do PPGH UNIVERSO, Prof^a Vivian Zampa, Natália Ferreira e Karina Brotherhood; foi um prazer dividir o estágio, fóruns e tantos eventos com vocês.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, que me agraciou com uma bolsa de pesquisa que me acompanhou ao longo de todo processo. O financiamento foi essencial para custear as idas à Niterói, os materiais de estudos, visitas aos arquivos e demais necessidades surgentes da pesquisa. Ressalto que sou fruto das políticas públicas voltadas à educação. Concluí toda a educação básica em escola pública, na

renomada Escola Estadual Geraldo Rocha. Me graduei como bolsista ProUni em História na Faculdade Santa Marcelina Muriaé. Agora, finalizo o mestrado como bolsista Capes, com a certeza de que a educação é a chave para a transformação social e ciência é investimento.

Com muito carinho, agradeço aos alunos de diferentes segmentos que me acompanharam ao longo desse trajeto, sempre me perguntando quando eu teria outra apresentação e desejando boa sorte. A Tia Naiara carrega vocês em um cantinho especial do coração!

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao povo prandense-de-minas que tão bem recebeu minha pesquisa e contribuíram tanto com fontes particulares e narrativas de memória. Aliás, agradeço às minhas “fontes vivas”, as mulheres de Antônio Prado de Minas que cederam seu tempo para compartilhar com riqueza de detalhe suas memórias. Agora, elas jamais serão esquecidas. Aos arquivos que abriram suas portas e incontáveis pessoas que de alguma forma contribuíram para que as documentações fossem acessadas. A nossa história é escrita em conjunto, vocês são sujeitos e objetos desse trabalho, obrigada!

Abreviaturas

AI – Ato Institucional

APM – Antônio Prado de Minas

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

EUA – Estados Unidos da América

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPE – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MG – Minas Gerais

PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais

PR – Partido Republicano

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido trabalhista Brasileiro

RJ – Rio de Janeiro

SIG – Sistema de Informação Geográfica

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UBS – Unidade Básica de Saúde

UDN – União Democrática Nacional

Lista de Imagens

Imagem 1: Mapa de localização de São Manoel, século XX.

Imagem 2: Modelo de Questionário pré-estabelecido para entrevistas, 2018.

Imagem 3: Modelo do questionário pré-estabelecido para a entrevista com a vereadora, 2023.

Imagem 4: Expansões da Estrada de Ferro Leopoldina, 1910.

Imagem 5: Planta da Ponte sobre o rio Gavião de São Manoel, 1923.

Imagem 6: Mapa do Município de São Manoel, 1926.

Imagem 7: Fragmento do Mapa de Minas Gerais, com destaque para São Manoel, 1939.

Imagem 8: Cartaz da Festa de Julho de Antonio Prado, 1955.

Imagem 9: Escolas em Eugenópolis e Antônio Prado entre 1958 e 1976.

Imagem 10: Saúde em Eugenópolis e Antônio Prado entre 1950 e 2005.

Imagem 11: Justiça e Segurança em Eugenópolis e Antônio Prado entre 1948 e 1963

Imagem 12: Bilhete de trem do trecho de Antônio Prado a Eugenópolis, 1976.

Lista de Tabelas

Tabela 1: Quadro de funcionários do pleito eleitoral municipal de 1966 em Antônio Prado de Minas, por gênero.

Tabela 2: Quadro de funcionários da Junta Apuradora da eleição municipal de 1972 em Antônio Prado de Minas, por gênero.

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1. Do Vale do Gavião a Antônio Prado de Minas – os caminhos da emancipação político-administrativa municipal de 1963	19
1.1. Formação territorial e primeiros registros sobre o povoado de Antônio Prado, no Vale do Gavião	19
1.2. Do distrito de Antonio Prado ao município de Antônio Prado de Minas: o processo de emancipação político-administrativa	37
1.2.1. Poder e regionalidade: questões ao “zoom do caleidoscópio histórico”	41
1.2.2. Política “à moda pradense”: processo de emancipação político-administrativa de Antônio Prado de Minas	44
Capítulo 2. As faces pradenses-de-minas: contornos culturais do município e representatividade feminina	51
2.1. O aspecto local do “tornar-se mulher”: apontamentos sobre o diálogo entre História das Mulheres, feminismos e História Regional	52
2.1.2. “Mulher” não, “mulheres”: pluralidade regional e intersecção	57
2.1.3. “Procure a mulher”: diálogos entre crônica e Micro-História em Machado de Assis....	65
2.2. “Não se nasce mulher, torna-se mulher”: contestação, “papéis” femininos e posicionamento das pradenses-de-minas na década de 1960.	71
2.2.2. Ventos de mudança em solo de tradições conservadoras: tornar-se mulher em Antônio Prado de Minas na década de 1960.....	78
Capítulo 3. Emancipação política e feminina no município de Antônio Prado de Minas	90
3.1. “Agora podemos falar”: nos trilhos da busca pela autonomia feminina	102
3.1.1. Mulheres e o processo eleitoral em Antônio Prado de Minas	106
3.2. Projeto Rondon: melhorias municipais alcançam território pradense sob influência política feminina	122
Considerações Finais	127
Fontes	132

Referências Bibliográficas	133
Anexos	142
Anexo 1. Entrevistas.....	142
Anexo 2. Entrevista com a primeira vereadora de Antônio Prado de Minas, Arlete Helena Rocha Dutra.	144
Anexo 3: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para entrevistas de 2018.....	158
Anexo 4: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para entrevista de 2023.	159

Introdução

No Vale do Gavião, localizado a aproximadamente 350 quilômetros de distância da capital mineira; emerge contornado pelos morros o município de Antônio Prado de Minas. Com configurações que em muito se diferenciam da região metropolitana, a “Princesinha das Gerais” constantemente é reconhecida na região através dos seus antigos laços distritais e de proximidade geográfica; dos quais citam-se os municípios vizinhos: Eugenópolis e Muriaé – ambos no território de Minas Gerais –, bem como Porciúncula – município que compõe o estado do Rio de Janeiro. Pode-se atribuir esta relação a algumas características formadoras da localidade, como extensão territorial, população e emancipação político-administrativa recente.

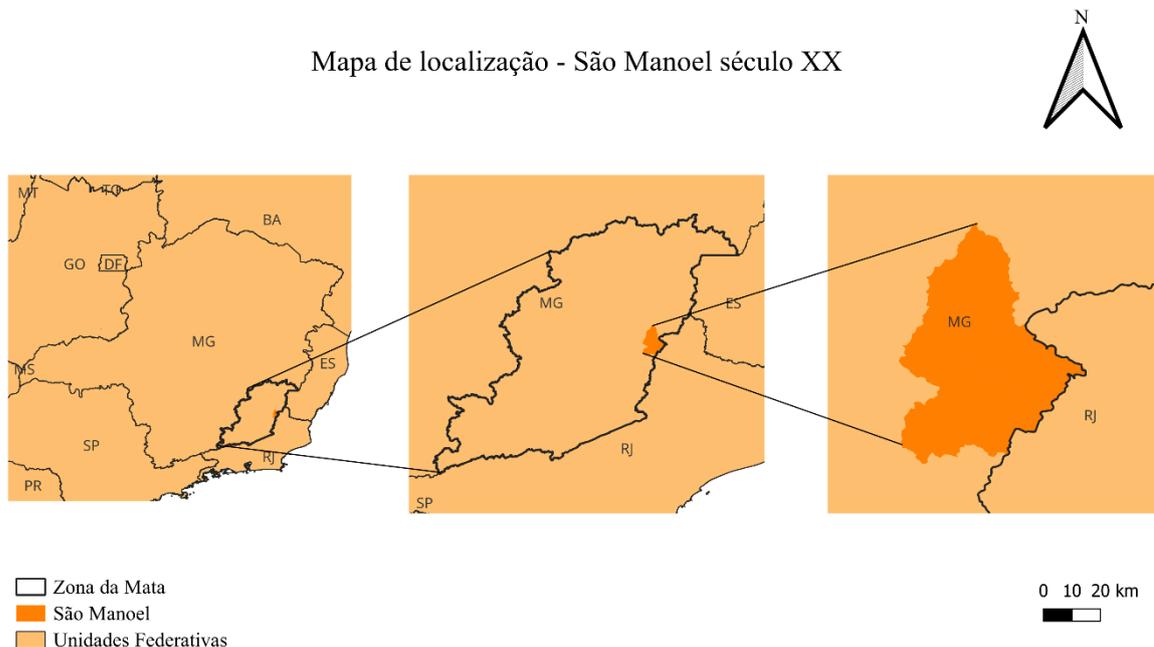
A primeira característica diz respeito à reduzida extensão territorial de Antônio Prado de Minas, que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) correspondia à área de 83,802 quilômetros quadrados em 2021; medidas estas que compreendem o território urbano e rural¹. Soma-se ainda a distância significativa da capital do estado, ausência de transportes públicos coletivos para locomoção intermunicipal e as ainda incipientes ações de promoção ao turismo local.

Os dados relativos à densidade populacional acrescentam ao quadro geográfico descrito. Segundo estimativas relacionados ao censo demográfico de 2010 em conjunto com dados estimados da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE em 2020; a população pradense-de-minas contava com 1577 habitantes no ano de 2021, bem como densidade demográfica de 19,94 habitantes por quilômetro quadrado no mesmo ano de referência². Tratando-se de um município com número de habitantes que mais se assemelha à população de muitos bairros, inclusive da microrregião a qual o município pertence; é possível associar mais essa característica ao lugar de anonimato que lhe é frequentemente destinado.

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades e Estados*: Antônio Prado de Minas. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/antonio-prado-de-minas.html>. Acesso em: 16 mar. 2023.

² *Ibidem* ¹.

Imagem 2: Mapa de localização de São Manoel, século XX



Fonte: Unidades da Federação, Mesorregiões, IBGE (2022).

Historicamente, na Zona da Mata Mineira, região do atual estado de Minas Gerais de ocupação tardia - após liberação de fronteiras por parte da Corte Portuguesa – despontaram novas comunidades por volta dos oitocentos. Vitória Fernanda Schettini Andrade descreve a mesorregião que se desenvolve, principalmente entre os séculos XVIII e XIX, a partir da abertura do Caminho Novo:

Assim, no alvorecer dos oitocentos, nascia nesta região um outro Brasil, destruído pelas escavações das minas, mas com uma fronteira agrícola imensa a ser desbravada no meio de currais, colinas, montanhas, com clima e maneira de viver, talvez parecida, mas não idêntica a outras regiões do imenso espaço brasileiro³.

³ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. A formação econômica dos sertões do Muriaé. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, n 24., 2007, São Leopoldo. *Anais [...]*. São Leopoldo: Unisinos, 2007. p. 4. Disponível em:

Para além do crescimento econômico propriamente dito, os aldeamentos indígenas foram fatores ativos na consolidação de novas localidades. Logo, a partir do “Quartel de Robinson Crusoe” – demarcado por volta de 1818 -, surgiria São Paulo do Muriaé dotado de 11 freguesias⁴. Entre elas, a freguesia de Nossa Senhora do Patrocínio do Muriaé, desmembrada em 1870, dando origem ao distrito muriaeense de São Sebastião da Mata. Somente em 1891 o então distrito seria elevado à categoria de município, adotando o nome de São Manuel; do qual posteriormente se desmembraria o distrito de Antônio Prado⁵. A partir dessa trajetória de configurações e reconfigurações surgiria o município de Antônio Prado de Minas. Pode-se atribuir à gênese da localidade dois principais fatores: a chegada da linha férrea *The Leopoldina Railway Ltda.*, em 1886 e a doação de terras de Carlota Elisa Ferreira para a construção de uma capela votiva à Nossa Senhora Aparecida, em 1908⁶; a emancipação política viria mais tarde.

Sendo assim, enfatiza-se mais uma característica referente às questões político-administrativas que envolvem o território pradense: sua emancipação recente, na segunda metade do século XX. Reconhecido como distrito de Eugenópolis oficialmente em 1948, os caminhos que levaram o distrito à sua emancipação político-administrativa – de grande interesse nesse trabalho – chegam até a década de sessenta, com a sanção da lei estadual nº 2764 de 30 de dezembro de 1962, que elevava a localidade à categoria de município, adotando o topônimo Antônio Prado de Minas, culminada na instalação da sede em 01 de março de 1963⁷. Com apenas sessenta anos de autonomia na tomada de decisões políticas e de medidas administrativas; compreende-se mais este fator contribuinte para seu desconhecimento ao grande público. Sobre este ponto, torna-se necessário ressaltar os critérios emancipatórios:

I - População estimada, superior a 10.000 (dez mil) habitantes ou não inferior a 5 (cinco) milésimos da existente no Estado;

II - Eleitorado não inferior a 10% (dez por cento) da população;

<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Vitoria%20F%20Schettini%20de%20Andrade.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

⁴ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Ocupação e formação econômica dos sertões do Muriaé. *Duc in altum*, Muriaé, vol. 6, 2007, p.157.

⁵ PREFEITURA DE EUGENÓPOLIS (Minas Gerais). *Município de Eugenópolis*. Disponível em: <<https://www.eugenopolis.mg.gov.br/a-cidade.html>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

⁶ RAMOS, Antônio Soares. *O vale do Gavião*. Vol. III. Itaperuna: Damadá, 1994, p. 13, 14.

⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS. *A História*. 2017. Disponível em: <https://www.antoniopradoeminas.mg.gov.br/a-cidade/a-historia.html>. Acesso em: 16 mar. 2023.

III - Centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas);

IV - Arrecadação, no último exercício, de 5 (cinco) milésimos da receita estadual de impostos⁸.

Sendo assim, destaca-se o enfoque regional deste trabalho, cujo recorte espacial se voltará ao município de Antônio Prado de Minas; tendo como temporalidade definida o período de 1963 a 1976. Logo, busca-se compreender o cenário selecionado no período emancipatório e em seus primeiros anos de autonomia política; cujo destaque se dá na data limite, com o início do mandato da primeira vereadora pradense-de-minas. Afinal, nesse espaço as mulheres desempenharam diversas atividades que contribuíram com o desenvolvimento local, o que torna necessário conhecê-las.

Neste cenário interiorano, a religiosidade se faz presente de maneira relevante, influenciando inclusive os aspectos culturais que dão forma à comunidade. Sob tal âmbito, a presença feminina se destaca de forma predominante, em sentido inverso aos dados estatísticos da população local, que segundo a Enciclopédia de Municípios Brasileiros de 1959, contava com maioria masculina tanto na Vila de Antônio Prado (288 homens e 275 mulheres), quanto em um quadro rural não discriminado da população de Eugénópolis em geral (6557 homens e 6226 mulheres)⁹. Logo, a ênfase feminina é atribuída por conta de sua atuação no meio eclesiástico, fator este que se reforça pelo papel tradicionalmente destinado a estas personagens.

Sobre o ideal feminino de conduta, Beatriz Sales Dias analisa os critérios socialmente aceitos para que uma mulher fosse considerada honrada no século XVIII: “casada, mãe, afeita à piedade religiosa e à vida doméstica, obediente ao marido e a Deus e preocupada em consolidar sua família”¹⁰. Apesar de remeter aos setecentos, é um tanto quanto curioso constatar permanências que ainda se apresentariam no cotidiano de mulheres da Zona da Mata Mineira no século XX. Em boa medida, a máxima de que “a mulher só existiria em sociedade em relação

⁸ BRASIL, *Lei Complementar nº 1, de 09 de novembro de 1967*. Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia as populações locais para a criação de novos municípios, e dá outras providências. Brasil: Presidência da República, [1967]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp01.htm. Acesso em: 28 jul 2023.

⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 115.

¹⁰ DIAS, Beatriz Sales. *Temente a Deus e à justiça: uma análise da construção da “mulher de bem” no aparato judicial das Minas no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023, p. 36.

ao homem”¹¹ não se rompe por completo em consonância com as viradas de séculos. Sobretudo, tendo em vista as fiéis de uma comunidade católica, somam-se camadas interrelacionadas que constituem este molde de honra quase sagrado.

Muitos são os adjetivos que o cristianismo conferiu ao ideal de mulher pelos séculos: virtuosa, sensata, prudente, exemplar. O Catecismo da Igreja Católica cita as mulheres santas como aquelas que “mantiveram viva a esperança da salvação de Israel”¹²; com destaque especial para a mais pura, Maria. Por outro lado, nos evangelhos se encontram representações femininas de infidelidade a Deus, insubordinação às leis – sagradas e dos homens – e até mesmo a responsabilidade pelo pecado no mundo; o que pode gerar uma nova lista de características distintas: impura, desobediente, imoral. Diante dos exemplos tidos como negativos, podemos citar Eva, do Antigo Testamento e Lilith, dos evangelhos apócrifos.

A narrativa judaico-cristã descreve Eva – cujo nome vem do hebraico com o sentido de “a que faz ser, faz existir, faz viver”¹³ – enquanto a primeira mulher criada por Deus, logo, também a primeira esposa e mãe; cuja própria existência se baseia na função de companheira do homem, que dele surgiu¹⁴. Lilith, por sua vez, teria seu mito retirado da escrita bíblica tradicional como um “projeto falho”, não só pela desobediência, mas também pela insubmissão ao homem e a Deus quando não aceita ser dominada por Adão e foge do paraíso; tornando-se a mãe dos demônios e culpada pelas poluições noturnas masculinas e morte de recém-nascidos¹⁵. Em uma análise sobre as aproximações entre estas duas figuras, Roque de Barros Laraia pontua

Estruturalmente, Lilith e Eva cometeram o mesmo crime, o da desobediência ao Senhor e foram punidas da mesma forma: Todos os dias, por toda a eternidade, Lilith, “a mãe dos demônios” tem que se conformar com a morte de 100 lilim; da mesma forma, Eva é a responsável pela morte de todos os seus descendentes que poderiam ser imortais se continuassem a viver no Paraíso¹⁶

¹¹ DIAS, Beatriz Sales. *Temente a Deus e à justiça: uma análise da construção da “mulher de bem” no aparato judicial das Minas no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023, p. 36.

¹² *CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA*. 3ª ed. São Paulo: Ave Maria, 1993, p. 31.

¹³ BARROS, Maria Nazareth Alvim de. *As deusas, as bruxas e a Igreja: séculos de perseguição*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2001, p. 77.

¹⁴ *Ibidem* ¹³, p. 76, 77.

¹⁵ LARAIA, Roque de Barros. Jardim do Éden revisitado. *Revista de Antropologia USP*, São Paulo, v. 40, nº 1, 1997, p. 151, 152.

¹⁶ *Ibidem* ¹⁶, p. 160.

Logo, ainda que se diferenciem pelo surgimento e perfil assumidos, ambas as personagens têm em comum o flagelo de sua condição feminina: a submissão, que poderia tê-las sacralizado como aconteceu com Maria; ou a morte, fruto de seu pecado. Entre “Liliths”, “Evas” e “Marias”, é inegável que se estabeleceu um estereótipo de conduta para as mulheres católicas no qual deve-se valorizar sua vocação específica, de cuidado e instrução da família pelo exemplo mariano¹⁷, além de rejeitar as tentações do mundo – inclusive o poder.

Enquanto o catolicismo preserva o sacerdócio unicamente masculino, o qual se afirma como justificado nos cânones pelo exemplo de Cristo, que escolheu apenas homens como apóstolos¹⁸; o cotidiano pastoral revela um cenário muito mais distinto. Nesse sentido, necessita-se destacar a linha tênue entre público e pessoal que permeia as relações de sociabilidade nos contextos religiosos, sobretudo, em pequenas comunidades.

Em “Sobreviventes e Guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000”, Mary Del Priore analisa o tradicionalismo que envolve o cotidiano feminino, que conserva uma série de permanências. Como demonstra, em 1955 o periódico *Jornal das Moças* dedica seu espaço para aconselhá-las sobre como deveriam se comportar para garantir a felicidade conjugal, de sua responsabilidade; sempre tendo em vista sua conduta em relação aos respectivos maridos:

Acompanhe-o nas suas opiniões [...]; quanto mais você for gentil na arte de pensar, tanto maior será o seu espírito no conceito dele. Esteja sempre ao seu lado, cuidando dele, animando-o [...], reconhecendo seus gostos e desejos [...]. A mulher tem uma missão a cumprir no mundo: a de completar o homem. Ele é o empreendedor, o forte, o imaginoso. Mas precisa de uma fonte de energia [...], a mulher o inspira, o anima, o conforta [...], a arte de ser mulher exige muita perspicácia, muita bondade. Um permanente sentido de prontidão e alerta para satisfazer às necessidades dos entes queridos¹⁹.

Logo, na mescla entre público e privado; o “eu” feminino é constantemente redefinido através de padrões de comportamento idealizados, como nos exemplos bíblicos ou normas sociais que acabam por reforçá-los; como se a experiência de ser mulher continuasse

¹⁷ JOÃO PAULO II. *Carta Apostólica Ordinatio Sacerdotalis*. Vaticano: 1994. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/1994/documents/hf_jp-ii_apl_19940522_ordinatio-sacerdotalis.html. Acesso em: 13 nov. 2020.

¹⁸ *Ibidem*¹⁷.

¹⁹ PRIORE, Mary Del. *Sobreviventes e Guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000*. 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2020, p. 188-189.

atravessada por pontos de vista de terceiros. Por outro lado, a atuação dessas personagens femininas no contexto religioso também ultrapassa as paredes da paróquia e se reflete nos costumes, tradições e identificação do grupo social a qual pertencem. Assim, a tentativa de delimitação de papéis não deve ser encarada como intransponível, uma vez que as mudanças na sociedade impactam as ações e posicionamentos da instituição, vide Concílio do Vaticano II de 1962, por exemplo.

A década de 1960, de maneira específica, não ganhou o título de “anos rebeldes” sem motivo: com o fim da segunda guerra mundial, surge a esperança de recomeço e o clima de busca por melhorias se espalha mundialmente. Por um lado, reforçado com a inserção política e intelectual dos jovens na sociedade através de certa estabilidade financeira em países ocidentais na segunda metade do século²⁰. De maneira específica, destaca-se os movimentos de maio de 1968, que tem como estopim a reivindicação estudantil de livre acesso pelo campus universitário de Sorbonne (na França), sem discriminação entre homens e mulheres; que se somaria ao movimento operário, enquanto o clima revolucionário se fortalecia em outras partes do mundo²¹. Por outro lado, a efervescência por mudanças sociais se materializava em movimentos como a contracultura e o feminismo contemporâneo nos EUA, afinal, o impacto dos marcadores sociais de diferença nos direitos civis estavam em evidência²².

Logo, o que faz com que uma comunidade se identifique como tal? O que liga diferentes indivíduos em determinado grupo? Não são só as fronteiras geográficas, configurações políticas e elementos econômicos que unem um povo, mas também a forma como se relacionam, bem como os frutos que nascem deste encontro de personalidades. Nesse sentido, pensar a memória como parte integrante de identidade significa reconstruir trajetórias e vivências, que através de diálogo constante, moldam a cultura de um povo em sua pluralidade²³. Porém, deve-se levar em conta que a valorização da multiplicidade de fontes, para além dos documentos oficiais e estatais, nem sempre foi uma máxima da historiografia. Marc Bloch - um dos precursores da Nova História - é quem chama a atenção para a utilização de testemunhos como fonte histórica: “A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve,

²⁰ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

²¹ VARELA, Raquel; SANTA, Roberto dela. O maio de 68 na Europa: Estado e Revolução. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, vol. 09, nº 2, jun 2018, p. 972.

²² *Ibidem*²¹, p. 974.

²³ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 4.

tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele”²⁴. Michael Pollak, por sua vez, enfatiza o poder da História Oral de vociferar memórias subterrâneas, uma vez que

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amigos, esperando a hora da verdade.²⁵

Posto isto, ouvir os sujeitos da história significa aliar narrativas compartilhadas, enquanto rompem-se hierarquias. Assim, intui-se relacionar as representações dos espaços idealizados para ocupação feminina no catolicismo com o efetivo impacto histórico e cultural que a ação dessas mulheres exerceu sobre a comunidade, analisando especificamente a primeira década de emancipação política do município de Antônio Prado de Minas. Entende-se que tal atuação desempenhou importante papel na formação da identidade municipal frente ao patriarcado, para além das fronteiras do âmbito religioso, onde a memória reflete uma ligação intrínseca entre a religiosidade e vida na localidade.

De maneira específica, destaca-se o patriarcado como característica marcante não apenas do recorte espacial dessa pesquisa, mas da sociedade de modo geral. Heleieth Safiotti inclusive aponta que a dominação masculina sobre as mulheres se mostra de forma estrutural socialmente há seis milênios²⁶. Logo, conceitua o termo como um sistema de dominação que se estende para além da lógica machista, pois pratica a exploração: “Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico”²⁷. Nesse sentido, a dominação se estenderia aos mais diferentes âmbitos, na vida privada e pública. Logo, a submissão é incentivada como característica virtuosa para que o status quo se mantenha, afinal, os “homens temem perder privilégios que asseguram sua supremacia sobre as mulheres”²⁸. Diante da modernidade em ascensão, surgem novos caminhos para que tais mulheres vislumbrassem possibilidades além do “fogão” e do “amém”: os bastidores abrem suas cortinas e torna-se

²⁴ BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Mira-Sintra; Mem Martins: Publicações Europa América, 1997. Col. “Fórum da História” [Edição revista, aumentada e criticada por Étienne Bloch, com prefácio de Jacques Le Goff], p. 114.

²⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Antônio Prado de Minas*. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/antonio-prado-de-minas/panorama>. Acesso em: 13 out. 2021.

²⁶ SAFIOTTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. Coleção Polêmica. São Paulo: Moderna, 1997, p. 50.

²⁷ *Ibidem*²⁶.

²⁸ *Ibidem*²⁶, p. 16.

possível caminhar rumo ao protagonismo. À vista disso, apresenta-se o município de Antônio Prado de Minas a partir das fontes que contam sua história; logo, a documentação pertinente descrita na sequência.

A dissertação em questão justifica-se pela viabilidade de acesso às fontes primárias, bem como pelo pioneirismo da temática escolhida para o contexto espacial analisado, como continuidade a pesquisas iniciadas na graduação. Assim sendo, como aprofundamento de uma primeira análise monográfica, adotou-se a utilização combinada de fontes dissemelhantes: documentais e orais. As fontes documentais, dizem respeito a registros paroquiais do século XX: os Livros de Tombo I (1923 – 1960) e II (1961 – atual) da Paróquia São Sebastião da Mata de Eugenópolis, à qual se submete a comunidade católica pradense-de-minas. Sobre a relevância da documentação paroquial, o Código de Direito Canônico de 1983, no cânon 535, afirma:

§ 1 - em cada paróquia haja os livros paroquiais, isto é, o livro de batizados, de casamentos, de óbitos, e outros, de acordo com as prescrições da Conferência dos Bispos ou Bispo Diocesano; cuide o pároco que esses livros sejam cuidadosamente escritos e diligentemente guardados²⁹.

Ainda sobre a importância da documentação primária em estudos históricos, Katharine Silva de Oliveira Soares reitera

O estudo de textos antigos, sejam eles manuscritos ou não, nos ajuda a revelar a história social, cultural e econômica da sociedade de uma determinada época. Os documentos antigos possibilitam o resgate de parte da história contada por quem a presenciou e, ter acesso a esse testemunho, é acessar diretamente um fato que foi registrado, guardado na memória de um grupo social³⁰.

As informações são dispostas nos livros paroquiais em ordem cronológica e datadas, retratando acontecimentos da comunidade a partir do ponto de vista dos párocos. As fontes orais, por sua vez, referem-se a entrevistas realizadas no ano de 2018 – durante a graduação em

²⁹ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA. *Código de Direito Canônico*. Lisboa, 1983. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf>. Acesso em 23 abr 2020.

³⁰ SOARES, Katharine Silva de Oliveira. A estrutura de testamentos do século XVIII da Capitania do Ceará. *Revista Diálogos*. 2020.

História – com membros do Patrimônio de Nossa Senhora em Antônio Prado de Minas, previamente convidados, cujos critérios de seleção serão melhor especificados posteriormente. O panorama geral dos questionários e resultados foram analisados em “Antônio Prado de Minas: memória religiosa e cultural (1923 – 1980)”, como critério para obtenção do título de Licenciatura em História. Todavia, a riqueza das narrativas permite novas análises como a que se propõe nessa pesquisa. Ainda, acrescenta-se ao material previamente analisado um retorno às fontes orais com novas entrevistas focadas no recorte escolhido – 1963 a 1976 -, a fim de ampliar a compreensão dos papéis exercidos pelas mulheres pradenses-de-minas nos demais contextos sociais pós-emancipação municipal.

Em um contexto mais amplo, a sociedade brasileira do século XX passava por uma série de mudanças: industrialização, desenvolvimento e crescimento dos meios de transporte, ascensão da classe média, avanço nos meios de comunicação. Ainda que tais melhorias chegassem primeiro aos centros urbanos, alguns aspectos culturais permaneciam reforçados tanto nas metrópoles em crescimento, quanto no interior – mesmo que se manifestem em níveis de intensidade diferentes. Em análise sobre o padrão de comportamento esperado das mulheres por volta dos anos 1950, de acordo com revistas e jornais vinculados na época, Carla Bassanezi sintetiza o ideal de “moça de família”: comportadas, submissas aos pais, puras e castas até o casamento³¹. Assim, escapar do caminho da leviandade se tratava de uma tarefa esperada das mulheres “de família” como forma de manter um *status* respeitável na sociedade. O incentivo aos bons costumes iniciava-se em casa, logo, a criação religiosa confere a essas moças os exemplos de conduta ideais para uma vida plena diante de Deus e dos homens; afinal, “a força e a honra são seu vestido, e se alegrará com o dia futuro”³².

Dez anos depois, o fervilhar do movimento feminista estadunidense aliado à chegada da pílula anticoncepcional estremecem essa estrutura. Como pontuam Vargas, Benchimol e Umbach, “para a geração dos anos 60, era preciso mais do que estudar, trabalhar, namorar; era preciso viver a política, que se refletia em todas as instâncias sociais, incluindo as universidades, as empresas, a cultura de maneira geral”³³. Logo, os questionamentos à

³¹ BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

³² BÍBLIA, A.T. Provérbios 13.25. In *Bíblia Online ACF*: Almeida Corrigida Fiel. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/pv/31>. Acesso em: 26 jan 2022.

³³ VARGAS, Andrea Quilian de; BENCHIMOL, Ana Paula Fogaça; UMBACH, Rozani Ketzner. A mulher nos anos 60: frágil ou subversiva? *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo*, Santa Maria, n° 24, p. 81-92, jul/dez 2014. Semestral. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/LA/index>. Acesso em: 29 jun. 2022.

submissão feminina tornam-se mais enérgicos. Todavia, encarar tais reivindicações frente ao país que enfrentaria uma ditadura militar entre 1964 e 1985 significava perceber obstáculos ainda mais difíceis de serem vencidos por essas mulheres, sobretudo, em municípios do interior onde o acesso às principais discussões sociais do mundo era cerceado por um limitado número de periódicos e programas de rádio.

O município de Antônio Prado de Minas integra a região de Muriaé, em zona fronteiriça com o noroeste fluminense, porém, sua história permaneceu na obscuridade por anos. Logo, trata-se de um contexto que carece de novas pesquisas, uma vez que a produção de historiografia pertinente – como esta se propõe ao relacionar aspectos sociais, religiosos e culturais – traz à tona os “esquecidos” da História; como a abordagem “vista de baixo” que E. P. Thompson³⁴ sugere.

Ao ingressar na graduação em História e reconhecer o papel social das pesquisas acadêmicas, não restaram mais dúvidas sobre a temática escolhida para a construção de um trabalho de conclusão de curso: Antônio Prado de Minas tornara-se, naquele momento, objeto de pesquisa. Para embasar o empreendimento enquanto científico, foi necessário buscar as fontes primárias, os Livros de Tombo I e II da Paróquia São Sebastião da Mata combinados às entrevistas com membros da comunidade católica Nossa Senhora Aparecida, uma vez compreendida a importância da presença do Patrimônio religioso católico para o florescimento do município. Ainda trilhando novos passos no longo trajeto dos fios e rastros historiográficos, surge a motivação para ampliar o trabalho realizado em 2021, através desta dissertação de mestrado, agora com novo foco: a dupla emancipação vislumbrada na localidade entre os anos sessenta e setenta; autonomia político-administrativa conquistada pelo município e liberdade de atuação em papéis de protagonismo social pelas mulheres pradenses-de-minas, inclusive galgando espaço na política.

Com as considerações finais da pesquisa em questão, pretende-se acrescentar mais algumas páginas aos registros historiográficos pertinentes à municipalidade, para que os cidadãos de Antônio Prado de Minas possam compreender de forma mais ampla sua história e formação identitária enquanto cidade, processo este que permanece em construção. Ainda, almeja-se contribuir para a historiografia regional da Zona da Mata Mineira, que vive momentos de crescente nas produções. Assim, se acrescenta a possibilidade de enxergar a posição de

³⁴ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

apêndice nas trajetórias históricas de outras localidades apenas como um dos giros do caleidoscópio histórico. É possível vislumbrar um ponto de vista onde se proporciona espaços de protagonismo para aqueles que constantemente tem sua identidade e história definidas por outrém.

De maneira específica, o título iniciado pelo termo “Agora podemos falar” diz respeito a um trecho da entrevista 15, realizada em 2023 com a primeira vereadora de Antônio Prado de Minas. Ao relatar sobre sua experiência no plenário da Câmara Municipal, descreve sua participação política como a possibilidade de ser ouvida e dar voz a outras mulheres. Tendo em vista a importância da representatividade para as causas femininas, sobretudo em âmbitos considerados anteriormente como “masculinos”, sua fala traz impacto à investigação sobre o trajeto rumo à emancipação das mulheres pradenses-de-minas.

Tendo como ponto de partida o processo de emancipação político-administrativa, efetivado em 1963, que confere liberdade de escolhas voltas às necessidades da comunidade agora autônoma, pretende-se aliar mais uma perspectiva à polissemia da liberdade: aquela alcançada pelas mulheres. Em um contexto mundial de conquista de direitos e chegada da nova onda de movimentos feministas ao Brasil, objetiva-se, ainda, aliar a emancipação feminina em voga, personificada na representação alcançada na câmara pela primeira mulher eleita vereadora municipal em 1973. O fato em questão poderia ser apontado como um exemplo de alcance da liberdade, por essas mulheres, ou tal feito deve ser encarado como exceção à regra no contexto analisado?

No primeiro capítulo, intitulado “Do Vale do Gavião a Antônio Prado de Minas: os caminhos da emancipação municipal de 1963”, pretende-se apresentar a localidade de Antônio Prado de Minas. Para isso utilizam-se suas primeiras menções enquanto estação férrea ou comunidade até os marcos definidos nas Atas Municipais da Câmara de Vereadores que descrevem sua titularidade enquanto distrito de Eugenópolis, no Vale do Gavião. Posteriormente, narram o processo de emancipação político-administrativa, sancionado pela Lei Estadual nº2764 de 30 de dezembro de 1962 e efetivada em 1963, assumido através de apoios estaduais. Sendo assim, busca-se, em linhas gerais, compreender os motivos que levaram uma localidade ainda tão pequena à emancipação, quais os grupos envolvidos nesse processo, bem como uma análise da linha do tempo de políticos e partidos que ganharam lugar na câmara até que este espaço representativo da população ganhasse a primeira figura feminina eleita.

A documentação selecionada para a escrita deste capítulo encontra-se disponível entre as atas arquivadas, especificamente da Câmara Municipal de Eugenópolis (1948, criação do distrito) e Câmara Municipal de Antônio Prado de Minas (1963, emancipação e primeira reunião da câmara). Ainda, foi consultada por intermédio da Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas mais uma ata, de 1958, referente à reunião organizada para tratar da emancipação local. Posteriormente, consultaram-se ainda as atas referentes à legislatura da primeira vereadora pradense-de-minas. Os registros mencionados encontraram-se, de forma geral, em bom estado de conservação e armazenamento, todos manuscritos. Para fins de pesquisa, foram escaneados e salvos em formato JPEG e PDF, sob autorização prévia das devidas instituições nos anos de 2023 e 2024.

Em seguida, o segundo capítulo “As faces pradenses-de-minas: contornos culturais do município e representatividade feminina” busca reconhecer aquelas que compõem o cenário municipal. Como anteriormente analisado no trabalho de conclusão de curso “Antônio Prado de Minas: memória religiosa e cultural (1923-1980)”, pretende-se aprofundar a análise sobre a atuação das mulheres católicas, em alinhamento com o ideal feminino esperado entre os anos 1960 e início da década de 1970. De forma específica, para além das contribuições religiosas que se refletiram na identidade cultural do município, teriam tais personagens assumido também o espaço político? Em linhas gerais, o Brasil e mundo vivenciavam uma série de mudanças profundas, que impactariam a sociedade da segunda metade do século XX e certamente, ainda que em proporções diferentes, chegariam também ao interior mineiro. Teriam elas assumido outros papéis na sociedade, para além dos bastidores aos quais eram destinadas na religiosidade católica e no cuidado com a família?

Como base da escrita deste capítulo, utilizou-se as fontes paroquiais dos Livros de Tombo I (1923-1963) e II (1964- atual) da Paróquia São Sebastião da Mata e entrevistas realizadas pela autora no ano de 2018. Os registros eclesiais foram fotografados e armazenados em formatos JPEG e PDF, sob autorização prévia assinada pelo pároco. De forma específica, foram selecionados trechos de maior interesse, por descrição da comunidade pradense no Livro II, por sua atualidade, aproximadamente até a década de 80; enquanto o Livro I foi fotografado na íntegra. Observou-se, ainda, maior volume de registros e padrão detalhista no primeiro livro, enquanto no segundo os registros tornaram-se mais pontuais e sucintos. Os livros encontram-se armazenados no arquivo paroquiano, mas sofrem com a ação do tempo.

As entrevistas, por sua vez, foram realizadas com a finalidade inicial de atender às hipóteses levantadas no trabalho de conclusão de curso da autora, com foco principal nos

âmbitos religioso católico e cultural. Todavia, a riqueza dos registros permitiu a ampliação de sua utilização sob novos aspectos. Logo, para cada entrevista realizada, foram previamente aplicados Termos de Consentimento Livres e Esclarecidos (TCLEs), lidos em conjunto e assinados pelas participantes. A primeiro momento, foram realizadas 14 entrevistas com fiéis atuantes na comunidade católica do Patrimônio de Nossa Senhora Aparecida, em Antônio Prado de Minas. Para estas, utilizaram-se critérios de idade maior ou igual a 60 anos, disponibilidade para a concessão de entrevistas e envolvimento com os eventos e movimentos organizados pela comunidade. Ainda que o critério de gênero não tenha se colocado como questão, apenas três dos participantes eram homens. Logo, entendeu-se a necessidade de compreender a atuação das mulheres em um capítulo do TCC, à vista das dez participantes. Em seguida, foi possível analisar os relatos por outro ângulo, pensando as demais características presentes nas narrativas de memória e sua importância para a compreensão do *locus*.

Sobre a estruturação das entrevistas, foi adotado um modelo de questionário pré-estruturado que se dividiu em duas partes. A primeira diz respeito aos participantes e caracterização do campo, como identificação. Logo, questionava: idade; sexo; há quanto tempo mora no município; local da entrevista e data da entrevista. Foram adotados os marcadores “E” para entrevistadora e “P” seguido do número da entrevista para os participantes (por exemplo, para a entrevista 1, identifica-se “P1”), como forma de preservar a identidade dos envolvidos. A segunda parte voltava-se às perguntas sobre as memórias, como demonstra o modelo abaixo:

Imagem 2: Modelo de Questionário pré-estabelecido para entrevistas, 2018.

DIÁRIO DE CAMPO

ENTREVISTA 1

Idade:

Sexo:

Profissão:

Estado civil:

Há quanto tempo mora em Antônio Prado de Minas:

Local:

E:

PI: Participante 1.

E: Entrevistador.

1. Quando falamos em Igreja Católica em Antônio Prado, qual é a imagem que vem à sua mente?
2. Se você pudesse definir a Igreja Católica em Antônio Prado em uma palavra, qual seria?
3. Na sua opinião, o que representa a presença da Igreja Católica no cotidiano da comunidade?
4. Qual é a lembrança mais antiga que você tem dos movimentos e celebrações da Igreja Católica em Antônio Prado?
5. Seus pais, avós, amigos e demais familiares contavam histórias e memórias de fatos que eles presenciaram na Igreja?
6. O (a) senhor (a) gostaria de contar mais alguma de suas memórias em relação à Igreja Católica em Antônio Prado?

Fonte: MORAIS, 2021³⁵.

Por fim, reservou-se um momento ao fim de cada gravação para que os entrevistados pudessem falar livremente a respeito de memórias que gostariam de destacar, relacionando-as ao cotidiano pradense-de-minas. As entrevistas foram gravadas em formato mp3, sob autorização prévia. Posteriormente, o conteúdo dos áudios foi transcrito na íntegra - o que inclui expressões coloquiais da fala, bem como reações dos entrevistados e possíveis intromissões ao longo do processo de gravação.

Por fim, o terceiro capítulo, “Emancipação política e feminina no jovem município de Antônio Prado de Minas” pretende-se adentrar de forma mais profunda nas fontes selecionadas

³⁵ MORAIS, Naiara Raimundo. Antônio Prado de Minas: memória religiosa e cultural (1923-1980). Monografia (Licenciatura em História) – Faculdade Santa Marcelina Muriaé. Muriaé, p. 16, 2021.

para a construção dessa dissertação: os Livros de Tombo I e II da Paróquia São Sebastião da Mata e as narrativas de memória registradas a partir de entrevistas no ano de 2018, acrescidas de uma nova entrevista com a primeira vereadora eleita no município em questão. Mulher, mãe, esposa, professora, catequista e vereadora eleita para o mandato de 1973 a 1976. Como pioneira na Câmara Municipal de Antônio Prado de Minas, sua atuação enquanto vereadora dez anos após a emancipação político-administrativa foi um marco como novo âmbito ocupado pelas mulheres. Logo, a nova entrevista realizada em 2023, focou suas questões no fato de ser uma mulher na política, sobretudo no período da ditadura militar.

DIÁRIO DE CAMPO**ENTREVISTA 15**

Idade:

Sexo:

Profissão:

Estado civil:

Há quanto tempo mora em Antônio Prado de Minas:

Local:

E:

P15: Participante 15.

E: Entrevistador.

- 1- Antônio Prado de Minas alcançou sua emancipação político administrativa na década de 60. Como você descreveria a participação da comunidade nesse processo?
- 2- Ainda sobre a emancipação, você consideraria que as mulheres da comunidade pradense se envolveram de alguma forma nessa trajetória?
- 3- Diante da posição de município autônomo, quais mudanças você consideraria mais marcantes para a população?
- 4- O período dos anos 60 e 70 marcaram uma série de mudanças nas formas de se posicionar e agir no mundo. Você acredita que essas modificações chegaram simultaneamente ao município?
- 5- Sua atuação política se destaca pelo pioneirismo, como primeira vereadora eleita. Anteriormente à sua candidatura, quais atividades profissionais e comunitárias você desenvolvia?
- 6- O pioneirismo carrega consigo alguns desafios. Gostaria que você contasse um pouco sobre a decisão de se candidatar a um cargo político e quais os principais desafios e/ou dificuldades foram enfrentados nesse processo.
- 7- Uma eleição demanda muito trabalho e parcerias. Para desenvolver sua campanha, quais foram as estratégias e base de apoio que você desenvolveu?
- 8- Tradicionalmente, os cargos políticos eram destinados aos homens. Você acredita que sua atuação aproximou as mulheres pradense do campo político e de tomadas de decisões no município?
- 9- Quais você consideraria os momentos mais marcantes da sua atuação enquanto vereadora?
- 10- Espaço livre para demais falas que a convidada gostaria de destacar.

Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Assim como as demais entrevistas que compõe esse trabalho, também se submeteu um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e sob autorização prévia da participante o registro foi gravado, salvo em formato MP3 e posteriormente transcrito na íntegra. Também

se utiliza para identificação na entrevista os termos “E” para entrevistadora e “P 15” para a entrevistada, ainda que nesse caso sua identidade seja revelada, com consentimento.

Além da entrevista, acrescentam-se ao capítulo as informações da Lista de Legislaturas, disponível na Câmara Municipal de Antônio Prado de Minas. Nela são citados os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores de cada mandato pradense a partir da primeira eleição municipal. Por fim, destaca-se ainda a utilização dos Boletins de Apuração das eleições municipais, consultados e fotografados no Cartório Eleitoral da 111ª Zona, em Eugenópolis. Foram selecionados os dados referentes aos pleitos municipais do recorte analisado nessa pesquisa (1963-1976), principalmente relacionados às apurações e presença feminina nas diferentes fases e núcleos do processo eleitoral. A documentação do cartório se encontrava em arquivo próprio, armazenada em boas condições, porém ainda assim com marcas do tempo, pertencente à série mais antiga do arquivo. Foram consultados os registros das pastas de 1962 a 1978, sendo fotografados para posterior análise aqueles que se encaixam no sentido dessa pesquisa; logo, as listas de candidaturas, boletins de apuração e demais registros que contivessem a presença feminina atuante nos pleitos da década recortada. As folhas que detalhavam o número de votos em cada urna encontravam-se grampeadas em alguns processos específicos (como o de 1966), mas os dados referentes às apurações permaneciam legíveis em todos os períodos. As fotos dos registros, previamente autorizadas, foram arquivadas em formato JPEG e PDF.

Com base no cenário sociocultural descrito pela participação dessas personagens na vida religiosa do município, que se refletiria no município através dos impactos culturais de suas ações; vislumbra-se o entendimento da importância das mulheres também para que os caminhos da emancipação municipal fossem trilhados. Uma vez compreendida a atuação feminina em âmbitos tão diferentes, pressupõe-se certa autonomia da localidade em formação. Ainda, busca-se relacionar a liberdade cidadã alcançada por essas mulheres ao longo da trajetória analisada, à sua emancipação feminina. Ainda que o recém-emancipado município tenha se tornado independente politicamente cedo, a julgar pela estatística populacional e territorial do século XX, o patriarcado se apresentava enquanto um traço ainda forte no quadro social regional. Logo, teriam tais mulheres alcançado também a sua liberdade, ou o caminho para este feito estava apenas em seu início?

Capítulo 1. Do Vale do Gavião a Antônio Prado de Minas – os caminhos da emancipação político-administrativa municipal de 1963

Nesse capítulo, serão tratadas as questões que envolvem Antônio Prado de Minas, desde suas primeiras menções documentais até a conquista da autonomia administrativa e política, por meio da emancipação garantida pela Lei Estadual nº 2764 de 30 de dezembro de 1962. O município seria instalado posteriormente, em 01 de março de 1963.

1.1. Formação territorial e primeiros registros sobre o povoado de Antônio Prado, no Vale do Gavião

A temática “Antônio Prado de Minas” em muitos momentos parece relegada ao quase anonimato, sob a seara das condições particulares do município tratadas na introdução deste trabalho. Tal fato se afirma, para além das justificativas apontadas na introdução – de extensão territorial, densidade populacional e emancipação político-administrativa recente -, mas também pelas características próprias de divisão do território mineiro e consequente sentido das pesquisas voltados para estas particularidades.

Ao analisar a área média rural mineira através da distribuição de hectares pelo território estadual no século XVIII, Elza Coelho de Souza descreve a Zona da Mata Mineira como região onde a atividade econômica predominante é baseada no cultivo de produtos como café e cana de açúcar – o que varia de acordo com as localidades da Mata -, mantendo-se relações com os estados de Espírito Santo e Rio de Janeiro³⁶. Em semelhante sentido de compreensão da divisão territorial de Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX, Ângelo Carrara aprofunda as discussões de uma subdivisão da Zona da Mata Mineira, organizada inicialmente por Elza Coelho de Souza em três regiões; das quais nos interessa a região central³⁷.

³⁶ SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das propriedades rurais no estado de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, vol, 13, n. 1, jan-mar, 1951, p. 52.

³⁷ CARRARA, Ângelo Alves. Para além de minas e currais (e de Minas Gerais): ensaio de caracterização da divisão regional mineira, século XVIII e XIX. In: CALAES, Gilberto Dias; FERREIRA, Gilson Ezequiel. *A Estrada Real e a Transferência da Corte Portuguesa*. Brasília: CETEM/MCT/CNPq/CYTED, 2009, p.60.

Vitória Fernanda Schettini, por sua vez, reitera que “em se tratando de Zona da Mata Mineira, até pouco tempo, a região era vista como intermediária, de segundo plano, por estar localizada fora do eixo central da Capitania no período Colonial”³⁸. A autora aponta, ainda, a ocupação tardia da região como fator que explica o menor índice de pesquisas sobre essa porção do território mineiro. Este campo, mesmo que em crescimento nos últimos anos, permanece distante do olhar para São Paulo do Muriaé e seus desmembramentos, na região central, afinal “quanto mais tardia a ocupação e mais distante do eixo central, menores as pesquisas até então realizadas”³⁹.

Sendo assim, tendo em vista o Vale do Gavião, é preciso compreender os caminhos que possibilitaram sua formação territorial enquanto autônoma, que se remete aos arranjos e rearranjos de fronteiras que despontariam nos oitocentos. Inicialmente, caracteriza-se a divisão territorial de Minas Gerais a partir das vilas e suas dependências. Sua formação primeira se dá em 1711, com a criação de Vila Rica, Vila de Sabará e Vila do Carmo; sendo a última, respectivamente, responsável pelos sertões do Pomba, dos quais se originaria São João Batista do Presídio, de onde se deriva São Paulo do Muriaé⁴⁰. Logo, compreende-se o caminho percorrido por São Manuel desde sua criação enquanto freguesia, à município autônomo. Assim, seu estabelecimento distrital, enquanto pertencente ao território muriaeense se deu em 1870, como integrante do corpo de 11 distritos de São Paulo do Muriaé. Sua emancipação se daria apenas no fim do século XIX, em 03 de maio de 1891⁴¹. Diante deste cenário os povoados, distritos e vilas do Vale do Gavião se organizariam. Entre eles, destaca-se o recorte local desse trabalho, Antônio Prado de Minas, que à essa altura ainda não se configurava sob esse topônimo, afinal, ainda trilhava os primeiros passos rumo à autonomia.

Porém, suas menções e reconhecimento enquanto localidade se dão muito antes da emancipação político-administrativa de 1963; fator que se comprova por diferentes perfis de registros. Em uma escritura de doação de terras realizada por Carlota Elisa Ferreira, sob o Registro Geral de Imóveis do cartório da Comarca de Muriaé, a oficial Nize Estela Guarino de

³⁸ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Os sertões de São Paulo do Muriaé: Terra, riqueza e família na Zona da Mata Mineira, 1846-1888*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011, p. 101.

³⁹ *Ibidem*³⁸.

⁴⁰ *Ibidem*³⁸, p. 48.

⁴¹ *Ibidem*³⁸, p. 50 – 58.

Medeiros descreve atender a pedido verbal de reconhecimento de duas escrituras particulares, em 1985⁴².

A primeira versão desta escritura foi realizada de forma particular e data-se de 09 de março de 1908. Posteriormente, a mesma seria novamente registrada, dessa vez em cartório, em 09 de fevereiro de 1912, sob nº 7.753, fls. 179 do Lº 3-F em Muriaé. O documento diz respeito à doação de um alqueire de terras da fazenda da requerente, “que será tirado entre um pequeno Córrego que desce até a margem da Linha da Estrada de Ferro, subindo pela mesma até o corte, daí por uma cerca de arame indo fechar no referido córrego”⁴³, destinado à construção de uma estação ferroviária no local onde anteriormente havia apenas uma parada de trens. A segunda escritura, que é datada particularmente em 14 de agosto de 1911 e registrada em 11 de maio de 1912, refere-se à doação de ainda mais meio alqueire de terras para a Capela do Patrimônio de Nossa Senhora Aparecida, “dividindo com o patrimônio e a linha férrea e pelos outros lados com o terreno da doadora”⁴⁴.

Frequentemente apontado como o registro documental oficial sobre o território pradense de maior longevidade, suas características procedimentais se assemelham ao percurso trilhado pela então sede municipal. Assim como Carlota Eliza Ferreira empreendeu a doação de parte das suas terras particulares para o desenvolvimento local de Antônio Prado, São Manuel presenciaria a doação de terras como estratégia de ampliação da estrutura distrital. A porção territorial foi vendida por Constantino Pinto a Antônio Rodrigues dos Santos, que doou parte das terras ao Patrimônio de São Sebastião da Mata; enquanto o terreno utilizado para a construção da Câmara Municipal veio de Luiza Maria de Jesus, proprietária de fazenda homônima à comunidade⁴⁵. Logo, já nos passos iniciais percebe-se a contribuição de mulheres atuantes socialmente, ainda que em contexto limitado, através das benfeitorias. Apesar do devido destaque às doações empreendidas por mulheres, para essa pesquisa não foram encontradas fontes a respeito das vidas e atuações de Carlota Eliza Ferreira e Luiza Maria de Jesus, destacando-se apenas a posição ocupada por ambas, de proprietárias de terras.

Na década de 1920, por sua vez, o Livro de Tombo I da Paróquia São Sebastião da Mata descreve seu panorama de fiéis, tendo em vista a distribuição entre os distritos atendidos pela sede de São Manoel, entre os quais figura Antônio Prado. Ao registrar uma visita dos

⁴² RAMOS, Antônio Soares. *O Vale do Gavião*. Vol. III. Itaperuna: Damadá, 1994, p. 13.

⁴³ *Ibidem*⁴².

⁴⁴ *Ibidem*⁴².

⁴⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*: Eugénópolis. Brasil, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/eugenopolis/historico>. Acesso em: 21 abr 2023.

Missionários Redentoristas à paróquia em 04 de setembro de 1923, o vigário José Ermelindo contabiliza a presença atuante de 604 membros pradenses, entre confissões e comunhões⁴⁶. Todavia, é preciso enfatizar que dada participação se configura em um cenário de deslocamento à Paróquia, na ausência de um espaço representativo na comunidade relacionado a Igreja.

Nesse sentido, compreende-se certo reconhecimento da localidade, ainda que em contornos iniciais, já no início do século XX; visto que os processos de doação anteriormente descritos contribuíram para o desenvolvimento e posterior autonomia do lugar. Por se tratar de uma comunidade rural associada ao distrito-sede de São Manuel, cumprir com os ofícios religiosos com certa frequência tornara-se tarefa difícil ao compreender a distância de aproximadamente 17 quilômetros entre os moradores da comunidade pradense e a Paróquia São Sebastião de São Manoel da Matta.

Logo, a construção da Capela de Nossa Senhora de Aparecida na comunidade é seguida da Benção Apostólica em 1924, pelo arcebispado de Mariana. No então momento, observa-se curiosamente o “gentílico” utilizado por Dom Helvécio Gomes de Oliveira aos requerentes pradenses, representados pelo pedido do padre José Ermelindo de Souza:

Aos Fieis Christãos, Saudação e Benção em Nosso Senhor – Fazemos saber que os moradores da Estação de Antonio Prado, Estrada de Ferro Leopoldina, pertencente a paróquia de S. Sebastião de São Manoel da Matta, edificado uma capella em honra a N. Senhora Aparecida, e achando-se a mesma concluída, decente e provida de paramentos e alfaias necessárias para o culto divino, requereram por intermédio do Red. Vigário José Ermelindo Souza, licença para mandarem benzela e abril-a ao culto público⁴⁷

Ao referir-se aos pradenses como “moradores da Estação de Antonio Prado”, fica perceptível a visão de que a comunidade ainda se reduzia à titulação conferida pela parada da linha férrea. Nesse sentido, pode-se refletir sobre o sentido de comunidade no momento em questão: estariam as condições de vida local e as relações de sociabilidades condicionadas à presença do trem de ferro no cotidiano dos moradores?

A expansão da malha ferroviária nacional de 1870 vislumbra a Zona da Mata Mineira como espaço promissor, uma vez que a produção cafeeira se intensificava. Logo, percebe-se que “a elite do período, os cafeicultores, enxergavam nas ferrovias não apenas uma necessidade

⁴⁶ PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO DA MATA. *Livro de Tombo I: 1923 – 1960*. Eugenópolis, 1923, p. 3-F.

⁴⁷ RAMOS, Antônio Soares. *O Vale do Gavião*. Vol. III. Itaperuna: Damadá, 1994, p. 14.

para redução dos fretes para a exportação do café e a liberação de mão de obra para a lavoura, mas um excelente negócio em si”⁴⁸. Em vista disto, a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina é criada a partir da Lei Provincial mineira nº 1826, de 10 outubro de 1871, sendo estabelecida como a única companhia responsável por ligar o trecho das atuais Além Paraíba à Cataguases, com trecho de derivação à Leopoldina⁴⁹.

Por conta de crises financeiras, a Estrada de Ferro Leopoldina é transferida para os credores britânicos que a nomeiam “*The Leopoldina Railway Company Limited*”, assumindo suas operações em 1898⁵⁰. Posteriormente, de forma específica

[...]outra frente de expansão foi aberta a partir de Recreio, seguindo também ao norte, em direção a Carangola. Esse outro braço passa por Palma e Barão de Monte Alto, de onde deriva para Muriaé, e para Retiro do Muriaé e Eugenópolis. No ano seguinte, em 1886, a estrada seguiu para Antônio Prado de Minas, Porciúncula, onde se conecta com a Estrada de Ferro Carangola, e Tombos.⁵¹.

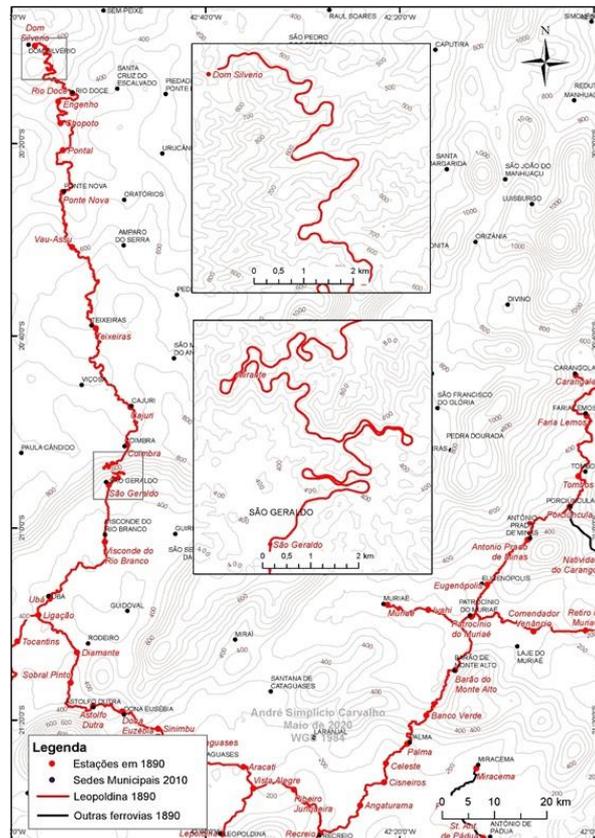
⁴⁸ CARVALHO, André Simplício. O novo mapa da Estrada de Ferro Leopoldina. *Terra Brasilis*, (online): Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, vol. 15, 2021, p. 4. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/9219>. Acesso em: 27 jul. 2023.

⁴⁹ *Ibidem*⁴⁸.

⁵⁰ DIRETÓRIO BRASIL DE ARQUIVOS. *Leopoldina Railway Company Limited* (s.d.). Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/leopoldina-railway-company-limited>. Acesso em 27 abr 2023.

⁵¹ *Ibidem*⁴⁸.

Imagem 4: Expansões da Estrada de Ferro Leopoldina, 1910.



Fonte: CARVALHO, 2021⁵².

Na literatura, um relato em formato semelhante às crônicas, do engenheiro e geógrafo Luiz Serafim Derenzi retrata a passagem do autor pela estação de Antônio Prado por volta de 1920, no trajeto que lhe cabia entre o eixo Rio de Janeiro – Minas Gerais. No capítulo V, “Cartas Geográficas” da obra “Caminhos Percorridos: memórias inacabadas”, o geógrafo afirma que entre as escalas reduzidas de horários dos trens, o expresso do Rio passaria às cinco da tarde, logo, pelo horário do almoço decidira em conjunto com seus companheiros de viagem retroceder, pois a 4 quilômetros a estação “Antônio Prado” se apresentava como saída mais simples para recompor as energias rumo a Porciúncula. Caminhando até a estação pradense, exaustos, os viajantes descrevem o cenário encontrado:

⁵² CARVALHO, André Simplício. O novo mapa da Estrada de Ferro Leopoldina. *Terra Brasilis*, (online): Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, vol. 15, 2021, p. 4. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/9219>. Acesso em: 27 jul. 2023.

Felizmente, em frente à casa de negócios, havia a maior mangueira que jamais vi. Junto ao tronco, uns bancos rústicos e estacas, lustradas pela esfrega das bestas que ali estacionavam. Era o abrigo natural das tropas que alimentavam a estação, com as colheitas circunvizinhas de café ensacado. Descansamos, bebemos água morna, comemos sardinha com cebola e farinha de mandioca, com papel de embrulho à guisa de prato (...) O negociante, quando nos identificamos, mostrou saber a que vínhamos. Ofereceu-nos um café sofrível, foi amável⁵³.

O exercício dos escritores que se dedicam às crônicas também dialoga com a ideia de escalas, presente na compreensão da história regional – ainda que não tecnicamente, como a historiografia exige –, ao passo que o tom do cenário, a ambientação detalhada e temporalidade que envolvem os textos são coordenados por quem escreve. Como afirma o crítico literário Antonio Candido, “a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas”⁵⁴, uma vez que detêm este poder de traduzir diferentes perspectivas sobre a sociedade a qual narra.

Através do relato, observa-se a descrição de certo comércio de secos e molhados nas proximidades da estação Antônio Prado, fator que se justifica pelos contornos comunitários que são assumidos com o estabelecimento da estação férrea e da criação da capela que se fazem necessários devido ao fluxo constante móvel de pessoas e mercadorias; bem como a própria relação entre os moradores que se arranjam no inicial centro urbano-rural em construção. Destaca-se, ainda, a menção ao local como parada de tropas, sobre o que relaciona Schettini com a formação de vilas:

Nas viagens feitas pelas tropas, de vez em quando, era necessário interromper o percurso para descanso. Em locais de paragens das tropas, mueres, seus condutores, proprietários e/ou contratados era comum desenvolver locais de hospedagem, o que mais tarde poderiam derivar em futuras vilas e freguesias interioranas⁵⁵.

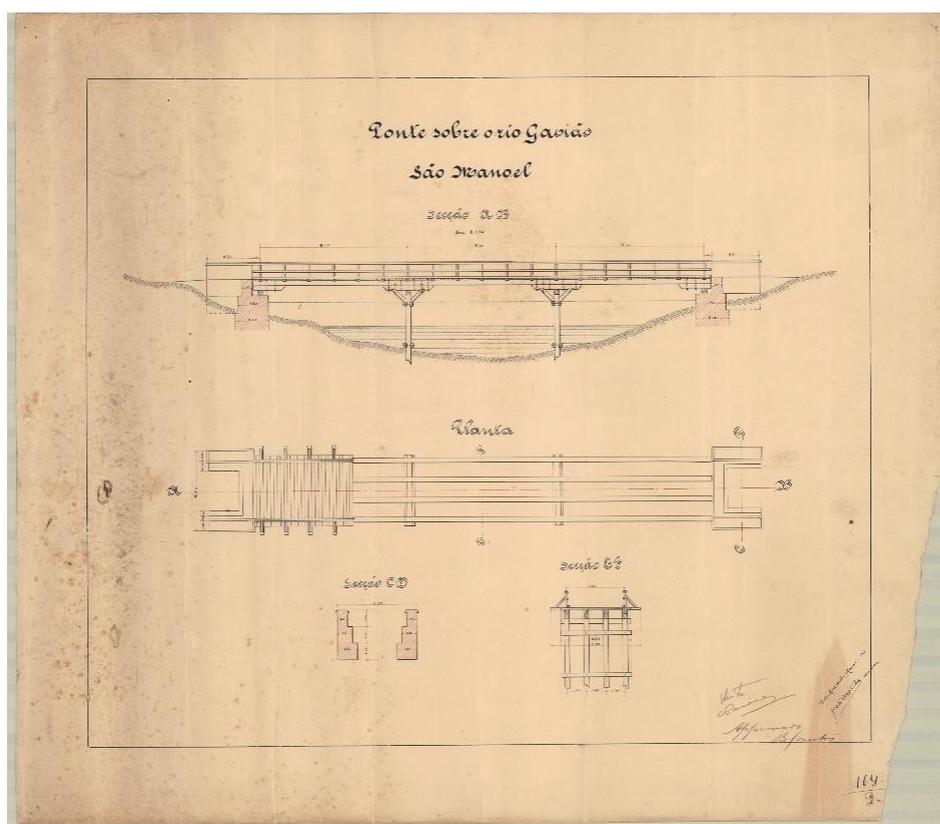
⁵³ DERENZI, Luiz Serafim. Capítulo V: Cartas Geográficas. In: *Caminhos percorridos — Memórias inacabadas*. [Publicado posteriormente em Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2002. Reprodução autorizada pela família Avancini Derenzi. Disponível em: <https://estacaocapixaba.com.br/caminhos-percorridos-memorias-inacabadas/>. Acesso em: 20 abr 2023.

⁵⁴ CANDIDO, Antonio. *A vida ao rés do chão*. In: CANDIDO et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 14.

⁵⁵ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Os sertões de São Paulo do Muriaé: Terra, riqueza e família na Zona da Mata Mineira, 1846-1888*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011, p. 94.

Nesse sentido, ressalta-se ainda o desenvolvimento do distrito-sede de São Manoel com vista às relações com a comunidade da Estação Antônio Prado. Segundo consulta no acervo do Arquivo Público Mineiro, encontra-se uma planta de construção da ponte sobre o Rio Gavião em 1923, que facilitaria o acesso dos moradores à São Manoel e demais distritos que compõem seu território, como Pinhotiba, Gavião e Queirozes⁵⁶.

Imagem 5. Planta da Ponte sobre o rio Gavião de São Manoel, 1923.



Fonte: BAPTISTA, 1923⁵⁷.

A denominação de “Vale do Gavião”, inclusive, relaciona-se com as características geomorfológicas da região, que compreendia no início do século XX o município de São Manoel, Antônio Prado, vila de Gavião, vila de Pinhotiba, povoado de Queirozes; povoado de Batatal; povoado de Pangarito; e uma série de comunidades rurais denominadas Facão; Prata;

⁵⁶ BAPTISTA, João. *Planta da Ponte sobre o Rio Gavião*; São Manoel. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro. 1923. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=305. Acesso em: 20 abr 2023.

⁵⁷ *Ibidem*⁵⁶.

Pratinha; São Bento; Recreio; São Lourenço e Boa Esperança; além das fazendas, serras e morros de destaque na territorialidade⁵⁸. Em comum, os pontos citados possuem o relevo caracterizado por morros e planícies cortados pelo Rio Gavião, o que configura a definição de “vale”, com condicionantes fluviais, em termos geográficos⁵⁹.

Diante de paisagens tão imponentes e paradoxalmente reconfortantes, João Camillo de Oliveira Torres se dedica a uma análise intrigante sobre a personalidade dos mineiros a partir do signo que lhes é comum: as montanhas. Ao relacionar o clima, relevo e conjunto paisagístico que tornea as Minas gerais, postula que tal união de fatores resulta em certo sentimento coletivo de “melancolia encontrada no que há de mais típico na poesia mineira e no interesse e na importância que os mineiros dão à Semana Santa”⁶⁰. Segundo o autor, as relações entre o homem e o meio que o cerca se refletiriam no seu relacionamento interpessoal e introspecção; afinal, assim como as montanhas o cercam, esse sujeito se expressaria de forma quieta, até mesmo triste⁶¹.

Quanto aos rios, que contornam os vales; destaca-se a bacia hidrográfica do Paraíba do Sul, como subafluente. O Rio Gavião é um afluente do Rio Muriaé e conta com 44 quilômetros de extensão, permeando toda a região do Vale, como marcação da fronteira entre São Manuel e Antônio Prado⁶². Posteriormente, em 1926, Antônio Prado seria mencionado oficialmente no Atlas Chorographico Municipal, organizado pela Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Geraes, quando consulta-se o mapa “Município de S. Manoel”, agora, sem o adjetivo da Estação, em denominação mais objetiva de “Prado”⁶³. Nele, encontra-se descrição do povoado dotado de Estação, Correio, estrada carroçável, Estrada de Ferro e Telégrafo Ferroviário; cuja população mescla-se à descrita na legenda sob “S. Manoel”, de 14.257 habitantes, sem discriminação (Fig. 1). Ao pensar o aspecto regional, a corografia utilizada no período

⁵⁸ RAMOS, Antônio Soares. *O Vale do Gavião*. Vol. III. Itaperuna: Damadá, 1994, p. 6.

⁵⁹ OLIVEIRA, Leticia Augusta Faria de; MAGALHÃES JUNIOR, Antônio Pereira; LIMA, Laura Bertolino de Souza; CARVALHO, Alex de. Fatores condicionantes da configuração de fundos de vale colmatados na bacia alto-médio Rio Pomba, leste de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, São Paulo, v.15, n.4, (Out-Dez), 2014, p. 639.

⁶⁰ TORRES, João Camillo de Oliveira. *O homem e a montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 67.

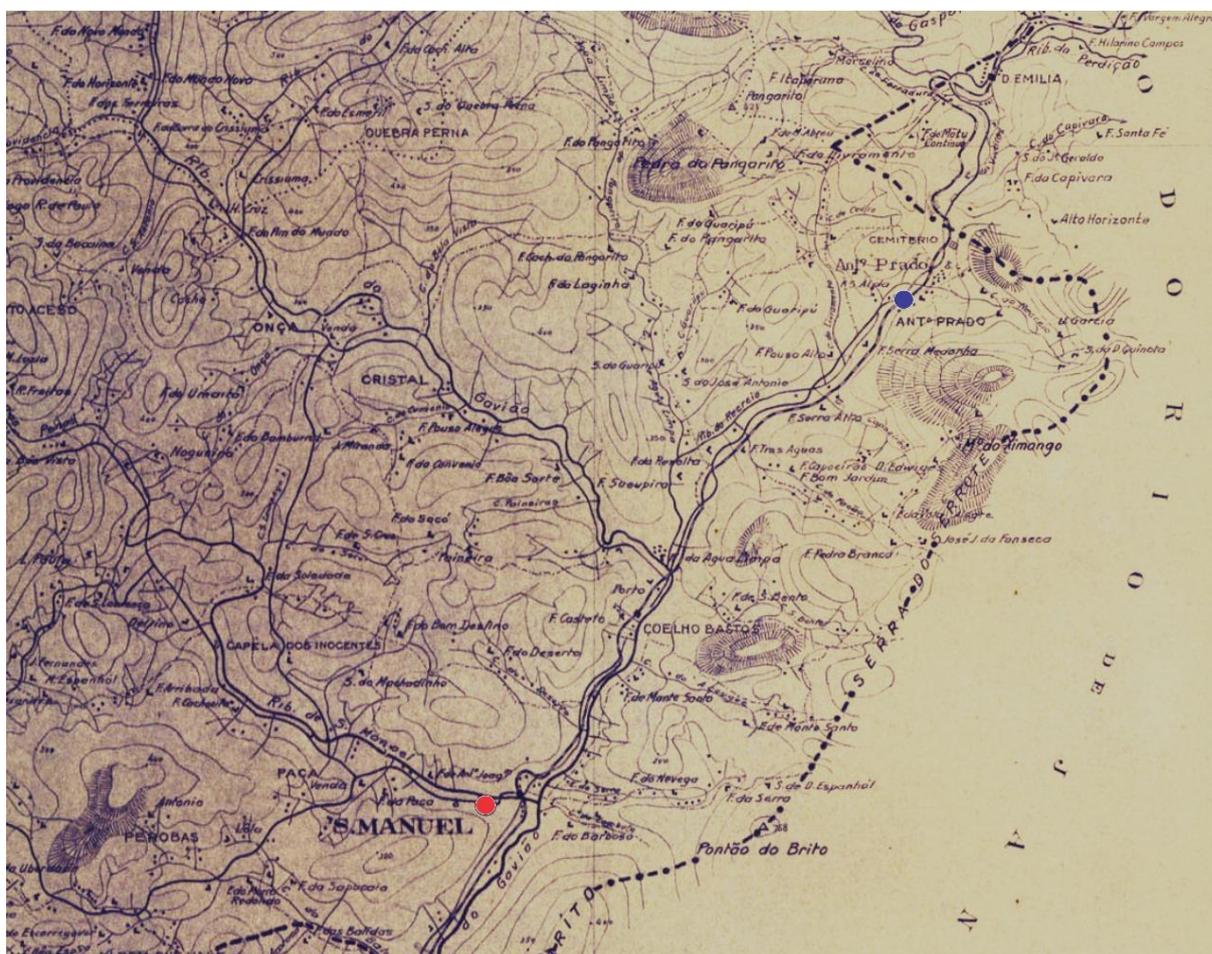
⁶¹ *Ibidem*⁶⁰, p. 71.

⁶² AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. *Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas*: Eugénópolis. Brasília, 2010. Disponível em: <http://pnqa.ana.gov.br/pnqa.aspx>. Acesso em: 21 abr 2023.

⁶³ SECRETARIA DA AGRICULTURA ESTADO DE MINAS GERAES. *Atlas Chorographico Municipal*: volume II, Manhuassú – Virginia. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1926.

Públicas em 1939; como demonstra o fragmento abaixo (Fig. 2). Outro ponto de destaque no mapa é justamente a topografia da região do Vale do Gavião, na qual se percebe o contraste entre picos, pedras, pontões, morros e serras em paralelo às planícies (vide figura abaixo).

Imagem 7. Fragmento do Mapa de Minas Gerais, com destaque para São Manoel, 1939.



Fonte: CADAVAL, 1939⁶⁶.

Em análise conjunta das menções relacionadas até o momento, é possível perceber cronologicamente o desenvolvimento da localidade anteriormente reconhecida como Estação e povoado (marcada pelo ponto roxo), até alcançar certa notoriedade – ainda que pequena – diante das demais terras. Percebe-se, ainda, que tal espaço é conquistado principalmente a partir do fluxo de pessoas e mercadorias crescente pela presença da linha férrea, cuja parada na estação

⁶⁶ CADAVAL, L. Mapa de Minas Gerais: São Manoel. Belo Horizonte: Serviço Geográfico de Minas Gerais, 1939. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=605. Acesso em: 21 abr 2023. [Recolorido e marcado com CorelDraw]

garante certo nível de trocas comerciais e desenvolvimento econômico. Ressalta-se, ainda, a topografia e distância até São Manuel (marcado pelo ponto vermelho).

Ainda, destaca-se o compartilhamento de informações e bens proporcionado pelo telégrafo e Correios que se instauravam no local, permitindo ainda a relação mais próxima com as novidades da capital oficial do estado de Minas Gerais e a “capital cultural” do Rio de Janeiro, destino de estudantes, além de propósito econômico e geográfico das ligações desta estrada de ferro na região da Zona da Mata. Outro destaque se dá à presença da comunidade católica sob o Patrimônio de Nossa Senhora, que agora poderia realizar sua rotina devota de forma mais autônoma com a instalação e benção da Capela, ainda que subordinada à Paróquia São Sebastião da Mata de São Manoel.

Em 1943, São Manuel alteraria seu topônimo para “Eugenópolis”, em homenagem ao emancipador do município, coronel Luis Eugênio Monteiro de Barros. Deixando sua antiga associação à fazenda São Manoel, de onde a proprietária Luíza Maria de Jesus doou parte das terras para a construção do município, afirmou-se o caráter autônomo, reforçado com a marca da emancipação político-administrativa em sua nomenclatura⁶⁷. Posteriormente, a Lei Ordinária nº 336 de 27 de dezembro de 1948, que vigoraria de 01 de janeiro de 1949 a 31 de dezembro de 1953, estabeleceria a divisão administrativa e judiciária. A lei permitiria, entre outras atribuições: a criação de comarcas; reorganização territorial, administrativa e judiciária de municípios, distritos e subdistritos; e modificação de topônimos em casos de semelhança comprovadamente confusa entre outros municípios⁶⁸.

Através desta legislação vigente, ampliou-se a possibilidade de desenvolvimento dos municípios que já mantinham relações de proximidade territorial, econômica e cultural com vilas e povoados, que agora poderiam ser designados enquanto distritos ou subdistritos, segundo as configurações próprias apresentadas por cada localidade. Nesse sentido, movimentou-se a câmara de vereadores – agora, em parceria com o Juíz de Paz – para o reconhecimento de Antônio Prado como distrito da recém-criada Comarca de Eugenópolis.

Segundo consta na Ata de Instalação Solene do Distrito de Antônio Prado da Comarca de Eugenópolis, Estado de Minas Gerais (1948), o processo se inicia através do envio de um

⁶⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*: Eugenópolis. Brasil, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/eugenopolis/historico>. Acesso em: 21 abr 2023.

⁶⁸ MINAS GERAIS. *Lei Ordinária nº 336 de 27 de dezembro de 1948*. Belo Horizonte, MG: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1948. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-336-1948-minas-gerais-estabelece-a-divisao-administrativa-e-judiciaria-do-estado-a-vigorar-de-1o-de-janeiro-de-1949-a-31-de-dezembro-de-1953-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 21 abr 2023.

ofício datado de 21 de agosto de 1947 pelo então prefeito de Eugenópolis, Jorge Porcaro, ao governador do estado de Minas Gerais, no qual se descreve as condições de Antônio Prado para alçar a categoria desejada:

Segundo o ofício referido, o povoado preenche todos os requisitos exigidos pela lei, tanto assim é que, juntou uma relação de habitantes que são 3.633 (fls 5 e 6); a fls 2, 3 e 4 dos residentes no Povoado de Antonio Prado, somando o total de impostos pagos aos cofres municipais em Crz 22.803,10. Ainda no ofício mencionado, afirma o Sr. Prefeito de Eugenópolis existem 80 moradias, escola municipal, comprometendo-se a fazerem um edifício destinado à instituição. Terminando, é descrita a linha demarcatória do futuro distrito, que me abstenho de transcrever, por desnecessário [descrita anteriormente no mesmo documento]⁶⁹.

Em seguida, o documento é recebido e protocolado no dia 27 do mesmo mês e ano, encaminhado para parecer interno pelos secretários e dois dias depois respondido, como parecer oficial, no dia 11 de setembro de 1947 para que a cidade se organize⁷⁰. Somente no ano seguinte, em 14 de março de 1948, são encaminhados relatórios – entre os quais se inclui o ofício em questão – para o Departamento Geográfico que lhe é favorável, com a condição de recontagem da população, distribuição de área e número de moradias, às quais se contabilizam 4.845 km², meios de transporte, 4.061 habitantes, 89 moradias e cemitério local⁷¹. Observa-se, então, certa incongruência de dados; uma vez que em um espaço de sete meses o contingente populacional cresce em cerca de 398 habitantes, porém o número de moradias sobe apenas em 9 casas, logo, estariam concentradas aproximadamente 45 pessoas em cada moradia? São dados que precisam ser questionados.

Com parecer final aprovado em 13 de outubro de 1948, em 1º de janeiro de 1949 é realizada uma sessão solene para instalação do distrito, no salão da Escola Municipal de Antônio Prado, na presença de lideranças eugenopolenses e aquelas estabelecidas no novo distrito, bem como população local; dos quais citam-se como aqueles que compõem a mesa:

Srs. Gregorio Rodrigues Caldas, prefeito municipal, Padre Antonio Xavier Rodrigues, Pedro Morais Sarmiento, promotor público em exercício, Antônio

⁶⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS. *Ata de Instalação Solene do Distrito de Antônio Prado da Comarca de Eugenópolis, Estado de Minas Gerais*. Eugenópolis, 1948.

⁷⁰ *Ibidem*⁶⁹.

⁷¹ *Ibidem*⁶⁹.

Rodrigues Pereira, segundo- juiz de Paz da sede; Brasiel Marques Filho, Mario Franzini, João Dutra de Castro, Jorge Porcaro, José Vieira Olívia, vereador Euripedes Carlos Abreu, Roldão Morais, Octacilio Moreira da Silva e Manoel Pinto de Abreu⁷²

Além dos mencionados, percebe-se, ainda, figuras de destaque por sua participação política – sobretudo, posteriormente – entre o rol de testemunhas que assinam a ata ao final da sessão. Por fim, fica estabelecida a divisão territorial do distrito de Antônio Prado, que se assemelha à documentação de doação de terras de Carlota Elisa Ferreira ainda no início do século XX:

Distrito de Antonio Prado: Municipio de Eugenópolis – Entre os Distritos de Antonio Prado e Eugenópolis. Começa na divisa com o Estado do Rio de Janeiro, no ponto fronteiro às nascentes do córrego S. Bento; desce por esse córrego até a sua foz no Rio Gavião; sobe este rio até a foz do ribeirão Azêdo. Entre os distritos de Antonio Prado e Pinhotiba: começa no Pico das Araras; continua pelo espigão divisor da vertente esquerda, deste córrego até encontrar o limite; digo, esquerda do ribeirão Azêdo até a confluência deste ribeirão com o Ribeirão do Gavião⁷³.

Elevado à categoria de distrito, Antônio Prado deixa de ser reconhecido apenas como povoado ou relacionado unicamente à estação férrea: agora mantém oficialmente relações políticas e jurídicas com a Comarca de Eugenópolis. Nesse sentido, pressupõe-se o desenvolvimento comunitário em vistas de certo reconhecimento enquanto território formado, ainda que submetido à sede municipal. O desenvolvimento de espaços rurais que passam a assimilar características urbanas é gradual, sobretudo no interior das Gerais; com aspectos próprios de sua construção singular.

Pensando-se a anterioridade que se vê em relação a autonomia religiosa, uma vez que a comunidade católica passa a se reunir em sua própria capela, reconhecida oficialmente pelo Arcebispo de Mariana ainda nos anos 1920. A esta altura os fiéis, ainda que submetidos à Paróquia São Sebastião da Mata, de Eugenópolis, responsável inclusive pela organização das missas e encaminhamento dos padres para as celebrações, como narram as moradoras que participavam ativamente das atividades eclesíásticas:

⁷² CÂMARA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS. *Ata de Instalação Solene do Distrito de Antônio Prado da Comarca de Eugenópolis, Estado de Minas Gerais*. Eugenópolis, 1948.

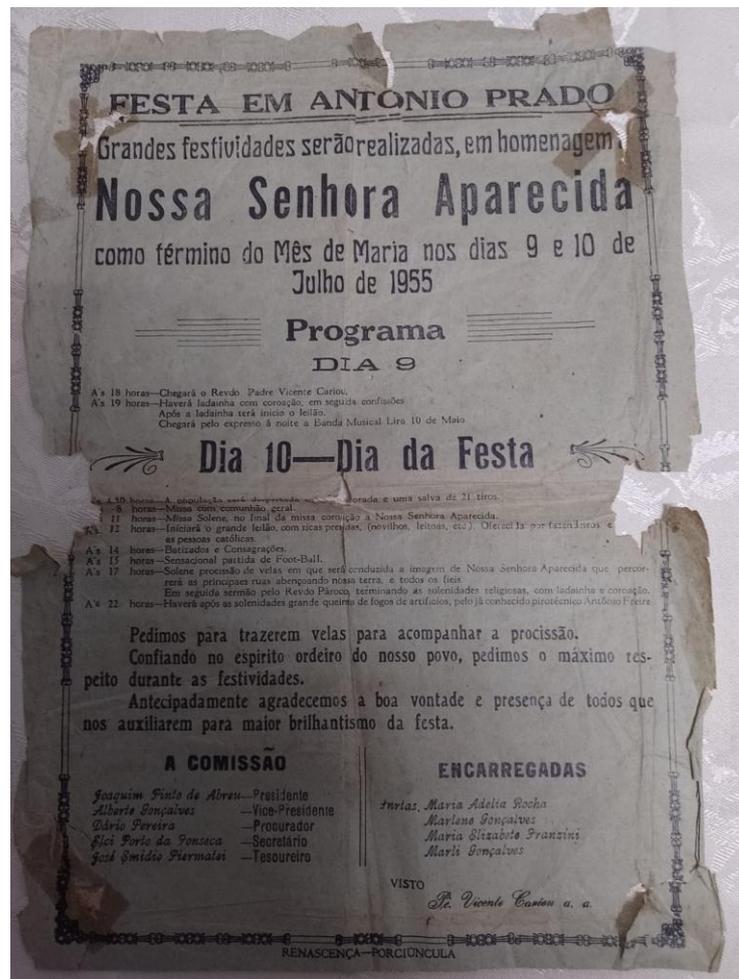
⁷³ *Ibidem*⁷².

[...] aqui teve uma pensão, porque não tinha condução *pra* eles virem, então eles vinham de trem; o padre vinha celebrar a missa uma vez por mês, *né?* Missa das onze horas (da manhã) aos domingos, e do Apostolado era sete horas da manhã, era uma vez por mês também. E não tinha carro *pra* eles vir; então eles vinham de trem e ficavam ali na pensão. Então a gente... *aí* ele vinha e ficava o dia todo. *Aí é...* tinha vez que eles davam catecismo, *aí* convidava a rua toda, as crianças iam e o padre dava o catecismo. Era... Eles sabiam de tudo que acontecia no lugar porque eles ficavam o dia todo, que viam missa oito e meia da manhã e só voltavam cinco e meia da tarde⁷⁴

Ainda assim, a comunidade se reunia frequentemente em grupos de oração como o citado Apostolado do Sagrado Coração de Jesus, além de se organizarem para a realização de eventos próprios da comunidade, como a festa em comemoração à padroeira Nossa Senhora Aparecida, que se tornaria a Tradicional Festa de Julho. À vista disto, exemplifica-se o cartaz a seguir que diz respeito à festividade de 1955, no qual observa-se os nomes dos membros participantes da organização do evento, todos da comunidade pradense:

⁷⁴ Entrevista realizada pela autora em 24 jul 2018, nº 7.

Imagem 8. Cartaz da Festa de Julho de Antonio Prado, 1955.



Fonte: Arquivo particular, 1955⁷⁵.

Curiosamente, observa-se destacados nos informes do cartaz a hora marcada para a chegada do padre – Reverendo Padre Vicente Cariou – às 18h e ainda se destaca “chegará pelo Expresso à noite a Banda Lira 10 de Maio”⁷⁶, às 19h. Logo, além de confirmar a narrativa das entrevistadas; o cartaz demonstra a ação comunitária em torno da organização de um evento de certo porte, de forma praticamente autônoma, tendo em vista a comissão organizadora e suas encarregadas, enquanto a autoridade eclesiástica do reverendo apenas aprova a proposta. Destaca-se, ainda, outro ponto que terá maior destaque no capítulo seguinte: enquanto os cargos de presidência, vice-presidência, procuradoria, tesouraria e secretaria da Comissão

⁷⁵ Cartaz da Festa de Julho de Antonio Prado, acervo particular. 1955.

⁷⁶ *Ibidem*⁷⁵.

Organizadora tem como representantes apenas homens; as encarregadas são todas mulheres, fato intrigante diante da reafirmada predominância da participação feminina nas atividades religiosas, tanto pelos relatos de memória quanto nos Livros de Tombo, ainda que os cargos de destaque não lhes sejam reconhecidos.

Como descreve Andrade em relação às vilas, povoados e freguesias que se formam por volta do século XIX, “a ruralidade [...] não pode ser entendida como uma continuação do campo, tampouco como algo apartado da urbanização⁷⁷; uma vez que sua base econômica se estrutura de uma forma única, dotada de complexidades que norteiam “novas relações de centralidade, neste entrelaçamento de urbano e rural, franqueando novas ideias e imagens dos processos sociais e políticos”⁷⁸.

Tal afirmação dialoga com o apontamento de Alexandre Mendes Cunha sobre o processo de urbanização em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX; sobre o qual destaca que “esse urbano que é produto da vida urbana, não vai multiplicar-se no século XIX [...]. O que se passa é, antes, uma ruralização que demanda a centralidade desses núcleos citadinos”⁷⁹. Nesse sentido, ainda que a visão liberal relacione o progresso ao desenvolvimento urbano, industrial e digital, que supera o analógico “ultrapassado”; no interior mineiro a ruralidade é uma marca comum, que não necessariamente caminharia para a superação pelo “progresso”.

Sobre a relevância da ruralidade para organização territorial, Angelo Alves Carrara e Pedro José de Oliveira Machado apontam o que consideram ser a maior dificuldade de demarcação do território mineiro até 1938: o grande número de fazendas e propriedades rurais como decisivos para a demarcação de limites⁸⁰. Entre as características próprias atribuídas a tais vilarejos que vão se desenvolvendo em sentido à autonomia, cita-se ainda os apontamentos dos viajantes da região na passagem do séc. XIX que, segundo descreve Cunha, atestam

que essas cidades novas que estão formando-se, estas vilas que estão surgindo, são na verdade vilas domingueiras. Vida urbana efetivamente nessas nucleações seria algo próprio de fim de semana, sendo que ao fim de semana

⁷⁷ ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Os sertões de São Paulo do Muriaé: Terra, riqueza e família na Zona da Mata Mineira, 1846-1888*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011, p. 71.

⁷⁸ *Ibidem*⁷⁷.

⁷⁹ CUNHA, Alexandre Mendes. O Urbano e o Rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, jan-jun 2009, p. 69.

⁸⁰ CARRARA, Angelo Alves; MACHADO, Pedro José de Oliveira. Ordenamento territorial dos municípios brasileiros: Minas Gerais, séculos XVIII-XIX. *Almanack*, Guarulhos, nº 24, 2020, p. 8.

esses espaços são, via de regra, extremamente vazios. É no fim de semana que a população rural vai para a cidade⁸¹

Nesse sentido, compreende-se que mesmo no século XX, segundo as narrativas de memória das moradoras ativas no meio católico e a partir da organização dos eventos e festividades do Patrimônio; a estrutura “domingueira” se assemelha ao modo de vida dos pradenses ainda enquanto distrito. As missas, que ocorriam na Capela do distrito uma vez ao mês, com a presença do padre direcionado pela Paróquia; também ocorriam com certa regularidade na comunidade do Capoeirão (zona rural) e se multiplicavam nos meses de maio – mês de Maria - e comemorações à Nossa Senhora Aparecida, em julho.

Para participar das festas, os moradores das comunidades rurais se empenhavam no mesmo sentido anteriormente citado: “Era só mesmo dia de missa e mês de maio, né? Era o mês inteiro. Mas eu só trazia a [filha] pra comungar, coroar, final de semana. Eu vinha sempre de charrete, quando não tinha carro. Aí era ela e o [filho]”⁸². Além disso, as programações dos eventos passam a contar com a presença domingueira ou mesmo do período de férias e suas condições climáticas favoráveis para uma realização de sucesso, uma vez que infraestrutura local dependia de tais observações, “aqui não tinha luz, esse é o grande detalhe; aí a gente só marcava a festa de julho na época de lua cheia (risos), porque aí ficava iluminado e pra as pessoas que vinham da roça ter um melhor acesso”⁸³.

Logo, se configurava um distrito, agora oficialmente reconhecido. Por um lado, impactado pela presença da linha férrea e seus fluxos de pessoas, mercadorias e novidades que se estendiam pelo eixo Minas Gérias/Rio de Janeiro/Espírito Santo; enquanto ainda possuía inacessibilidade de recursos básicos com iluminação de rede elétrica em todo território. Em outro sentido, suas marcas identitárias contornam-se à medida que a comunidade se relaciona com a presença do novo volátil - aqueles que passariam pelo distrito a bordo do trem, conhecendo como unicamente a estação férrea. Ainda, se fortaleciam laços sociais de convivência mútua nos espaços religiosos e cooperação para que as festividades ocorressem de forma participativa e inclusiva de fiéis do meio urbano em formação que mais se caracteriza pela ruralidade, contornado por uma série de fazendas, sítios e povoados.

⁸¹ CUNHA, Alexandre Mendes. O Urbano e o Rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, jan-jun 2009, p. 67.

⁸² Entrevista realizada pela autora em 25 jul 2018, nº 11.

⁸³ Entrevista realizada pela autora em 14 jul 2018, nº 04.

1.2. Do distrito de Antonio Prado ao município de Antônio Prado de Minas: o processo de emancipação político-administrativa

Poder. Em linhas gerais, como verbo transitivo direto, define-se pelo ato de ter permissão, capacidade, domínio ou autoridade moral para fazer algo⁸⁴. Conjugando-se de outra maneira, como verbo transitivo indireto, passa a figurar como ação efetiva de controlar e dominar algo ou alguém⁸⁵. Para além dos contextos gramático e semântico, aos quais a língua portuguesa exerce seus jogos de palavras, onde diferentes sentidos podem ser atribuídos a um único verbete do dicionário, o campo político tem se configurado historicamente como um espaço vasto de alcance do poder – ou poderes, nos seus diversos âmbitos.

Como bem definiram Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva em seu “Dicionário de Conceitos Históricos”, para a historiografia “a palavra política não poder ser entendida separada da ideia de ‘poder’. O poder, por sua vez, às vezes é confundido com o Estado, instituição normatizadora da vida em sociedade”⁸⁶. Nesse sentido, compreender as relações políticas que se apresentam no meio social significa necessariamente, ainda que por caminhos indiretos, investigar as estruturas de poder que sustentam tais trocas. Todavia, nem sempre os estudos históricos visaram estes objetivos.

O poder em si se retroalimenta nas narrativas historiográficas tradicionais do ocidente quando constata-se, inicialmente, que para cumprir sua função de “mestra da vida”; a disciplina histórica entre a Antiguidade e Idade Média deveria preocupar-se com um padrão de escrita que valorizasse a memória de grandes heróis⁸⁷. Logo, este conceito representava-se através da história política ou questões religiosas; de acordo com o público e respectivos interesses aos quais tal abordagem selecionada serviria, tendência esta que se intensificaria com os movimentos do Renascimento e da Reforma Protestante do período moderno⁶.

⁸⁴ PODER. In: Michaelis On-line. São Paulo: Melhoramentos, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/poder>. Acesso em: 03 dez 2022.

⁸⁵ Ibidem⁸⁴.

⁸⁶ POLÍTICA. In: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 335 – 338.

⁸⁷ FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 99.

Francisco Falcon ressalta, ainda, que se as narrativas sobre as realezas não se detinham tão rigorosamente à criticidade das fontes, apesar de trazerem diferentes Estados à tona; enquanto o empenho questionador dos reformadores adota tal provação às fontes como regra, o que mais tarde se tornaria parte da metodologia⁸⁸. Tais aspectos abririam caminho para uma nova visão do método historiográfico nos oitocentos, influenciado pelo romantismo. Assim, a história deveria abordar como tema principal o Estado a qual pertence o recorte analisado, com olhar crítico sobre as fontes e compreensão do povo como a própria nação⁸⁹. Caminhou-se, então, para o que o autor em questão definiria como história metódica, geralmente nomeada como positivista. Nela, os fatos devem ser soberanamente descritos à risca, como relatam estritamente as fontes documentais, afinal “é ciência e não arte”⁹⁰.

Entre as críticas pertinentes e extremamente necessárias à inferiorização das ciências humanas no pensamento positivista do século XIX, polemicamente pode-se apontar algumas contribuições para a história enquanto ciência na contemporaneidade. Inicialmente, é possível destacar a importância de reconhecer o próprio percurso do movimento, como na breve linha do tempo caracterizada acima, traçada no sentido de progresso epistemológico; logo, os próprios poderes envolvidos nas primeiras escritas da História, seguidos do desenvolvimento dos novos caminhos para a pesquisa, enveredados pelos questionamentos surgentes.

Outro ponto a ressaltar seria o intuito de limitação inicial dos procedimentos científicos que pautariam a ação do pesquisador a partir de tal método. Ao estabelecer pontos comuns à pesquisa, mesmo que em diferentes temas, a cientificidade toma forma para se afirmar, ainda que tais procedimentos tenham sido revisados de forma mais democrática posteriormente.

Justamente como grandes críticos do positivismo arraigado à história política tradicional, se mobilizariam os historiadores March Bloch e Lucien Febvre já no início do século XX. Com o movimento da Escola dos *Annales* a partir de 1929, estes fundadores defenderam a utilização de novas fontes e abordagens para pesquisa da História, levando em conta as contribuições mútuas entre outros campos da ciência. Outra característica marcante deste movimento é a contrariedade aos ideais positivistas dentro e fora dos limites da disciplina⁹¹, ressaltando-se a

⁸⁸ FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 101.

⁸⁹ *Ibidem*⁸⁸, p. 103.

⁹⁰ *Ibidem*⁸⁸, p. 104.

⁹¹ BARROS, José Costa D'Assunção. A Escola dos *Annales*: considerações sobre a História do Movimento. *Revista História em Reflexão*, Dourados, v. 4, n. 8, p. 1 – 29, jul/dez 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/953/588>. Acesso em: 03 dez 2022.

padronização do factual advindo da documentação oficial como única possibilidade historiográfica, a nível interno, afinal: “[...] é quase infinita a diversidade dos testemunhos históricos. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito”⁹².

Em consonância crítica, diretamente voltada à história metódica, Febvre seria incisivo “a História historizante exige pouco. Muito pouco. Demasiadamente pouco a meu ver, e na opinião de muitos outros além de mim”⁹³; logo, entende-se que a causa dos *Annales* não se limitava ao periódico, mas se estendia aos demais escritos dos seus fundadores e consequentes seguidores, sendo este um dos fatores que impulsionaria uma Nova História ou *Nouvelle Histoire*. Assim, René Rémond, em um estudo sobre a história política a partir de suas raízes tradicionais, aponta nomes que contribuíram para uma trajetória que levaria tal campo a se consolidar enquanto plural; de Karl Marx a Freud:

Um, fazendo da luta de classes, ela mesma resultante do processo econômico, o motor da história, desclassificou o político. O outro, pondo em plena luz o papel do inconsciente e atribuindo à libido, às pulsões sexuais, grande parte da responsabilidade pelos comportamentos individuais, ocultou a ambição e o apetite de poder próprios do político⁹⁴.

É intrigante analisar como até mesmo esta analogia, que engloba diferentes áreas do conhecimento, demonstra características da renovação que o domínio vivenciou, afinal “é impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que ela precisa para respirar”⁹⁵.

Posteriormente, Jacques Julliard iniciaria seu artigo “A política” reafirmando o cenário que se construiu com o advento da nova história, através de uma série de críticas que os historiadores franceses tecem, desde os *Annales*, voltadas à história política. Entre elas, apontam a abordagem como: psicológica, elitista, qualitativa, particular, narrativa, ideológica,

⁹² BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Mira-Sintra; Mem Martins: Publicações Europa América, 1997. Col. “Fórum da História” [Edição revista, aumentada e criticada por Étienne Bloch, com prefácio de Jacques Le Goff], p. 114.

⁹³ Febvre, Lucien. *Combats pour l’histoire*. Paris: A. Colin, 1953, p. 114-118 *apud* FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 107.

⁹⁴ RÉMOND, René. Uma História Presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 23.

⁹⁵ *Ibidem*⁹⁴, p. 29.

parcial, entre tantos outros atributos⁹⁶. Em suma, aponta aspectos pouco representados na tradição dos historiadores políticos como brechas que precisam ser ocupadas na busca por narrativas históricas mais plurais. Entretanto, é preciso compreender outro “jogo” no que tange às compreensões do conceito de poder e constituição da História Política; o jogo de escalas.

É sabido que a historiografia europeia, sobretudo francesa, exerceu e ainda hoje exerce influência sobre a prática historiográfica global; contudo, ainda que os métodos utilizados para exercer uma escrita pautada na cientificidade se estabeleçam para além de regionalismos, como compreender poder e política no Brasil sob o olhar unicamente eurocentrado? A ideia desse questionamento não é estabelecer diferenciações entre estruturas políticas francesas e brasileiras, afinal, tal atitude necessitaria de uma escrita voltada para abordagens que não nos cabem no momento, mas sim suscitar a reflexão sobre questões críticas levantadas pelos pesquisadores citados anteriormente, uma vez que as configurações políticas no Brasil carregam consigo traços muito particulares.

Como defende Jacques Revel, a articulação entre a História sob um ponto de vista local com o global é possível, como uma saída para compreensões amplas de processos que, por vezes, ignoram importante contribuições do micro¹⁴. Logo, ao utilizar os apontamentos metodológicos dos autores clássicos, muitas vezes imprescindíveis para o entendimento de conceitos históricos complexos; é importante também ressaltar a contribuição daqueles que voltaram seu olhar para as relações propriamente brasileiras. Sendo assim, o enfoque regional para a escrita de uma história política representativa tem seu valor, ao destacar o visível e o invisibilizado pelo discurso oficial em suas mais diversas dinâmicas.

Ao tomar o olhar sob o regional como “ingrediente” da historiografia brasileira, Durval Muniz de Albuquerque Junior descreve que a definição de região como estrutura seria composta de vários elementos que se combinariam, se justaporiam, se distribuiriam, se reproduziriam e se organizariam por intercâmbios, mutações e deslocamentos. Ela é pensada

⁹⁶ JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *História: novas abordagens*. Tradução de Henrique Mesquita. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 180-181.

¹⁴ REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15 n. 45, set./dez. 2010, p. 443.

como um sistema, onde a diacronia aparece mais como efeito de superfície, através dos acontecimentos de curta duração, notadamente os de caráter político⁹⁷.

Deste modo, percebe-se a questão política como um dos fatores que possibilita modificações em um cenário onde a tendência é estabilidade. Mesmo que a região em si apresente-se enquanto estrutura, o poder em voga na política, sobretudo regional, é capaz de abalar tais bases. Logo, o autor apresenta como ponto-chave para todos os historiadores que pretendem voltar-se para o local a compreensão das identidades, assim, entende que “pelo questionamento da própria identidade regional ou local, o questionamento da sua existência óbvia, que começa por tornar a identidade da região ou do local o próprio problema do estudo”⁹⁸. Nesse sentido, torna-se necessário compreender as relações entre poderes e o fator regional.

1.2.1. Poder e regionalidade: questões ao “zoom do caleidoscópio histórico”

Assim como as críticas à rígida metodologia da história política tradicional propunham a discussão de outras temáticas que diretamente envolvem os poderes, como as lutas de classes e revoluções⁹⁹; o foco regional como abordagem historiográfica requer diálogo com fatores ligados ao sentido de comunidade, que, por sua vez, está intrinsecamente vinculada à cultura. Ainda segundo o proposto “rascunho de receita” de Albuquerque Júnior, ao tomar a região como foco de análise se vê uma série de hierarquias no meio social, das religiões e política; das quais a cultura influencia e é influenciada dialeticamente¹⁰⁰, por isso observa este como último ponto nos ingredientes para uma pesquisa regional de excelência, afinal, compreendendo um pouco de cada uma dessas divisões hierárquicas, a cultura delinea-se; pois permeia diferentes setores da vida cotidiana, ainda que nos costumes, crenças e modos de fazer e organizar nem sempre seja percebida por quem impacta.

⁹⁷ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. XIII Encontro de História Anpuh – Rio. *Identities*. v. 13, jul/dez 2016, p. 7.

⁹⁸ *Ibidem*⁹⁷, p. 10.

⁹⁹ FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 105.

¹⁰⁰ *Ibidem*⁹⁷, p. 5.

Como espaço amplo e por vezes, difícil de se delimitar, a história cultural pode – e deve - estabelecer diálogos com a história política; sobretudo quando se opta por um recorte regional. Nessa linha, Serge Berstein (1997) sugere a compreensão de uma cultura política. Como o próprio autor reconhece no início de seu ensaio, a discussão da proposta analítica já se apresenta polêmica pelo tema, uma vez que a renovação histórica combateu o tradicionalismo político – aqui mencionado anteriormente -, ao passo que o campo cultural ganhou destaque e profundidade de discussões¹⁰¹.

Todavia, reconhecendo a relevância da cultura no entendimento de estruturas sociais, bem como sua abrangência múltipla; ignorar sua relação de influência mútua com a política significaria deixar brechas nas pesquisas, ponto este que possibilitou críticas no sentido inverso desses domínios. Assim, no primeiro intento de definir cultura política no ensaio em questão, Berstein inicia a escrita destacando a complexidade de uma definição suficientemente objetiva do conceito – assim como os campos em questão separadamente apresentam-se complexos -, mas sinaliza a importância de relacionar o termo como ideológico, fruto de uma série de tradições; que se apresenta de forma plural, segundo o local que o recorte específico pretende adotar¹⁰².

Em seguida, traça as evidências que considera amplamente reconhecidas sobre o caráter diverso da cultura política, ou melhor, das culturas políticas. Em tom de afirmação, reitera que “para os historiadores, é evidente que no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados”¹⁰³; alegando, ainda que as partilhas que alcançaram maior amplitude tornaram-se dominantes, de impacto sobre outras culturas políticas da contemporaneidade. Logo, enuncia a síntese possível entre uma cultura dominante – como o republicanismo – e suas divergentes que, em parte, conjugam-se para conseguir alçar pelo menos em partes alguns de seus anseios – como as antíteses citadas em oposição ao exemplo do republicanismo, o socialismo e o catolicismo -; cujo produto osmótico seria a representação da evolução histórica¹⁰⁴.

¹⁰¹ BERSTEIN, Serge. Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1997, p. 349.

¹⁰² *Ibidem*¹⁰¹, p. 350.

¹⁰³ *Ibidem*¹⁰¹, p. 354.

¹⁰⁴ *Ibidem*¹⁰¹, p. 354.

Assim, ao concluir sua defesa com a afirmação de que a política é um dos pontos que constituem um todo cultural maior, enfatiza que “ao mesmo tempo, revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história”¹⁰⁵. À vista disto, é possível apontar uma aproximação entre esta conceituação e o empreendimento da história regional, que tanto envolve-se com os traços culturais específicos das comunidades; o que incumbiria ao historiador que adentra este terreno a tarefa de “ressoar e fazer sentido uma dada identidade regional”¹⁰⁶. Logo, seja em vias de compreender configurações políticas, culturais ou ambas em uma dada região, tal estudo precisa ser feito em complementariedade; pois as divisões que há muito distanciavam os domínios historiográficos como forma de mantê-los fidedignos, hoje servem à limitação de possibilidades que uma análise intersetorial carrega.

Ao pensar história política, cultura e regionalidade no contexto do século XX, a obra “Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil” de Victor Nunes Leal se destaca. Como o subtítulo sugere, o autor trabalha os arranjos políticos coronelistas, que vigoraram no Brasil entre fins do século XIX e primeira metade do século XX, descrito como fenômeno da vida política no interior, sustentado por compromissos dentro e fora da localidade¹⁰⁷.

Os “compromissos” citados pelo autor são detalhados de formas mais profunda ao longo dos capítulos; descritos pela relação de troca de “favores” entre coronéis e governantes a nível estadual e federal – política dos governadores -, bem como a influência exercida sobre os moradores da região em que tais líderes exerciam seu poder. Especificamente, Leal disserta sobre os componentes capazes de promover tal poder. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência, o “coronel” como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais¹⁰⁸.

¹⁰⁵ BERSTEIN, Serge. Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1997, p. 363.

¹⁰⁶ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. XIII Encontro de História Anpuh – Rio. *Identities*. v. 13, jul/dez 2016, p. 9.

¹⁰⁷ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 23.

¹⁰⁸ *Ibidem*¹⁰⁷, p. 24.

Sob este cenário, o poder se centraliza em uma liderança forte, que “manda e desmanda” em uma região onde, muitas vezes, possui extensas propriedades de terras que são transmitidas aos seus herdeiros; assim como os votos de cabresto, que garantem a carreira política familiar através dos apadrinhados que exercem seu papel pelos como “votos de confiança”, afinal, quando as necessidades surgem é o coronel quem assegura o socorro onde o Estado não chega¹⁰⁹.

Dessa forma, ainda que o fenômeno coronelista seja fruto de seu tempo e deva ser localizado no recorte a qual pertence - a Primeira República -, alguns aspectos que o caracterizam permanecem nítidos ainda na cultura política interiorana da contemporaneidade. O filhotismo, que cria o ideal de co-dependência entre a figura “bondosa” do coronel e a gratidão expressa nos votos pelos afilhados; a influência dos poderes locais e famílias tradicionais nas tomadas de decisões – inclusive, eleitorais -; a detenção de poder, que permite que as despesas e melhorias municipais cheguem ao local desejado, mas também cobra dívidas dos apoiadores desleais, afinal, “para os amigos pão, para os inimigos pau”¹¹⁰. Em suma, ainda que se pretenda compreender manifestações religiosas e culturais, relações de sociabilidade ou mesmo o desenvolvimento de uma municipalidade; entre as curvas do percurso, as figuras de liderança local irão despontar. Logo, afunila-se a perspectiva para compreender o cenário político pradense-de-minas no recorte pretendido.

1.2.2. Política “à moda pradense”: processo de emancipação político-administrativa de Antônio Prado de Minas

Relacionando os conceitos de poder, política e regionalidade aqui mencionados; buscase abrir espaço para uma das muitas questões que as fontes documentais do processo de emancipação político-administrativo de Antônio Prado de Minas suscitaram, entre as pesquisas para esta dissertação. Em linhas gerais, pensar uma localidade com este perfil como dotada de emancipação é intrigante; o que vai ao encontro ao objetivo geral deste trabalho: compreender o papel assumido pelas mulheres católicas em diferentes âmbitos como cultura, religiosidade e política no recém-estabelecido município de Antônio Prado de Minas no século XX,

¹⁰⁹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 31.

¹¹⁰ *Ibidem*¹⁰⁹, p. 32.

relacionando o processo de emancipação político-administrativa com a conquista de direitos e crescente protagonismo feminino em expansão no contexto em voga.

Na trilha de compreender esta dupla emancipação, as atas da Câmara Municipal que tratam do percurso de estabelecimento do município, culminado em 1963, são fontes imprescindíveis. Entre elas, destaco inicialmente a “Ata de Reunião convocada especialmente para se tratar da emancipação do Distrito de Antônio Prado”, datada de 11 de abril de 1958.

Nela, lê-se que se reuniram na residência do senhor José Emídio Piermatei os “elementos representativos da Vila de Antônio Prado”¹¹¹ com líderes do distrito sede de Eugenópolis para tratar especificamente da emancipação político-administrativa do Distrito¹¹². Entre o rol de participantes, contou-se, ainda com a presença do deputado federal Uriel de Resende Alvim, do coletor federal Rui Vale de Matos e do escrivão Rômulo Carvalho. Em primeiro momento, é apontada a atitude de levantar possíveis pontos positivos para a coletividade de Antônio Prado, caso a emancipação se concluísse, uma vez que o distrito apresentava todas as necessárias condições para isto diante da legislação vigente¹¹³.

Entre os atributos presentes na descrição detalhada, chama atenção o seguinte parágrafo:

Dos debates resultou a convicção de que Antônio Prado contribui para a Prefeitura de Eugenópolis, com uma receita municipal superior a Cr\$. 100.000,00 (cem mil cruzeiros), conta com uma população superior a 10.000 (dez mil) habitantes, conta com mais de 200 (duzentas) moradias na Vila, dispõe os prédios particulares em condições de vêlas serem instaladas o Pacto de Higiene e a Prefeitura Municipal; conta com terreno do patrimonio da Municipalidade para a constituição de Matadouro Modêlo, bem com está dotada de Vila com os seguintes melhoramentos: serviço de fôrça e luz; cemitério; 3 (três) [sic] escolas públicas estaduais; 1 (um) templo religioso¹¹⁴.

Os dados apresentados são ainda mais intrigantes tendo em vista a análise da documentação de reconhecimento do distrito, que se concretiza em 1949. Em apenas 9 anos, seria possível a população crescer de maneira tão exponencial ao ponto de sair dos 4 mil habitantes para atingir a marca de 10 mil habitantes na mesma área? Para isso, seria necessário perceber-se crescimento econômico exponencial significativo na localidade, fato que não se

¹¹¹ CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS. *Ata de Reunião convocada especialmente para se tratar da emancipação do Distrito de Antônio Prado*. Antônio Prado de Minas, 1958.

¹¹² *Ibidem*¹¹¹.

¹¹³ *Ibidem*¹¹¹.

¹¹⁴ *Ibidem*¹¹¹.

percebe na documentação. Segundo a receita municipal, teriam as atividades econômicas e sua margem de lucro aumentado de tal maneira que os cofres públicos deixaram de arrecadar em torno de Crz 22.803,10 para uma receita municipal superior a Cr.\$ 100.000,00? Quanto às moradias, o *boom* populacional teria acrescido o número de 89 para 200 moradias, porém, a métrica permanece insustentável: segundo este padrão, seria necessário agrupar 50 habitantes em cada casa. As descrições em questão apresentam-se em termos minuciosos para atender aos requisitos emancipatórios, porém, abrem brecha para uma série de questionamentos que não se sustentam pela própria documentação.

Ainda, caso a numérica se confirmasse, para onde essa população teria migrado nos últimos sessenta anos, uma vez que os censos¹¹⁵ mais atuais e dados oficiais da prefeitura municipal¹¹⁶ estimam população aproximada menor de dois mil habitantes? Afinal, o fenômeno de massa, como necessariamente se caracterizaria nessas condições, seria certamente documentado de forma expressiva; fato este que não se aplica. Para tentar responder essas questões, analisaremos dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística presentes na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959). Através dessa publicação, se tem acesso a uma tabela com os dados gerais do recenseamento de 1950 para o município de Eugenópolis, ao qual se submetia o distrito de Antônio Prado. Segundo os dados do recenseamento da década de 50 presentes na Enciclopédia, o distrito sede de Eugenópolis possuía 1312 habitantes; a Vila de Antônio Prado contava com 562 habitantes; a Vila de Pinhotiba contabilizava 203 habitantes e o quadro rural de todo o município estimava-se em 12783 habitantes¹¹⁷.

Sendo assim, pode-se levantar uma hipótese como resposta à questão que se dispõe: como o quadro rural não se diferencia nos dados estatísticos quanto à territorialidade do distrito-sede ou dos distritos de Antônio Prado e Pinhotiba; a associação dessa estatística ao número de habitantes de Antônio Prado proporcionariam embasamento para afirmar os fatores

¹¹⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Antônio Prado de Minas (MG): cidades e estados. cidades e estados*. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-eestados/mg/antonio-prado-de-minas.html>. Acesso em: 03 dez. 2022.

*Ressalta-se que não foi calculada a inflação para os valores da época, mas a receita se apresentou como ponto instigante na leitura da fonte; o que tornou sua menção relevante.

¹¹⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS. *Dados Gerais*. 2022. Disponível em: <https://www.antoniopradodeminas.mg.gov.br/a-cidade/dados-gerais.html#:~:text=Ant%C3%B4nio%20Prado%20de%20Minas%20C3%A9,era%20de%20aproximadamente%201.670%20habitantes>. Acesso em: 03 dez 2022.

¹¹⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 115.

descritos na ata, sobretudo com o apoio das lideranças políticas regionais. Por fim, o documento descreve os seguintes membros como formadores de uma Comissão Pró-emancipação do distrito, para denotar participação dos populares no processo:

Presidente: José Morcef
 1º Vice-Presidente: Joaquim Pinto de Abreu
 2º Vice-Presidente: José Emidio Piermatei
 1º Secretário: Elcy Alves da Fonseca
 2º Secretário: Carlos Tofani Guedes
 1º Tesoureiro: Mario Rodrigues Pereira
 2º Tesoureiro: Theophilo Ferreira de Oliveira
 Procurador: Vicente Gonçalves Junior¹¹⁸

Observa-se que, em sua totalidade, a comissão é constituída por moradores do distrito engajados no processo em questão, eleitos e empossados; que logo propõe, de forma unânime “um voto de Solidariedade com o Snr. Governador Bias Fortes; com o Snr. Dr. José Ribeiro Pena, Presidente da Comissão de Divisão Administrativa e Judiciária do Estado e com a Egrégia Assembléia Legislativa do Estado”¹¹⁹.

Sobre o engajamento político nesse processo, Josué Fortini Moraes descreve as figuras e partidos da Câmara de Eugenópolis envolvidos na efetivação da lei no caso pradense: pela conservadora União Democrática Nacional – UDN, o farmacêutico Eurípedes Carlos de Abreu, Sebastião Haroldo de Abreu (filho), José Emídio Piermatei (vereador que representava o distrito de Antônio Prado) e Octacílio Moreira da Silva; pelo Partido Social Democrático – PSD, José Morcef (Presidente do Diretório Distrital), Rui Vale de Matos (vereador), Rômulo Carvalho (escrivão), Uriel de Resende Alvim (Deputado Estadual responsável por montar o processo); pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, Joaquim Moreira Junior (também Deputado Estadual), João Batista Teixeira, Antônio Cabral de Mendonça, José Lopes de

¹¹⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS. *Ata de Reunião convocada especialmente para se tratar da emancipação do Distrito de Antônio Prado*. Antônio Prado de Minas, 1958.

¹¹⁹ *Ibidem*¹¹⁸.

Barros; e por fim, pelo Partido Republicano – PR, Dr. Carlos Barbuto (Presidente do Diretório Municipal) e outros vereadores não citados¹²⁰.

Nesse sentido, ainda que diante de controvérsias, o distrito de Antônio Prado é alçado à condição de município através da Lei Ordinária Estadual nº 2764 de 30 de dezembro de 1962 – pela qual se emancipam mais de 200 municípios em conjunto¹²¹ - que dispõe sobre a divisão administrativa do Estado de Minas Gerais. Segundo a lei determina, se estabelece a possibilidade de criação de novos municípios, renovação da divisão de limites intermunicipais de comum acordo entre os envolvidos e possibilidade da mudança de topônimo quando comprovadamente idêntico ou semelhante e passível de confusão com outro município¹²².

Logo, percebe-se o parecer favorável da sede do governo estadual em relação à ata anteriormente descrita, o que proporcionou a aprovação do processo emancipatório e a criação de um novo topônimo, para diferenciar o recente município de seu homônimo sul-riograndense “Antônio Prado”: o município mineiro seria agora Antônio Prado de Minas. Sob tal legislação, ficam estabelecidos os seguintes limites municipais:

- 1- Com o Município de Eugenópolis: Começa na serra do Serrote, no ponto fronteiro às nascentes do córrego de São Bento desce por este córrego até sua foz no rio Gavião; sobe por este rio até a foz do ribeirão do Azedo; continua pelo espigão divisor da vertente da margem esquerda do ribeirão do Azedo até alcançar o pico das Araras, continua pelo divisor de águas entre os ribeirões da Perdição e do Gavião até alcançar a Pedra Elefantina.
- 2- Com o Estado do Rio de Janeiro: Começa no divisor de águas dos ribeirões da Perdição e Gavião, na Pedra Elefantina; segue pelo divisor interestadual até o ponto fronteiro às nascentes do córrego de São Bento, na Serra do Serrote¹²³.

Destaca-se no texto a ênfase à Pedra Elefantina na delimitação de fronteiras, que pela primeira vez é descrito como ponto de marcação de limites. Geograficamente falando, a Pedra Elefantina pode ser descrita como o “segundo maior bloco maciço de granito do mundo [...]”. Cerca de 70% da pedra pertence ao município de Antônio Prado de Minas – MG, os 30%

¹²⁰ MORAES, Josué Fortini. *Antônio Prado de Minas: dos trilhos ao asfalto*. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Marcelina, Muriaé, 2009, p. 17-18.

¹²¹ MINAS GERAIS. *Lei Ordinária Estadual nº 2764, de 30 de dezembro de 1962*. Belo Horizonte, MG: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 1962. Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/como-citar-leis-nas-normas-abnt/>. Acesso em: 27 abr 2023.

¹²² *Ibidem*¹²¹.

¹²³ *Ibidem*¹²¹.

restantes pertencem ao município de Porciúncula-RJ¹²⁴, da qual é possível vislumbrar municípios do encontro de estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo; adotando a nomenclatura devido às suas características de formação que a assemelham à aparência de um elefante¹²⁵. A presença do monólito é característica da paisagem local e pode-se levantar a hipótese de sua citação ao longo da legislação como ponto marcante justamente por conta de sua extensão, que ultrapassa o território pradense-de-minas e poderia gerar conflitos de interesses – sobretudo, quanto às possíveis expedições turísticas – caso tais fronteiras não se estabelecessem de forma nítida.

Ainda em consulta à documentação sobre o processo emancipatório municipal, destaca-se a Ata de Posse do Prefeito e Vice-Prefeito eleitos no pleito 30 de julho de 1963, que de forma breve descreve a instalação do município segundo a eleição dos governantes por aclamação

sob a Presidencia do Vereador Geraldo Rocha, eleito por maioria absoluta de votos, instalou-se a presente sessão, para a posse do Prefeito e Vice-Prefeito, Snr. Euripedes Carlos de Abreu e José Rodrigues Pereira. Pelo Snr. Presidente foi constituída duas comissões compostas de vereadores para introduzirem na sala de sessão o Prefeito Euripedes Carlos de Abreu e o Vice-Prefeito José Rodrigues Pereira, o que foi feito efetivamente e sob aclamações do público presente¹²⁶

Na ocasião da posse, estiveram presentes: o prefeito e representantes da Câmara Municipal de Eugenópolis; um representante da 36ª sessão da Ordem de Advogados de Muriaé, Severo Oliveira Pieruceti; o Deputado João Belo de Oliveira Filho; além dos representantes da Justiça Eleitoral, que instalava a 99ª sessão eleitoral no município – Juiz Eleitoral, Promotor de Justiça, escrivães e oficiais do cartório - e da Comarca de Eugenópolis; o prefeito Eurípedes Carlos de Abreu e seu vice, José Rodrigues Pereira. O vereador pradense Geraldo Rocha declara o Termo de Compromisso de Posse, convidando-os a concordar com a leitura, fato que posteriormente seria reafirmado em ata específica: “ ‘prometo cumprir dignamente o mandato

¹²⁴ MINAS. *Pedra Elefantina*: Antônio Prado de Minas. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/antonio-prado-de-minas/pedra-elefantina>. Acesso em: 28 abr 2023.

¹²⁵ *Ibidem*¹²⁴.

¹²⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS. *Ata de Posse do Prefeito Eurípedes Carlos de Abreu e do Vice-prefeito José Rodrigues Pereira*. Antônio Prado de Minas. 1963.

a mim confiado, observando as leis e trabalhando pelo estabelecimento deste município' tendo cada um dos senhores vereadores declarando em seguida 'Assim o prometo'¹²⁷.

Surge, então, o município de Antônio Prado de Minas. Com contornos particulares, engajamento político de membros de diferentes partidos, tanto em Eugenópolis quanto das lideranças locais, através de atas onde a população, renda e características locais se contrastam e podem ser amplamente questionadas. Em torno de uma década consegue escalonar sua condição político-administrativa diante do governo estadual mineira de vila à distrito e consequente município. Diante da documentação até aqui criticamente analisada, bem como as discussões historiográficas a respeito de política, cidadania e regionalidade; subentende-se a possibilidade de apoio de figuras influentes na política regional para que estes processos se ordenassem de maneira tão rápida e contínua, visto que o cenário descrito em ofícios – facilmente questionável – não parece ter encontrado resistências nas sedes do poder público estadual para sua contestação.

A relação siamesa entre poder e política defendida por Francisco Falcon não é novidade no campo historiográfico¹²⁸. Historiadores políticos tradicionais trabalharam com essa correlação. A Nova História se afastou da história metódica, mas ao seu modo também estabeleceu pontes interdisciplinares que invariavelmente retornaram à política; agora, não como único foco, mas estrutura que permeia tantas outras. Assim, hoje é possível vislumbrar uma perspectiva historiográfica onde essas trocas têm espaço ainda mais amplo, logo: poder, política, cultura e região se conjugam.

Se podemos enveredar por uma história político-cultural, ou trabalhar com o conceito de cultura política, ou ainda o âmbito da história política regional; também se abre espaço para trocas entre estas e outras contextualizações de forma integrada. Ao focar o regional, com o entendimento das contribuições de análises pormenorizadas do micro para o jogo de escalas que alimenta o macro¹²⁹, o historiador deve conhecer e adotar os métodos que são próprios de domínios tão ricos, mas sem perder a atenção sobre questões peculiares que só o local consegue demonstrar.

¹²⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS. *Termo de Compromisso de Posse do Prefeito Eurípedes Carlos de Abreu e Vice-Prefeito José Rodrigues Pereira*. Antônio Prado de Minas. 1963.

¹²⁸ FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 101.

¹²⁹ REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15 n. 45, set./dez. 2010.

No fim do verbete “política” do Dicionário de Conceitos Históricos mencionado no início deste texto, Silva e Silva preocupam-se com as seguintes considerações: “faz-se cada vez mais necessário repensarmos o sentido do político, do trabalho pelo bem-estar social, por valores nobres, buscando revitalizar uma cultura política que sinalize formas mais humanas de relações sociais”¹³⁰. Entre várias reflexões possíveis acerca desta colocação, é importante ressaltar o peso que o poder exerce sobre a sociedade.

Ironicamente, ainda que dissertando-se em termos de humanidade, a fábula utópica “A Revolução dos Bichos”, de George Orwell, depois de levar o leitor à saga dos animais revolucionários, que tomam o poder da liderança local do ambiente que lhes pertence - a fazenda -, convida à reflexão final com as atitudes opressoras que os próprios líderes da revolução (os porcos) tomam. Ao fim da obra, “as criaturas do lado de fora olharam de porco para homem, de homem para porco e de porco para homem de novo, mas já era impossível saber qual era qual”¹³¹. Afinal, o poder desperta a possibilidade de alçar meios antes distantes, ocupar espaços anteriormente destinados a outrem, até mesmo reconhecer-se como um “novo” indivíduo, que têm seu espaço e *status* reconhecidos na sociedade, seja este espaço reconhecido da forma que lhe for mais apropriada.

Tendo em vista as questões políticas e reorganizações territoriais que permearam a trajetória emancipatória do município de Antônio Prado de Minas, surgem questionamentos a respeito das características que compõem o cenário sociocultural da localidade. Sendo assim, o próximo capítulo busca apresentar os cidadãos pradenses-de-minas; focando-se especificamente na atuação e contribuições das mulheres na municipalidade.

Capítulo 2. As faces pradenses-de-minas: contornos culturais do município e representatividade feminina

Nesse capítulo, serão apresentadas as mulheres pradenses-de-minas, bem como compreendidas as suas contribuições para o desenvolvimento cultural de Antônio Prado de

¹³⁰ POLÍTICA. In: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 335 – 338.

¹³¹ ORWELL, George. *A Revolução dos Bichos*. Jandira: Tricaju, 2021, p. 96.

Minas. Ainda, serão descritos os aspectos interseccionais da abordagem da História das Mulheres e recorte regional da pesquisa em questão.

2.1. O aspecto local do “tornar-se mulher”: apontamentos sobre o diálogo entre História das Mulheres, feminismos e História Regional

Qual o lugar da mulher na historiografia? Em linhas gerais, os cânones buscam definir a história que se renova com o *Annales* como de caráter mais democrático, segundo Marc Bloch, seria a ciência que objetiva estudar os homens em sociedade no tempo¹³². Decerto se subentende o caráter generalizador do sujeito da frase, comum na menção da sociedade como um todo. Contudo, façamos uma breve reflexão sobre tal termo em relação ao cenário que compõem a escrita da História. Sob o foco nacional, a história brasileira enquanto parte de um conjunto latino-americano que tem como ponto comum a herança colonialista, se encontra na visão do ‘outro’. Nesse sentido, Janaina Machado pontua sobre a busca pela identidade própria latino-americana, difusa e por vezes sobreposta; sobre a qual a autora afirma:

Ousaria mesmo dizer que uma das características da história intelectual da América Latina tem sido justamente a existência de uma identidade partida, bifurcada, intrinsecamente problemática, porque se encontra em constante tensão entre dois pólos aparentemente opostos. Como se, ao nos olharmos em um espelho, ora víssemos, horrorizados, as imagens dos outros refletidas, ora as nossas próprias imagens, deformadas¹³³.

Logo, é comum recorrer constantemente ao ponto de vista eurocentrado para embasar argumentações na escrita da história; ainda que seu foco seja centrado no espaço nacional. Mesmo que tal consulta aos clássicos seja fundamental para construir abordagens sólidas em diálogo com os acréscimos do repertório atual; os estudos decoloniais intuem a observação para além do dito olhar deformado sobre a imagem que nos corresponde verdadeiramente. Ainda, se enquanto sociedade latino-americana constantemente são firmadas bases no ponto de vista do

¹³² BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Mira-Sintra; Mem Martins: Publicações Europa América, 1997. Col. “Fórum da História” [Edição revista, aumentada e criticada por Étienne Bloch, com prefácio de Jacques Le Goff], p. 55.

¹³³ ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tania Maria; FERREIRA, Maneta de Moraes (orgs). *História oral: desafios para o século XXI* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p. 106.

outro; quando o sujeito histórico interseccionadamente se relaciona com outros quadros de subjugação.

Nesse sentido, voltemos o espelho para as mulheres na narrativa histórica. Esse lugar, crescente nos últimos anos, dá espaço para que as especificidades perpassantes das vivências femininas possam delinear brevemente a construção do domínio da História das mulheres, em paralelo às demandas feministas com as quais manteve diálogo. Assim, o trabalho em questão terá como ênfase a História das Mulheres sob a perspectiva regional, cuja metodologia de redução de escala – semelhante ao método microhistoriográfico – permite reconhecer pontos anteriormente ignorados na perspectiva macroestruturante. Portanto, aliar os intuítos de uma história das mulheres plural, como é também seu objeto, à valorização do âmbito espacial que envolve tais *personas* proporcionaria uma visão singular de cada grupo determinado; enriquecendo, assim, o panorama historiográfico pertinente que as envolve.

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”¹³⁴, é com essa emblemática frase da autora Simone de Beauvoir, ícone da filosofia feminista que muitos discursos, ainda hoje, advogam pela condição social de ser mulher. Como fruto do seu tempo, publicado pela primeira vez em 1949, “O Segundo Sexo” busca detalhadamente descrever, em dois volumes, os aspectos capazes de influenciar a consolidação da opressão feminina socialmente estruturada, de forma que “o conceito de mulher como segundo sexo foi construído pela cultura e permeia a vida vivida do sujeito nessa categoria, limitando a sua existência”¹³⁵. Nesse sentido, a mulher se encaixaria - também - sempre no lugar do “outro”, à parte da hierarquia social diante do protagonismo masculino e neutralidade do ser humano.

No contexto em que foi vinculada, a obra representava os avanços que as pautas pela igualdade dos sexos haviam proporcionado, já superado o discurso sufragista; uma vez que o conceito de “gênero” ainda não era amplamente utilizado enquanto parâmetro de análise. Todavia, mesmo que o livro tenha causado impacto no momento posterior à segunda guerra mundial, sobretudo, na conservadora igreja católica e na União Soviética; trata-se de uma produção de grande importância como inicial, mas ainda excludente diante das especificidades frequentemente recaídas pelas mulheres; tema este que seria discutido nas ondas feministas posteriores.

¹³⁴ BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Trad. de Sérgio Milliet. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

¹³⁵ SOUSA, Karla Cristhina Soares. *Tornar-se mulher: feminismo existencialista e performatividade de gênero*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 37, 2016.

Uma vez compreendida a experiência do “ser” que se implica sobre a existência feminina de diferentes formas em acordo com os marcadores sociais e culturais que a sobrepõem, é impossível pensar em um único movimento feminista, padrão para todas as múltiplas vivências. Nesse sentido, orientam-se feminismos, no plural; fator este que diretamente influiria sobre uma perspectiva histórica que traria ao centro do debate, como sujeitos e objetos da historiografia, as mulheres em suas mais variadas realidades¹³⁶.

A História das Mulheres, enquanto domínio historiográfico, se fortalece paralelamente ao crescimento dos movimentos feministas de segunda onda, por volta da década de 1960. Todavia, como aponta Rachel Soihet em um capítulo destinado a este campo de estudos na obra “Domínios da História”; anteriormente a esse marco, algumas produções já se voltavam para a relação entre os sexos, bem como para suas dicotomias¹³⁷. Logo, mais uma vez reitera-se a importância da renovação da História enquanto ciência - empenhada pela Escola dos Annales a partir da primeira metade do século XX - para a ampliação dos debates sobre as mulheres como sujeitos históricos também passíveis de protagonismo, e não somente à sombra dos pais, maridos, irmãos ou demais responsáveis e autoridades masculinas reforçadas nos documentos oficiais tradicionais.

Com a abertura proporcionada pela corrente em questão, novas fontes são incorporadas ao ofício do historiador, o que lhe permitiria a visão de sujeitos tradicionalmente – e propositalmente - excluídos das narrativas-padrão, afinal, “[...] é quase infinita a diversidade dos testemunhos históricos. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito”¹³⁸. Assim, enquanto amplia a própria capacidade profissional de empreender análises mais completas, onde novos questionamentos são feitos até mesmo às antigas fontes de pesquisa, o historiador é capaz, ainda, de realizar cruzamentos de dados entre perspectivas diferentes sob um mesmo contexto. Nesse sentido, aliada à interdisciplinaridade, a nova história deu espaço para o surgimento de domínios relacionados a grandes áreas; como a cultura, economia e sociedade. Entende-se, portanto, que a série de modificações dentro e fora da academia pressionaram a criação de um campo exclusivo, que logo se expandiria para atender às demandas do grupo que lhe diz respeito. Em

¹³⁶ SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia* (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 399.

¹³⁷ *Ibidem*¹³⁶ p. 400, 401.

¹³⁸ BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Mira-Sintra; Mem Martins: Publicações Europa América, Col. “Fórum da História” [Edição revista, aumentada e criticada por Étienne Bloch, com prefácio de Jacques Le Goff], p. 114. 1997.

síntese, “pluralizaram-se os objetos de investigação histórica, e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história”¹³⁹, eis a História das Mulheres.

Com o avanço das discussões sobre pautas como classe, raça, e etnia nos feminismos, propulsoras de diferenciações dentro dos movimentos; a historiografia caminhou no sentido de reconhecer tal multiplicidade também em seus escritos, uma vez que as trocas recíprocas entre as duas áreas subentendem constantes reflexões acerca do viver enquanto mulheres¹⁴⁰. Por volta dos anos 1970, os estudos históricos adotaram o conceito de gênero enquanto categorização de análise. Tal modificação se deu como saída para a amplitude de possibilidades epistemológicas diante das novas classificações nos feminismos, de forma a englobar os mais diversos perfis de mulheres na narrativa histórica. Ainda, gênero figura oposição à determinação biológica, deixando de lado a binaridade para enfatizar os papéis, representações e performatividades do feminino como construções sociais¹⁴¹, fator de relevância não só para a observação historiográfica, mas também antropológica e sociológica.

Nesse sentido, Maria Odila Leite da Silva em “Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças”, afirma que “o estudo das relações de gênero caminha no sentido de documentar as diferenças culturais, de nuancá-las, de modo que um dia, eventualmente transformadas, possam se aproximar”¹⁴². Logo, sua ambição está longe de segregar as mulheres enquanto indivíduos à parte da sociedade e pesquisa histórica, mas sim, pretende esmiuçar as especificidades que fazem delas sujeitos em segundo plano para que, ao apontar tais agravantes e valorizar sua trajetória, possamos tornar mais próximas questões ainda causadoras de divergências entre gêneros – mesmo que essa ideia possa parecer utópica. Outro aspecto de destaque na análise da autora, que vai ao encontro tanto à militância quanto ao foco historiográfico, diz respeito aos conceitos que se associam ao “universo feminino”. Assim, “trata-se de historicizar os próprios conceitos com que se tem de trabalhar, tais como reprodução, família, público, particular e sociabilidades, a fim de transcender definições estáticas e valores culturais herdados como inerentes a uma natureza feminina”¹⁴³. Se a própria adoção do conceito de gênero surge como ferramenta potencializadora para levantar

¹³⁹ SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia* (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 399.

¹⁴⁰ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In.: Burke, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

¹⁴¹ *Ibidem*¹³⁹, p. 404, 405.

¹⁴² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica faz diferenças. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, jan. 1999, p. 373.

¹⁴³ *Ibidem*¹⁴², p. 375.

questionamentos acerca das construções sociais das “coisas de mulher” – ou até “coisas de mulherzinha” -, faz sentido que até as bases mais aparentemente estáveis sejam encaradas como alvo de interpretação e reinterpreção histórica; afinal, até que ponto as fronteiras entre uma temática e outra não irão se entrecruzar ao abordar um domínio tão amplo?

Porém, assim como as pretensões da História das Mulheres não devem ser tidas como “separatistas”, as diversas subespecialidades de análise que surgem conforme as reivindicações sociais se fortalecem e estudos se ampliam, também devem ser compreendidas enquanto soluções às brechas deixadas por longos anos de silenciamento. Quando adentramos os debates sobre “esquecidos” da história, torna-se necessário compreender a questão dos estudos subalternos. Logo, Larissa Pelúcio reafirma os preceitos que o termo gênero enquanto perspectiva analítica pressupõe, diante das minorias esquecidas na historiografia, que podem se referir, inclusive a “maiorias inferiorizadas”:

Falar de saberes subalternos não é, portanto, apenas dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as “verdadeiras” e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas¹⁴⁴

Nesse intuito, metodologicamente dialoga ainda com José D’Assunção Barros, na metáfora do “caleidoscópio histórico”, onde a ciência histórica, composta por seus mais diversos domínios e possibilidades, se renova a cada pesquisador que o observa. Nela, estabelece que cada giro – logo, cada nova visão sobre uma determinada temática em questão - “ocorre em consonância com as motivações de uma época, com as necessidades de uma determinada sociedade, com as suas nem sempre perceptíveis imposições políticas, com a sua capacidade de colocar certos problemas”¹⁴⁵. Posto isto, o fazer histórico como prática que acompanha os homens em sociedade no tempo, se renova e naturalmente incorpora diferentes subtópicos, que se relacionam como em uma teia. Nesse sentido, destaca-se o domínio da História das Mulheres como de interesse desse trabalho, tendo em vista sua relação com o recorte regional.

¹⁴⁴ PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos *queer*. *Revista Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p. 399. jul-dez 2012.

¹⁴⁵ BARROS, José D’Assunção. O campo da História – a partilha do saber histórico na historiografia contemporânea. *XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Londrina: ANPUH, p. 5, 2005.

2.1.2. “Mulher” não, “mulheres”: pluralidade regional e intersecção

À vista disto, insere-se a possibilidade de intersecção entre História Regional e História das Mulheres. Em definição básica, Pierre Goubert apontaria a área ligada às perspectivas locais como “àquela que diz respeito a uma ou a algumas aldeias, pequenas ou médias cidades (um grande porto ou uma capital vão além do alcance local) ou uma área geográfica não maior que a área provincial comum [...]”¹⁴⁶. Todavia, ao considerar a interdisciplinaridade entre História e Geografia nos estudos voltados às regiões, é importante destacar que as delimitações nem sempre dizem respeito aos limites oficialmente demarcados. Como aponta José D’Assunção Barros, “região é uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios”¹⁴⁷, porém, quem constrói a regionalidade a qual pretende se desdobrar é o historiador, diante de suas fontes e critérios-chave para traçar seu objeto¹⁴⁸.

Sendo assim, os estudos regionais figuram-se como ambiente propício para trazer ao centro da análise histórica determinadas localidades, grupos e territórios que seriam esquecidos diante de produções globalizantes, as quais tendem a deixar passar detalhes que, enquadrados em um contexto, são de extrema importância para a compreensão de movimentos culturais, costumes em comum, tradições repassadas geração a geração e até mesmo configurações econômicas próprias, por exemplo. Logo, entra em cena o jogo de escalas, utilizado enquanto ferramenta metodológica na microhistória, bem como alternativa às obras generalistas. Jacques Revel aponta a redução de escalas como alternativa aos “cansaços da Clio” produzidos por métodos de longa quantificação em macroestruturas, assim, reduzir o recorte geográfico de observação apresenta-se como meio de “diminuir ambições e tornar discursos mais modestos”¹⁴⁹. Contudo, vale ressaltar o sentido de “modesto” na frase: a observação de escalas menores não reduz, também, a qualidade e relevância das pesquisas. Pelo contrário, possibilita contribuições imprescindíveis à historiografia de maneira mais geral; uma vez que análises

¹⁴⁶ GOUBERT, Pierre. História Local. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, jan-jun. 1992, p. 45.

¹⁴⁷ BARROS, José D’Assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 10, verão de 2005, p. 98.

¹⁴⁸ *Ibidem*¹⁴⁷, p. 119.

¹⁴⁹ REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. In.: Levi, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 14, 2000.

micro encontram sentido na relação com discursos macros, em busca de uma narrativa mais coesa e inclusiva.

Posto isto, entende-se que utilizar o elemento regional como recorte possibilita a compreensão pormenorizada da interação entre indivíduo e espaço, entendido não só como barreiras geográficas, mas também espaço cultural, afetivo, laboral, religioso entre tantos aspectos que serão destacados de acordo com o interesse epistemológico do pesquisador. Nesse bojo, Durval Muniz de Albuquerque Junior sintetiza as reflexões discursivas dos autores Gilberto Freyre no “Manifesto Regionalista” e José Mattoso em “A Escrita da História: teoria e métodos”; segundo os quais tal elemento representaria, em linhas gerais, “certa forma de estar aí no mundo que definiria, por sua vez, certa forma de ser, conjunto de práticas discursivas ou não que constituiriam uma dada forma de, inclusive, ser feliz, reivindicada como uma aspiração do homem”¹⁵⁰. Diante de um domínio que permite reflexões existencialistas pertinentes, enquanto suscita debates multilaterais, os estudos de gênero têm muito a ganhar.

Ao pensar as mulheres a partir de uma visão ampla, que leve em conta a interseccionalidade que as atravessa, perpassando todos os âmbitos de suas vidas, o aspecto regional pode alavancar as pesquisas em diferentes sentidos. Inicialmente, uma vez tornando-se essencial relacionar eixos como trabalho, família, classe, raça e sexualidade no entendimento do que é ser mulher e de como sua posição na sociedade sofre a influência destas sobreposições; compreender quem é determinada personagem a partir do regionalismo que a envolve significa reconhecer a relação indivíduo e meio, anteriormente citada. Ainda, em termos geográficos, é sabido que estudar mulheres relacionadas ao meio rural configura determinado perfil pré-disposto – ou pelo menos esperado -; contudo, convidar ao debate mulheres rurais representa um perfil distinto do primeiro.

Enfatiza-se, ainda, que tal análise não pretende ser simplista, em um infundável debate binário e dicotomista entre rural *versus* urbano, “arcaico” *versus* “moderno”, homem *versus* mulher; não nos deixemos retornar a um ponto já superado, certo? A ideia dessa distinção vai ao encontro do anseio de uma hermenêutica do cotidiano, apontada por Maria Odila Leite da Silva Dias, que aplicada aos estudos feministas representaria “[...] mostrar a diversidade e fluidez das relações de gênero e dos conceitos relativos aos papéis femininos tidos como

¹⁵⁰ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. XIII Encontro de História Anpuh – Rio. *Identities*. v. 13, jul/dez 2016.

universais”¹⁵¹. Logo, empenhar essa interpretação no que é mais próprio das mulheres, por mais diferentes que sejam – elas e seus espaços de vivência – possibilita enxergar a influência dos aspectos construídos culturalmente em sua localidade no próprio “ser” dessas personagens; que possuem marcas profundas da experiência cidadã, lembranças regadas de afeto (ou desafeto) do meio em que foram criadas e desenvolveram potencialidades, memórias de uma vida enquanto sujeitos ativos, silenciados ou submetidos em determinado território.

Como via de mão dupla, pode-se investigar, ainda, o “eu” no “todo”, assim, a influência dessas mulheres no local em que vivem; sobretudo, na busca de uma história que dá voz aos esquecidos e valoriza também aqueles que foram excluídos dos testamentos, impedidos de acessar as atas políticas, impossibilitados de figurar em muitos inventários. Desse modo, as mulheres irão desnudar novas páginas da sua história, e não apenas as de batismo, casamento e óbito, vez ou outra os processos-crime – principalmente enquanto vítimas.

Assim, ser mulher, como a reflexão inicial de Simone de Beauvoir exprime, é construção diária. Ainda que biologicamente determine-se o sexo feminino e socialmente construa-se o gênero feminino, conviver e questionar a carga de atribuições mascarada entre piadas como “isso é coisa de mulher” é tarefa diária, contínua, pois infelizmente adquiriu caráter rotineiro. Tornar-se mulher implicaria corresponder a um *script* pré-elaborado, que é imposto no nascimento e perpetuado pelas estruturas sociais, porém, não é impossível modificar esse roteiro que não nos agrada nem um pouco.

Nesse sentido, tratando-se de uma análise histórica voltada às especificidades de determinado grupo, toma-se o ofício do historiador como “necessariamente o diálogo da nossa contemporaneidade com o passado, de que gostaríamos de nos libertar ou pelo menos de ver à distância, com os olhos iluminados pelas possibilidades múltiplas de nosso vir a ser no futuro”¹⁵². Então, tornar-se mulher pode implicar tornar-se protagonista, reconhecer na história figuras inspiradoras, visualizar narrativas onde as vozes dissonantes são amplificadas e finalmente escutadas.

É na singularidade do espaço que se alimenta ricamente a percepção dos papéis femininos, com base na sua atuação prática e não teórica¹⁵³, estática. Se o que dá sentido à história regional é a capacidade de pôr “em questão o caráter naturalizado do espaço regional

¹⁵¹ DIAS, Maria Odila Leita da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica faz diferenças. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, jan. 1999, p. 378.

¹⁵² *Ibidem*¹⁵¹.

¹⁵³ *Ibidem*¹⁵¹, p. 377.

de que partem”¹⁵⁴, o debate entre os questionamentos interseccionais dos feminismos, que acompanham e são acompanhados pela História das Mulheres, quantas novas questões não surgiriam ao convidar à discussão essas personagens munidas de toda bagagem que só o meio local poderia proporcionar? Logo, tornar-se mulher poderia assumir um caráter mais original e protagonista, não mais como a “segunda”, o “outro”, aquela que permanece alheia ao contexto em que se insere por lhes negarem espaço. Nesse sentido, a história tem papel essencial no novo giro do caleidoscópio, no qual insere-se a história como ciência dos homens – e mulheres – em sociedade no tempo, em toda sua multiplicidade.

Ao tomar como ponto de análise o que é ser mulher no Brasil, uma série de questões se apresentam, por vezes até mesmo de maneira implícita. Afinal, como anteriormente destacado, espera-se que mulher seja a cuidadora, que deve zelar por sua honra, bons costumes e pelo bem da família. Em um artigo publicado na Revista *Duc in Altum*, intitulado “‘Procure a mulher’: diálogos entre crônica e micro-história na representação feminina do século XIX por Machado de Assis”¹⁵⁵; toma-se como reflexão o papel cultural e social destinado às “mulheres honradas” dos oitocentos, à vista da crônica machadiana “*Cherchez la Femme*”, bem como as relações de proximidade interdisciplinar mantidas entre a Micro-história e o gênero literário Crônica, ambos intimamente ligados à História Cultural. Por se tratar de interesse da discussão presente, como certo percurso traçado até o recorte desejado nesta dissertação, convidaremos tal análise ao debate em questão.

Como ponto comum, a compreensão, abrangência e relevância da cultura para as sociedades instiga estudiosos que se dedicam ao entendimento das construções simbólicas humanas, dos quais pode-se citar antropólogos, cientistas sociais, historiadores, escritores literários e tantos outros. Nesse sentido, Peter Burke objetiva desvendar um novo domínio que dá título ao questionamento de sua obra, “O que é história cultural?”. Logo de início, o autor esclarece conflitos ainda presentes na definição teórica do tema, uma vez que a amplitude do conceito de cultura torna difícil a tarefa de estabelecer limites ao campo de estudos em questão. Ainda assim, pontua a afirmação de que tal interesse de pesquisa seja um marco, como verdadeira “virada cultural” nos mais diversos âmbitos, visão na qual “o historiador cultural

¹⁵⁴ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. XIII Encontro de História Anpuh – Rio. *Identidades*. v. 13, jul/dez 2016.

¹⁵⁵ MORAIS, Naiara Raimundo. Procure a mulher: diálogos entre crônica e micro-história na representação feminina do século XIX por Machado de Assis. *Duc in altum*, v. 21, 2022, p. 48-57.

abarca artes do passado que outros historiadores não conseguem alcançar”¹⁵⁶; uma saída para a fragmentação crescente da cadeira.

Todavia, o próprio autor aponta caminhos para solucionar este embate. Ao descrever a área como “sem essência”, mas dotada de “história própria”, sugere a percepção da história cultural a partir de seu método, desviando-se o foco absoluto sobre os tão diversos objetos de análise; logo, a preocupação com o simbólico¹⁵⁷. Posto isto, desenvolve cronologicamente as etapas que marcaram a consolidação de uma historiografia cultural; desde os primeiros estudos de intelectuais alemães do século XVIII sobre “canções e contos populares, danças, rituais, artes e ofícios”¹⁵⁸ até a apropriação da temática por parte de historiadores acadêmicos da década de 1960. Ainda assim, a aproximação com conceitos antropológicos permanece como marca desse domínio, fator que o liga à micro-história, surgida por volta de 1970.

A dualidade epistemológica deste conceito se dá ao fato de que as possibilidades suscitadas pela abordagem são diversas, de acordo com o contexto em que a pesquisa se insere¹⁵⁹. Enquanto o domínio micro-histórico diz respeito ao campo de estudos que se utiliza da redução de escala para compreensão de um cenário constantemente ignorado na visão macro, mas sem perder o foco de suas contribuições para um quadro analítico mais amplo; o método da micro-história pode ser abordado em trabalhos de diferentes domínios como chave para revelar dados indispensáveis à historiografia.

Nesse sentido, segundo Jacques Revel seu desenvolvimento se deu como sintoma a partir de inquietações geradas pelas lacunas da História Social, ocupando um novo espaço como “opinião historiográfica ávida ao mesmo tempo de novidades e de certezas”¹⁶⁰. Como fruto do seu tempo, pode-se relacionar, ainda, o esforço micro-histórico como resposta aos impactos da globalização, que tendem a gerar “modismos” - o que pode normatizar até mesmo as tendências

¹⁵⁶ BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Tradução de Sérgio Goes de Paula, 2005, p. 29.

¹⁵⁷ *Ibidem*¹⁵⁶, p. 10.

¹⁵⁸ *Ibidem*¹⁵⁶, p. 29.

¹⁵⁹ REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15 n. 45, set./dez. 2010, p. 434.

¹⁶⁰ _____. A história ao rés do chão. In.: Levi, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 8.

de pesquisa -, capazes de supervalorizar o geral e deixar que se perca aspectos extremamente relevantes do conhecimento local e cultura regional¹⁶¹.

Posto isto, o que apetece os olhos do pesquisador é justamente a trivialidade do cotidiano, a série de interrelações móveis que constituem o pano de fundo da calmaria do dia a dia, onde ‘nada acontece’¹⁶². Tal escolha não se dá para privilegiar um recorte em detrimento de outro, mas sim examinar minuciosamente as lacunas dos estudos de larga escala. Como a ferramenta de *zoom* das câmeras, que permite enxergar detalhes que a fotografia de início não apresentaria; a compreensão do micro revela traços importantes na constituição de um contexto macro mais coeso, logo, a diminuição paradoxalmente amplifica. Ao relacionar os intuítos da micro-história como frutos da aproximação da história à antropologia, a analogia de Peter Burke bem descreve o jogo de escalas e interdisciplinaridade que envolvem a temática: “O microscópio era uma alternativa atraente para o telescópio, permitindo que as experiências concretas, individuais ou locais, reingressassem na história”¹⁶³.

Tomando-se como ponto de reflexão tais analogias, é possível arriscar, ainda, o diálogo do jogo de escalas com a concepção de “história vista de baixo”¹⁶⁴ proposta por Edward Palmer Thompson. Uma vez compreendida a importância de valorizar a historiografia das classes estruturalmente silenciadas - ou camufladas - nos discursos oficiais, inverte-se a lógica tradicional que enaltece a elite e cria heróis: afinal, heróis de quem? Nesse intuito, não existem grupos “menores” à espera da salvação, apenas sujeitos distintos e dotados de trajetórias diversas, que podem – e devem – ser contadas. Logo, em uma perspectiva atual, valoriza-se ainda o impacto do jogo de escalas na compreensão das mudanças que seguem em ritmo acelerado mundialmente. A essa realidade soma-se a análise de Jacques Revel, a qual propõe encarar tal flexibilidade perspectiva como facilitadora na liquidez dos dias atuais. Se a internet aproximou ainda mais as fronteiras, transpondo-as constantemente através do avanço da globalização, o autor afirma: “talvez seja nesse ponto que uma reflexão sobre as escalas pode

¹⁶¹ BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Tradução de Sérgio Goes de Paula, 2005, p. 61.

¹⁶² REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. In.: Levi, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 17.

¹⁶³ *Ibidem*¹⁶³, p. 61.

¹⁶⁴ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 528.

ajudar-nos a retomar certo domínio sobre esses processos que nos ultrapassam”¹⁶⁵. Logo, pode-se compreender o crescimento no número de trabalhos que inserem a micro-história em sua abordagem metodológica ou mesmo como “carro-chefe”, uma vez que sua relevância permanece constantemente reafirmada, pois a ação dos historiadores que pode alimentar um campo com mais rigor do que outros tende a torná-lo mais evidente¹⁶⁶.

Dessa forma, as representações simbólicas, tão caras à história cultural são perceptíveis na análise micro. A definição do antropólogo Edward Tylor em “*Primitive Culture*”, presente na obra de Burke, esclarece essa relação; uma vez que cultura em um sentido ‘etnologicamente amplo’ seria “o todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”¹⁶⁷. Ainda que o objeto de estudos permaneça vasto, é possível identificar as interrelações que a historiografia focada no micro estabelece com a escrita voltada ao entendimento da história cultural por uma série de exemplos, dos quais brevemente cito dois italianos: “A Herança Imaterial”, de Giovanni Levi e “O queijo e os vermes”, de Carlo Ginzburg.

Ao descrever a trajetória do padre exorcista Giovan Battista Chiesa, do povoado de Santena na Itália do século XVII, Levi convida o leitor a conhecer os moradores dessa localidade, crenças, costumes e estruturas sociais que permeiam seu cotidiano; de forma que em certos momentos não é mais a *persona* de Chiesa o centro da narrativa, mas também o contexto em que vive e os aspectos que favoreceram a formação de sua herança imaterial¹⁶⁸. Já Ginzburg ressalta a figura do moleiro conhecido como “Menocchio” ao longo de todo o texto, em caminho inverso, onde as ideias sobre vida e universo que o herege descreve no processo inquisitorial do século XVI são pontapé para compreender o imaginário de uma figura peculiar, mas que teria sua história levada pelas cinzas do tempo se não fosse reconhecida em uma visão ‘de baixo para cima’¹⁶⁹.

¹⁶⁵ REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15 n. 45, set./dez. 2010, p. 590.

¹⁶⁶ BARROS, José D'Assunção. O campo da História: a partilha do saber histórico na historiografia contemporânea. In: ANPUH - XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIII, 2005, Londrina. *Anais [...]*. Londrina: ANPUH, 2005. p. 4.

¹⁶⁷ TYLOR, Edward. *Primitive Culture*. Reino Unido: Dover Publications, University of Oxford. 1871. In.: BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Tradução de Sérgio Goes de Paula, 2005, p. 43.

¹⁶⁸ LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹⁶⁹ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

À vista disto, percebe-se que a “maneira de fazer” dos microhistoriadores não se encerra na redução de escala, uma vez que leva em conta o conjunto de diferentes aspectos que contribuem para que o fato se construa como tal, em meio a símbolos, signos e pontos de vista complementares. Assim, o que destaca um padre, um moleiro ou um pacato cidadão em meio ao mar de possibilidades analíticas que um grupo social pode apresentar é justamente o ponto que o liga ao todo, que gera identificação em meio às mais diversas personagens. É a “chave” da cultura que tem potência para criar um próprio domínio historiográfico, alimentar tantos outros – como a micro-história – e ser objeto e sujeito da escrita literária. Nesse sentido, amplie-se a discussão sobre as técnicas que envolvem a metodologia micro-histórica: não só o campo de estudos “dita as regras”, mas também as fontes selecionadas e o “giro do caleidoscópio histórico”¹⁷⁰, que como diz a metáfora de José D’Assunção Barros, “ocorre em consonância com as motivações de uma época, com as necessidades de uma determinada sociedade, com as suas nem sempre perceptíveis imposições políticas, com a sua capacidade de colocar certos problemas”¹⁷¹.

O mesmo empreendimento “ao rés do chão” encontra-se como ponto comum a ação dos cronistas. O exercício dos escritores que se dedicam ao gênero também dialoga com a ideia de escalas – ainda que não tecnicamente, como a historiografia exige –, ao passo que o tom do cenário, a ambientação detalhada e temporalidade que envolvem os textos são coordenados por quem escreve. Como afirma o crítico literário Antonio Candido, “a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas”¹⁷², uma vez que detêm este poder de traduzir diferentes perspectivas sobre a sociedade a qual narra. Enquanto a Micro-História surge a partir da insatisfação de estudiosos italianos com antigos métodos de análise social; a crônica nasce no folhetim (entre 1981 e 1988), inicialmente acompanhada da brevidade característica dos jornais, como toque de humor e sátira em meio à seriedade das notícias diárias¹⁷³. Contudo, mesmo que sua escrita não tenha pretensão de se manter atual por longos períodos, muitas vezes alcança êxito nesse propósito por tecer críticas sociais salpicadas de ironia que permanecem contemporâneas, como manchetes do último periódico.

¹⁷⁰ BARROS, José D’Assunção. O campo da História: a partilha do saber histórico na historiografia contemporânea. In: ANPUH - XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIII, 2005, Londrina. *Anais [...]*. Londrina: ANPUH, 2005. p. 5.

¹⁷¹ *Ibidem*¹⁷⁰.

¹⁷² CANDIDO, Antonio. A vida ao rés do chão. In.: CANDIDO et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 14.

¹⁷³ *Ibidem*¹⁷².

Nesse sentido, insere-se a título de exemplificação as características tidas como necessárias à “mulher ideal” do século XIX, propostas por Machado de Assis na crônica “*Cherchez la femme*”. Ainda que a ambientação do texto se envolva com o período em que foi publicada, interessa ao enredo da pesquisa as permanências em relação aos “papéis femininos” que se perceberiam ainda na primeira metade do século XXI, na espacialidade analisada.

2.1.3. “Procure a mulher”: diálogos entre crônica e Micro-História em Machado de Assis

Outro ponto de aproximação é a temática aparentemente desprezível. Em “O nascimento da crônica”, Machado de Assis exemplifica de forma simples como o cronista seleciona o objeto de sua composição: enquanto debate sobre o modo de fazer do gênero, aponta como tema o “desenfreado calor”¹⁷⁴. Assim, enquanto cativa o leitor demonstrando a facilidade de desenvolver uma narrativa por meio de assuntos triviais e de aparente senso comum, como o clima; consegue estabelecer início, meio e fim da publicação. Sendo assim, quando Antônio Candido afirma que a desprezão da crônica a humaniza, sintetiza o esforço machadiano de enxergar um mundo de possibilidades na simplicidade do rotineiro. Logo, a variedade de cenários temáticos, transfigurada em possíveis motivações de escrita que se apresenta ao cronista é inesgotável, pois o gênero interpreta o dia a dia quando o autor “foca o detalhe urbano, que vê a sociedade em um poste quebrado ou na alegria de uma criança que vai à escola, escava questões filosóficas ou salienta a ironia da vida numa feira, na praça e no fluxo das ruas”¹⁷⁵ a fim de tornar acessível a textualidade aos mais diferentes leitores, por meio da coloquialidade; traço que a aproxima das suas raízes nos periódicos, onde o público leitor poderia ser diverso.

Em termos de historiografia, os jornais possuem imenso valor interpretativo para diferentes aspectos da vida em sociedade, uma vez que cada folhetim carrega consigo linguagem, diagramação e escolha de temáticas voltados para o público-alvo que lhe diz respeito, de forma a sustentar uma ideologia em suas entrelinhas – ora mais visível, ora mais subjetiva. Já para a literatura, o espaço jornalístico significa também espaço de expressão artística, além de impulsionar carreiras que ali se iniciam. No caso do renomado autor - considerado por muitos como o maior nome da literatura brasileira-, fundador da Academia

¹⁷⁴ ASSIS, Machado de. O nascimento da crônica. In.: ASSIS, Machado de. *Crônicas escolhidas de Machado de Assis* - Coleção Folha. São Paulo: Ática, 1994, p.13.

¹⁷⁵ MARONEZE, Luiz Antonio Gloger. A crônica e o fazer histórico na crise da modernidade: reflexões e possibilidades. *Estudios Historicos*, Uruguay, v. 12, n. 6, jul. 2014. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/12/artigo%20cronica%20e%20hist.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2022, p. 4.

Brasileira de Letras, Machado de Assis não foi diferente. De origem humilde, publicou seu primeiro texto, um soneto intitulado “À Ilma. Sra. D.P.J.A” em 1854 no trissemanal *Periódico dos Pobres*¹⁷⁶. Posteriormente, atuou ainda como revisor, redator, tipógrafo e crítico teatral para diversas gazetas e revistas, nas quais publicou inicialmente romances, contos, poemas e crônicas que posteriormente seriam republicados como livros; transitando entre as escolas literárias do romantismo, indianismo, parnasianismo e realismo¹⁷⁷.

Entre tais revistas, destaco o periódico “*A Estação*”: de origem europeia, publicada nos dias 15 e 30 de cada mês, no Rio de Janeiro entre 1879 e 1904. Descrita como “jornal ilustrado para a família”¹⁷⁸, era composto basicamente por um jornal de moda (8 páginas) impresso na Alemanha, ilustrado com as principais tendências da moda francesa – que em nada se adequariam ao clima e estações brasileiros -; e aporte literário (4 páginas), impresso no Brasil com a contribuição de diversos autores, como Arthur Azevedo com as “Chroniquetas” e Machado de Assis, que no mesmo periódico publicaria “O Alienista”, “Quincas Borba” e a crônica “*Cherchez la femme*”, sendo a última de maior interesse nesse texto¹⁷⁹. A seguir, o texto em questão:

Cherchez la femme

Texto-fonte:
Obra Completa, Machado de Assis,
Rio de Janeiro: Nova Aguilar, V.III, 1994.

Publicado originalmente em *A Estação*, Rio de Janeiro, 15/08/1881.

“Quem inventou esta frase, como uma advertência própria a devassar a origem de todos os crimes, era talvez um ruim magistrado, mas, com certeza, excelente filósofo. Como arma policial, a frase não tem valor, ou pouco e restrito; mas aprofundai-a, e vereis tudo que ela abrange; vereis a vida inteira do homem.

Antes da sociedade, antes da família, antes das artes e do conforto, antes das belas rendas e sedas que constituem o sonho da leitora assídua deste jornal, antes das valsas de Strauss, dos *Huguenotes*, de Petrópolis, dos landaus e das luvas de pelica; antes, muito antes do primeiro esboço da civilização, toda a civilização estava em gérmen na mulher. Neste tempo ainda não havia pai, mas já havia mãe. O pai era o varão adventício, erradio e fero que se ia, sem curar da prole que deixava. A mãe ficava; guardava consigo o fruto do seu amor casual e

¹⁷⁶ ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Machado de Assis*: biografia. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/machado-de-assis/biografia>. Acesso em: 17 abr. 2022.

¹⁷⁷ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Machado de Assis*: vida e obra. Vida e Obra. Disponível em: <https://machado.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

¹⁷⁸ *A ESTAÇÃO*. Rio de Janeiro: Lombaerts & Cia, v. 15, Xº ano, 15 ago. 1881. Quinzenal.

¹⁷⁹ BRASIL, Bruno. *A Estação*: Jornal Ilustrado para a família. 2015. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-estacao-jornal-illustrado-para-a-familia/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

momentâneo, filho de suas dores e cuidados; mantinha-lhe a vida. Não desvie a leitora os seus belos olhos desse infante bárbaro, rude e primitivo; é talvez o milionésimo avô daquele que lhe fabricou agora o seu véu de Malines ou Bruxelas; ou — provável conjectura! — é talvez o milionésimo avô de Meyerbeer, — a não ser que o seja do Sr. Gladstone ou da própria leitora.

Se quereis procurar a mulher, é preciso ir até lá, até esse tempo, *d'ogni luce mutto*, antes dos primeiros albos. Depois, regressai. Vinde, rio abaixo dos séculos, e onde quer que pareis, a mulher vos aparecerá, com o seu grande influxo, algumas vezes maléfico, mas sempre irrecusável; achá-la-eis na origem do homem e no fim dele; e se devemos aceitar a original teoria de um filósofo, ela é quem transmite a porção intelectual do homem.

Assim, amável leitora, quando alguém vier dizer-vos que a educação da mulher é uma grande necessidade social, não acrediteis que é a voz da adulação, mas da verdade. O assunto é decerto prestado à declamação; mas a idéia é justa. Não vos queremos para reformadoras sociais, evangelizadoras de teorias abstrusas, que mal entendeis, que em todo caso desdizem do vosso papel; mas entre isso e a ignorância e a frivolidade, há um abismo; enchamos esse abismo.

A companheira do homem precisa entender o homem. A graça da sociedade deve contribuir para ela mais do que com o influxo de suas qualidades tradicionais. Enfim, é preciso que a mulher se descative de uma dependência, que lhe é imortal, que não lhe deixa muita vez outra alternativa entre a miséria e a devassidão.

Vindo à nossa sociedade brasileira, urge dar à mulher certa orientação que lhe falta. Duas são as nossas classes feminis, — uma crosta elegante, fina, superficial, dada ao gosto das sociedades artificiais e cultas; depois a grande massa ignorante, inerte e virtuosa, mas sem impulsos, e em caso de desamparo, sem iniciativa nem experiência. Esta tem jus a que lhe dêem os meios necessários para a luta da vida social; e tal é a obra que ora empreende uma instituição antiga nesta cidade, que não nomeio porque está na boca de todos, e aliás vai indicada noutra parte desta publicação.

A ocasião é excelente para uns apanhados de estilo, uma exposição grave e longa do papel da mulher no futuro, para uma dissertação acerca do valor da mulher, como filha, esposa, mãe, irmã, enfermeira e mestra, tudo lardeado dos nomes de Rute e Cornélia, Récamier e a Marquesa de Alorna. Não faltaria dizer que a mulher é a estrela que leva o homem pela vida adiante, e que principalmente as leitoras d'*A Estação* merecem o culto de todos os espíritos elegantes. Mas estas coisas subentendem-se, e não se dizem por ociosas. Baste-nos isto: educar a mulher é educar o próprio homem, a mãe completará o filho¹⁸⁰.

Por se tratar de um periódico que valoriza os costumes europeus como exemplo de conduta para as mulheres brasileiras, nada mais adequado do que utilizar uma expressão francesa como título chamativo à crônica que se seguiria. No sentido literal da tradução, “*Cherchez la femme*” significa “procure a mulher”; dito que pode ser relacionado a diferentes interpretações. Primeiramente, foi associada à ficção policial na França, a partir do romance “*Les Mohicans de Paris*” de Alexandre Dumas, em 1854, cujo significado estaria associado à

¹⁸⁰ ASSIS, Machado de. *Cherchez la femme*. In.: ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, V. III, 1994.

culpa da mulher nos bastidores que motivariam os crimes; logo, para encontrar os suspeitos da ação, dizia-se que ao “procurar a mulher” por trás dos fatos o mistério seria solucionado¹⁸¹. Posteriormente, outra vinculação sexista se deu à expressão, equiparando-a à frase “atrás de um grande homem há sempre uma grande mulher”.

Todavia, na crônica machadiana que carrega no título a mesma expressão, seu sentido é construído de outra forma. Ao exaltar a mulher como origem da vida, afinal, “toda civilização estava em gérmen na mulher”¹⁸², o autor confere às mulheres papel de destaque na sociedade. Contudo, é preciso levar em conta que se trata de uma produção que é fruto do seu tempo, publicada originalmente em 1881; o que se torna evidente ao longo do texto em que os papéis determinados a essas personagens no contexto vigente é descrito. O literato aponta a mulher como o início e fim de todas as coisas, quase como num sentido sagrado, de pertencimento e devoção. Ao enumerar as qualidades femininas, ressalta o “dom” para ensinar e cuidar, que se repetiria posteriormente ao citar os papéis que lhe caberiam: de filha, esposa, mãe, irmã, enfermeira e mestra¹⁸³. Sobretudo, dedica maior espaço na narrativa para destacar a inteligência feminina, onde “ela é quem transmite a porção intelectual ao homem”¹⁸⁴, característica que seria ainda reforçada na conclusão do texto: “educar a mulher é educar o próprio homem, a mãe completará o filho”.

É fato que ler tais palavras no fim do século XIX pode parecer um ato quase revolucionário, porém, nos atentemos aos detalhes. Como aporte literário em uma revista de moda, o cronista fez questão de deixar sua crítica à “superficialidade” do tema por si só, enquanto deixa claro qual tipo de educação defende no folhetim: “não vos queremos para reformadoras sociais, evangelizadoras de teorias abstrusas, que mal entendeis, que em todo caso desdizem do vosso papel”¹⁸⁵; afinal, não seria este um comportamento adequado a essas mulheres. Contudo, “entre isso e a ignorância e a frivolidade, há um abismo; enchamos esse abismo”¹⁸⁶, o que se pode entender como um ideal entre a possível radicalidade intelectual ou total ignorância literária e artística; um caminho do meio, de educação previamente selecionada

¹⁸¹ COLLINS. Cherchez la femme. In: COLLINS. *Collins Dictionary*, 2022. Disponível em: <https://www.collinsdictionary.com/pt/dictionary/english/cherchez-la-femme>. Acesso em: 17 abr. 2022.

¹⁸² ASSIS, Machado de. Cherchez la femme. In.: ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, V. III, 1994.

¹⁸³ *Ibidem*¹⁸².

¹⁸⁴ *Ibidem*¹⁸².

¹⁸⁵ *Ibidem*¹⁸².

¹⁸⁶ *Ibidem*¹⁸².

como adequada. Ao retornar para o meio de publicação original, compreende-se ainda melhor o intuito de tais apontamentos. A crônica descrita divide a página com anúncios publicitários, estrategicamente organizados pela redação da revista.

No topo da página, lê-se em caixa alta: “Lyceu de artes e officios: aulas para o sexo feminino”, o que se segue com a obra de Machado de Assis e um texto redigido pela própria *Estação* reforçando a importância de erguer a mulher através do ensino “para que ella possa ver de que ponto do horisonte irrompe essa luz divina, cujo reflexo ha de allumiar a Familia, acrescentar a Patria e engrandecer a Humanidade”¹⁸⁷; que seria possível através do Lyceu de artes e officios do comendador Francisco Joaquim Bitheucourt da Silva. Ainda na mesma seção, o periódico pede doações das suas leitoras para a referida instituição educadora, detalhando, inclusive, como deveriam ser feitas as doações de acordo com as condições financeiras de cada uma: “migalhas da vossa fortuna”¹⁸⁸ para as mais abastadas e donativos também das mais pobres, afinal “imitae o exemplo da mulher da parabola, que também era pobre e não deixou de dar”¹⁸⁹; sendo assim, torna-se difícil negar este pedido. Reitera, ainda, o reconhecimento que seria destinado às senhoras generosas através de um quadro de honra com seus nomes publicados a cada nova edição quinzenal¹⁹⁰. Assim sendo, é possível identificar aspectos relevantes do papel esperado das mulheres na sociedade brasileira do século XIX, não só através da crônica citada em si – ainda que as questões por ela levantadas sejam reveladoras -, mas também pelo meio em que o texto é publicado e a forma como o periódico envolve a temática literária em uma narrativa propositalmente construída.

A proximidade perspectiva que é característica da crônica encontra similaridade com um método e domínio historiográfico: a micro-história. Logo, pensar relações interdisciplinares entre tais campos significa investigar metodologicamente o aporte histórico e social tão presente como pano de fundo da literatura, ao passo que dá toques conscientemente poéticos ao rigor historiográfico; tornando a compreensão cultural de determinado grupo mais estreita. Se a micro-história busca assimilar a chave da cultura em seu bojo, analisar produções que se referem a determinados recortes selecionados pelo pesquisador – ainda que sejam textos sem compromisso com a total fidelidade dos fatos – permite captar as visões narrativas que outras

¹⁸⁷ A *ESTAÇÃO*. Rio de Janeiro: Lombaerts & Cia, v. 15, Xº ano, 15 ago. 1881. Quinzenal, p. 181.

¹⁸⁸ *Ibidem*¹⁸⁷.

¹⁸⁹ *Ibidem*¹⁸⁷.

¹⁹⁰ *Ibidem*¹⁸⁷.

personagens idealizaram e construíram sobre sua realidade; afinal, a escrita também é fruto do seu tempo.

Nesse sentido, compreende-se o papel da crônica não só como gênero literário cuja temática e produção se aproximam da metodologia micro-histórica, mas também como passível de ocupar um lugar social no contexto em que se insere. Se, em “*Cherchez la femme*”, Machado de Assis demonstra os papéis esperados das mulheres brasileiras no fim do século XIX, enquanto dialoga com as pretensões do folhetim em que publica; é possível utilizar de textos literários do mesmo gênero para compreender culturalmente qual o papel destinado à mulher no século XX, caminhando em destino à emancipação. Ainda, pode-se relacionar o texto analisado com outras produções que se encaixem no recorte temporal pretendido: como esse lugar social se transformou ao longo dos anos?

2.2. “Não se nasce mulher, torna-se mulher”: contestação, “papéis” femininos e posicionamento das pradenses-de-minas na década de 1960.

Se em fins do século XIX o incentivo ao ingresso das mulheres em instituições educacionais – vide o “lyceu” mencionado – demonstra a abertura de novos espaços para que elas ocupem, ainda que de forma reduzida; pode-se compreender tal fator como exemplo prático de uma série de desdobramentos essenciais para o avanço nos direitos femininos. Tratando-se do recém-emancipado município de Antônio Prado de Minas, teriam as mulheres galgado posições de destaque no contexto político efervescente, para além da atuação na igreja? Como a sociedade patriarcal e a igreja católica encaravam esse novo lugar social feminino, diante da série de mudanças que ocorriam na década de 1960, a nível mundial, nacional, mas sobretudo regional? Na comunidade católica prandense-de-minas, onde religiosidade e cultura constantemente mesclam-se, qual o real perfil encarnado por tais personagens, entre “Evas” e “Marias”?

Como o objeto em questão, as perguntas que suscita são múltiplas, caminhemos no sentido de levantar possíveis respostas. Em obra publicada recentemente, intitulada “Sobreviventes e Guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000”, Mary Del Priore acrescenta aos conselhos de Machado de Assis, sobre comportamentos de uma verdadeira dama, trechos do autor J. I. Roquette ainda mais taxativos:

Caso se calarem [os homens] *, cala-te também [...]; se te divertires, não mostres senão uma alegria moderada; se estiveres aborrecida, dissimula e não dêes a conhecer [...] nunca por tua vontade prolongues a conversação. Aceita e come o que te oferecem e, quando desejes outra coisa, não o digas. Não ostente em público suas prendas¹⁹¹

Tal qual uma marionete, a mulher “de respeito” não deve seguir seus impulsos – que dirá, vontades -, mas sim satisfazer a todo o tempo aquilo que a sociedade, sobretudo os homens, esperam de sua conduta; como legítimas brasileiras à moda europeia. Com esse termo, todavia, não pretende-se demonstrar que a submissão feminina é unicamente fruto de inspirações em periódicos internacionais; porém, é inegável que as questões exteriores ao Brasil aqui chegam

*Colchetes próprios.

¹⁹¹ PRIORE, Mary Del. *Sobreviventes e Guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000*. 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2020, p. 95.

e vão assumindo contornos próprios, adaptados ao longo do tempo – mesmo que o ideal permaneça no além-mar. Ainda em citação à Roquette, a autora destaca sua preocupação com as boas maneiras das moças até mesmo diante de convites para dançar, nos quais insere o conselho: “Não mostres preferência a nenhum dos que te convidarem: velho, feio, coxo, não há um só homem, que se presenta a dançar, que não presuma de si; pode-se lhes aplicar o ditado vulgar: ‘Não há torto que se veja nem cego que se enxergue’ ”¹⁹².

Caminhando até o século XX, analisaremos as modificações que se apresentaram sob o lugar das mulheres no meio social. É fato que seria um tanto quanto ambicioso tentar analisar todo este processo, em suas mais intrigantes minúcias em um trabalho de dissertação, que dirá em um único capítulo; porém, brevemente ressaltamos alguns pontos importantes sobre o contexto que antecede o recorte temporal específico dos anos 1963 a 1976. Tradicionalmente, em termos cronológicos caracterizaríamos século XX no período de 1901 a 2000; porém, historicamente outras teses discutem marcações tão exatas para processos históricos – logo, legitimamente humanos. Eric Hobsbawm, em sua famosa coleção sobre as “eras” da História, destaca o século XX como iniciado a partir do início da Primeira Guerra Mundial (1914), findando-se com a dissolução da União Soviética (1991); sendo este considerado o século mais terrível, rápido, repleto de guerras e revoluções, nascimento e declínio de utopias, enquanto ainda se caracteriza pelo medo e ignorância das pessoas, a Era dos Extremos¹⁹³.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, o cenário de tensão se instaura na Europa e no Brasil acompanha-se sobre as notícias dos conflitos através dos periódicos, já que o rádio só faria sua primeira transmissão oficial a nível nacional em 1922. Entre as décadas de 30 e 40, as mulheres que já galgavam gradativamente algum espaço nas atividades para além do espaço doméstico, ocupariam agora não só as salas de aulas e corredores de enfermaria, mas também o chão das fábricas e cadeiras de escritórios; sobretudo com a Segunda Guerra Mundial – ainda mais sangrenta que a primeira – e escassez de trabalhadores que incentivou o trabalho feminino; mesmo que este seguisse visto com maus olhos, afinal “quanto à coesão da família, o trabalho da mulher fora do lar contribui para enfraquecê-la”¹⁹⁴.

¹⁹² PRIORE, Mary Del. *Sobreviventes e Guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000*. 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2020, p. 96.

¹⁹³ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. 1ª. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁹⁴ OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. “Nossos comerciais, por favor”! A televisão brasileira e a Escola Superior de Guerra: o caso Flávio Cavalcanti. 2001, p. 57. In: AZAMBUJA, Cristina Spengler. O papel social da mulher brasileira nas décadas de 30 a 60, retratada através das propagandas veiculadas na Revista “O Cruzeiro”. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, Novo Hamburgo, v. 3, n. 6, jan – jun 2006, p. 91.

Em seu estudo sobre o papel social das mulheres segundo as propagandas do periódico *O Cruzeiro*, Cristina Azambuja descreve o perfil identificado nos anúncios publicitários como direcionamento ao público-alvo, no qual a “imagem feminina ligava-se ao estereótipo de mãe/rainha do lar. As suas obrigações com o marido e casa eram seus problemas, o que preenchia o seu universo, e é essa a imagem veiculada nos anúncios da década de 30”¹⁹⁵. Todavia, ao passo que a dona de casa cuidadora, mãe, esposa, possivelmente cuidadora e educadora também no âmbito profissional tem publicidade voltada para a suas tarefas domésticas; surge um apelo para o novo perfil de mulheres que se inspirava nas influências europeias, o que a autora chama de “mulher ousada”, politizada, independente, que trabalha e garante renda. Nesse sentido, para alcançar os diferentes possíveis perfis de leitoras, *O Cruzeiro* divide sua diagramação da seguinte maneira:

Texto ainda construído para a mãe/esposa, conformando a imagem da mulher brasileira aos costumes e tradições, de forte influência católica, de apelo nacionalista; já as imagens, as ilustrações, a publicidade com vistas ao consumo, configuravam o modelo de fora, da mulher esportiva, liberada, moderna, que fumava e dirigia automóveis, engendrando o estereótipo que reinou naquela transição: a melindrosa, perfil objeto¹⁹⁶.

Contudo, tanta “liberação” à figura feminina como simples atos de acender um cigarro ou tomar a direção de um automóvel poderiam ser vistos como “porta de entrada” para independências mais fortes. Priore destaca o desgosto familiar diante da possibilidade de ver as filhas e esposas batendo ponto em empregos que em muito se distanciavam da ‘calmaria’ do lar, o que levou até mesmo ao posicionamento médico sobre a importância da maternidade para a vida da mulher – que se dificultaria com sua rotina laborativa – e posterior pacto de moralidade firmado entre o presidente Getúlio Vargas e a Igreja Católica pelos bons costumes e preservação da família¹⁹⁷; tudo em nome do bem estar do povo brasileiro. O discurso patriarcal e moralista mistura-se e busca influenciar as ações daquelas que começam a rumar no caminho do segundo perfil de anúncios publicitários citado,

¹⁹⁵ AZAMBUJA, Cristina Spengler. O papel social da mulher brasileira nas décadas de 30 a 60, retratada através das propagandas veiculadas na Revista “O Cruzeiro”. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, Novo Hamburgo, v. 3, n. 6, jan – jun 2006, p. 85.

¹⁹⁶ *Ibidem*¹⁹⁵, p. 86.

¹⁹⁷ PRIORE, Mary Del. *Sobreviventes e Guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000*. 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2020, p. 135.

Desse esforço, havia que se multiplicar mães e esposas. Aquela que não preenchesse os requisitos estipulados pela ‘natureza’ era identificada como ‘anormal’, pecadora e criminosa. Não ser esposa nem mãe, não amamentar, significava desobedecer à ordem natural das coisas. E, não bastasse, punha em risco o futuro da nação, por não formar bons cidadãos¹⁹⁸.

Todavia, Priore destaca o fato de que trabalhar não era nenhuma novidade para as mulheres brasileiras; que antes se dedicavam à produção e venda de doces caseiros, costura, atividades no meio rural, e agora se viam diante de vagas em repartições públicas, ambientes comerciais e nas ditas “profissões reconhecidamente ‘femininas’: enfermeiras, professoras, balconistas, telefonistas, secretárias, escriturárias, guarda-livros, com destaque para as datilógrafas, que se tornaram essenciais nos escritórios após a difusão da máquina de escrever”¹⁹⁹. Nesse sentido, as mulheres teriam ganhado espaço para além do campo doméstico e religioso, conquistando sua autonomia ainda que a passos lentos; contudo, mais uma vez é necessário reiterar as multiplicidades que trabalhar com a história das mulheres dispõe: tal movimento progressista não se deu de maneira uniforme e simultânea em todo o país.

Tendo em vista o foco no recorte temporal selecionado para esta pesquisa, entre 1963 e 1976, uma série de mudanças movimentavam o cenário mundial e nacional, o que impactaria diretamente sobre o papel social ocupado pelas mulheres em questão. Sob a coleção de Edições Veja, o almanaque “Os anos 60: a década que mudou tudo” busca delinear um apanhado de principais acontecimentos dos últimos dez anos que precedem sua publicação, subdividindo-se em temáticas que ganharam destaque no período a que se refere. Ao folhear as páginas do fascículo, o leitor se depara com um termo que insiste em reaparecer, seja nas sessões de política, guerras, juventude, sexualidade, ciência e outras mais: contestação. Como o próprio título da publicação sugere, em concordância com outra constante associado ao período – a denominação de “anos rebeldes” -, o panorama é de acontecimentos que buscam desafiar a lógica estabelecida entre as “certezas” do momento. Não basta questionar-se de forma íntima, o clima de movimentação que irradia, sobretudo entre os jovens, convida à contestação pública. Sobre as chamadas “rebeliões da juventude”, a edição afirma:

¹⁹⁸ PRIORE, Mary Del. *Sobreviventes e Guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000*. 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2020, p. 135, 136.

¹⁹⁹ *Ibidem*¹⁹⁸, p. 137.

Em todos eles [os jovens] um máximo denominador comum: **não**. Mas, descrentes de tudo o que herdaram, os jovens perderam até a confiança no **não** que lhes tinham ensinado a dizer e criaram uma nova semântica da negação – o sim ao não – e uma nova forma de dizê-lo: a ação. Um **não** que podia ter a aparência de cabelos compridos, roupa suja, música estridente, pés descalços e ‘*blue jeans*’, ou assumir a forma mais ameaçadora de uma pedra na mão e uma ideia revolucionária na cabeça²⁰⁰.

Entre as artimanhas da língua portuguesa, curiosamente o verbo “contestar” pode assumir diferentes significações de acordo com o contexto em que é conjugado, enquanto transitivo ou intransitivo; podendo ser atribuído ao ato de “provar com o testemunho de outrém”²⁰¹ ou “demonstrar oposição, objetar, opor-se, protestar”²⁰²; o que pode suscitar a reflexão acerca do “espírito revolucionário” que pairava sobre o momento em questão: seriam os atos contestatórios uma maneira de se reafirmar enquanto indivíduos diante de uma sociedade teoricamente ‘pacificada’ e ‘confortável’ no pós-guerras? A busca pela clareza das objeções através da atitude de “dizer sim ao não” seria, logo, não apenas uma forma de se posicionar radicalmente em contrariedade ao tradicionalismo ultrapassado; mas também um caminho para um tipo de autoafirmação estática em meio a tantas movimentações: os papéis se ‘confundem’ como parte de um longo processo de reconhecimento identitário na realidade do século XX.

Também nos anos 1960, o Brasil se vê diante da chegada de uma nova corrente contestatória que desembarcava dos EUA: o Feminismo de Segunda Onda. Se “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir já se debruçava sobre a condição de “outro” destinada socialmente à mulher; o movimento de segunda onda busca trazer ao centro do debate o protesto diante das condições de subjugação evidenciadas na última década. Todavia, assim como o caso brasileiro demonstrava envolvimento laboral antes mesmo da expansão de ofertas de emprego para mulheres nos anos 1930 e 1940; as brasileiras já se envolviam com questões relacionadas à participação política em diferentes frentes de reivindicações antes da chegada do movimento estadunidense, fator que se intensificaria posteriormente à década de 60 diante do cenário ditatorial, como cita Joana Maria Pedro

²⁰⁰ EDIÇÕES VEJA. *Os anos 60: a década que mudou tudo*. São Paulo: Editora Abril, 1970, p. 13.

²⁰¹ CONTESTAR. In: Michaelis Online. São Paulo: Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/PABG/contestar/>. Acesso em: 10 jun 2023.

²⁰² *Ibidem*²⁰⁰.

As mulheres estiveram, por exemplo, nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, de direita, ocorridas antes do Golpe Militar, e na Passeata dos 100 Mil, de oposição ao governo, no Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1968. Ao longo das décadas de 1960, 70 e 80, mulheres atuaram ainda nos clubes das mães, nos movimentos por creche, nas marchas da ‘panela vazia’ (ou ‘panelaços’), nas reivindicações por anistia política (aos presos e aos perseguidos pelo regime) e no Movimento Diretas Já (por eleições diretas)²⁰³.

Ainda no início dos anos sessenta, a vida privada é impactada por um marco científico que impactaria a vida das mulheres – e da sociedade, de forma geral – muito além das quatro paredes: a comercialização da pílula anticoncepcional. Percebe-se, ainda, no contexto em voga a diferenciação entre o sexo conjugal, destinado aos oficialmente e religiosamente casados, sobretudo quando trata-se do papel feminino que deve guardar sua virgindade para a noite de núpcias; e as relações descompromissadas que poderiam ser exploradas pelos homens, como algo “de sua natureza” nas “zonas”²⁰⁴. Priore destaca dados estatísticos: “no censo de 1960, 60,5% da população era casada no civil e no religioso”²⁰⁵, cenário que promoveu comumente famílias numerosas diante da falta de contracepções; “era comum ver mulheres conceberem sete, dez, até doze filhos, obedecendo ao ‘crescei e multiplicai-vos’, a chegada da pílula anticoncepcional revolucionou os hábitos sexuais”²⁰⁶.

Como enuncia o Almanaque “Anos 60: a década que mudou tudo” na sessão “Produtos do bem e do mal”, como solução para a alta taxa de natalidades e os anúncios das possíveis consequências desastrosas de uma superpopulação mundial; o princípio-ativo dos anticoncepcionais se voltou para o cerne das concepções: a ovulação, pois impedindo-a com a ingestão de comprimidos de progesterona em períodos de 20 a 28 dias no ciclo menstrual, não seria possível – na maior porcentagem dos casos de utilização correta – a gravidez²⁰⁷. O “Enovid” e companhia que surgiram ao longo dos anos, todavia, não foi recebido de forma calorosa por todos os públicos; afinal, que pretensão artificial, contra a natureza da mulher e instituição do casamento abençoado por Deus seria essa?

Ainda diante das reações iniciais, o Almanaque se restringe a comentar brevemente sobre a recepção das pílulas; ainda que destacando sua efetividade, não evidencia se elas

²⁰³ PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 240, 241.

²⁰⁴ PRIORE, Mary Del. *Sobreviventes e Guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000*. 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2020, p. 186.

²⁰⁵ *Ibidem*²⁰⁴.

²⁰⁶ *Ibidem*²⁰⁴, p. 192.

²⁰⁷ EDIÇÕES VEJA. *Os anos 60: a década que mudou tudo*. São Paulo: Editora Abril, 1970, p.105.

estariam ao lado dos produtos anteriormente classificados como “do bem” ou “do mal” no título, declara apenas que seu uso “provocou uma revolução moral ao mesmo tempo que se afirmou como o mais eficiente sistema de controle de natalidade, embora também tenha sido acusada, nestes últimos anos, de provocar o câncer”²⁰⁸. Pedro descreve outros âmbitos impactados pela contracepção feminina, como a “separação entre procriação e sexualidade, com aval das ciências médicas”²⁰⁹ na mentalidade social; a “revolução sexual” então impulsionada pela facilidade de acesso ao medicamento nas farmácias e a possibilidade de planejamento familiar, que contribuiria para que as mulheres pudessem definir seu “estilo de vida, carreira profissional e questões financeiras. Puderam, então, cogitar outros futuros”²¹⁰, sem necessariamente limitar-se à criação dos filhos em tempo integral – ainda que os estímulos a esta condição continuassem fortes. Entretanto, outro precedente se desnuda diante da liberdade: “abriu-se uma brecha no mandamento divino: a mulher poderia escolher entre ter ou não filhos”²¹¹.

Em meio à tantas contestações, as católicas que se distanciavam do conservadorismo certamente se viam diante de conflitos internos; pois mesmo diante das ondas revolucionárias, a Igreja Católica se mantinha irredutivelmente apegada às tradições de séculos passados, que não se adequavam mais à realidade social de rebeldia. A década de 1960 é marcada, ainda, pela crise nas estruturas da instituição, que não escapou aos questionamentos vigentes. O existencialismo de Sartre se espalhava em meio às discussões sobre a condição humana e a máxima “Deus está morto” se propagava, aliada ainda a uma série de indagações “a virgindade de Maria posta em dúvida, o pecado original discutido, a presença de Cristo na hóstia questionada e o fim da igreja anunciado em inúmeros livros”²¹². A crise se demonstrou inclusive nas vocações, reduzidas pela metade no Brasil e estimadas em “um padre para cada 7000 habitantes”²¹³ na América Latina; fator que impulsionou a convocação do Concílio do Vaticano II, iniciado em 1962 e finalizado em 1965.

Como saldo do Concílio, a Igreja adotou mais dezesseis leis, que não alteraram a estrutura dos dogmas e sacramentos tradicionais; mas que apesar de promoverem certa

²⁰⁸ EDIÇÕES VEJA. *Os anos 60: a década que mudou tudo*. São Paulo: Editora Abril, 1970, p.105.

²⁰⁹ PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 244.

²¹⁰ *Ibidem*²⁰⁸.

²¹¹ PRIORE, Mary Del. *Sobreviventes e Guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000*. 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2020, p. 192.

²¹² *Ibidem*²⁰⁸, p.109.

²¹³ *Ibidem*²⁰⁸, p.109.

proximidade com a comunidade nos ritos e celebrações, não acataram todas as mudanças de mentalidade que se processavam, entre os quais se destaca a polêmica encíclica *Humanae Vitae*, publicada pelo Papa Paulo VI em 1968. O documento exorta aos casais, diante da grande procura pelas pílulas anticoncepcionais, ao chamado “amor conjugal e fecundo”, segundo o qual seria consequência do casamento a procriação, e sua interrupção ou impedimento configura como um pecado proibido pela igreja; como se descreve no tópico 14:

Em conformidade com estes pontos essenciais da visão humana e cristã do matrimônio, devemos, uma vez mais, declarar que é absolutamente de excluir, como via legítima para a regulação dos nascimentos, a interrupção direta do processo generativo já iniciado, e, sobretudo, o aborto querido diretamente e procurado, mesmo por razões terapêuticas²¹⁴.

Em atitude inédita, o Papa Paulo VI precisou vir a público se pronunciar após a publicação da encíclica para defendê-la dois dias após sua distribuição, o que destaca a inconformidade que se estendeu ao ambiente religioso mesmo após as concessões do Vaticano II²¹⁵. Sendo assim, vislumbra-se um panorama onde as mulheres trabalham em repartições, escritórios, no comércio, no meio rural; mas ainda precisam se dedicar às tarefas de cuidado da casa e família. As discussões feministas estimulam seu engajamento político e reivindicações por igualdade, mas a ditadura militar cerceia os sopros de liberdade que movimentam as brasileiras. A ciência contribui com a possibilidade de, pela primeira vez, escolher se serão ou não mães, quando assumirão esse posto e quantos filhos terão através do uso do anticoncepcional; mas a igreja insiste em alimentar discursos conservadores contra o “pecado” da contracepção. Em meio à rebeldia que se levanta no período destacado, o verbo contestar, em movimento, precisa constantemente atuar na reafirmação do que é ser mulher.

2.2.2. Ventos de mudança em solo de tradições conservadoras: tornar-se mulher em Antônio Prado de Minas na década de 1960

Distante geograficamente da realidade das grandes cidades, como Antônio Prado teria recebido essas modificações? De maneira ainda mais específica, como as mulheres pradenses-de-minas encaravam os papéis novos destinados às mulheres dos anos 1960 e início de 1970?

²¹⁴ PAULO VI. *Encíclica Humanae Vitae*. Vaticano, 1968. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae.html#_ftn14. Acesso em: 10 jun 2023.

²¹⁵ *Ibidem*²¹².

Como forma de buscar respostas para essas perguntas, utilizaremos de entrevistas aplicadas à comunidade católica pradense - foco dessa pesquisa – cujo envolvimento feminino se mostrou de destaque. No ano de 2018, foram realizadas entrevistas com membros da comunidade católica Nossa Senhora Aparecida com o objetivo de compreender a participação dos fiéis em festividades tradicionalmente religiosas que se tornaram parte da identidade cultural do município; como parte das fontes que integraram o trabalho de conclusão de curso para a Licenciatura em História.

Como critérios adotados para estabelecer a escolha dos participantes, foram selecionados a participação ativa no cotidiano e eventos religiosos da comunidade; idade igual ou superior a sessenta anos e disponibilidade para compartilhar suas narrativas de memória. Logo, não se preteriu a escolha de mulheres para as contribuições com o trabalho, todavia, elas se apresentaram como maioria segundo tais critérios – o que se comprova com a análise dos Livros de Tombo da paróquia -; fato que motivou o aprofundamento deste recorte. Nesse sentido, ainda que o foco dos questionários tenha se voltado para a atuação religiosa dessas personagens, outros aspectos são observáveis na fala registrada.

Ao falar sobre a dita “revolução sexual” que se estendia entre as metrópoles e ganhava espaço com as revistas e almanaques, pode-se conjecturar uma realidade de desprendimento em relação à temática, que no então momento seria “moda”; porém, no interior o conservadorismo se destacou na narrativa. Ainda que as mulheres pradenses tenham relatado o acesso às publicações destinadas ao público feminino através do jornaleiro do trem, ou quando a compra não fosse possível, pelo aluguel dos exemplares, suas temáticas poderiam causar estranhamento. Ao contar sobre um momento em que foi surpreendida enquanto catequista, a segunda entrevistada descreve a situação que se passou em um encontro na zona rural entre os limites de Antônio Prado e Eugenópolis:

Ih, quando eu dava Catecismo lá em Coelho Bastos, minha filha, teve uma vez que eu passei o maior aperto, a Maria*, filha do João*, me perguntou como é que faz *pra* ter filho! Aí eu falei “Divino Pai Eterno, como é que eu vou responder!” (risos) Aí acabou que eu nem precisei responder nem ensinar nada, que ela teve 5! [...] Eu falei “Jesus, o quê que eu vou arrumar!”, aí eu falei “Não, é o papai do céu que manda”, tentei inventar umas coisas; mentira, né? Ah, Jesus que aperto que eu passei²¹⁶.

²¹⁶ Entrevista 2, realizada em 23 de junho de 2018.

*Nomes fictícios, adotados para preservar a identidade dos citados ao longo da entrevista.

O constrangimento ao ser questionada sobre a concepção demonstra a espinhosidade com a qual se tratava o assunto, sobretudo no âmbito religioso, mesmo que a pergunta tenha se originado na curiosidade infantil. Ainda, a questão que envolve a participação feminina em atividades eclesiais que despendem uma postura de ensino – não só no catecismo, mas também em atividades missionárias – se apresenta como um desafio a ser encarado. Quando questionadas sobre o que perceberam que melhorou ao longo dos anos na comunidade, as entrevistadas 1 e 2 destacam a oferta de cursos sobre as doutrinas da igreja, como parte da construção de noções próprias sobre os “quês” e “porquês” de cada ação; segundo justifica a segunda participante: “A gente acreditava em tudo que os outros falavam! [...] Porque a gente era bobo uai! Tudo que eles falavam... eles faziam a missa, faz isso, faz aquilo, a gente não fazia nada uai. Não é igual hoje que menino não respeita ninguém, né?”²¹⁷

Em seguida, ainda ressalta a insegurança diante das tarefas incumbidas por um grupo missionário, já na década de 90; quando as fiéis são responsabilizadas por continuar a atuação na comunidade com o fim da campanha: “Pronto, agora nós estamos *perdido né*, como é que nós vamos fazer isso se a gente não tem... cultura pra isso *né?*” *Aí fomos assim*, “Faz isso”, “Fulano faz aquilo”, *aí deu certo*; mas também o pessoal chegou junto, *né?*”²¹⁸ A afirmação de “não temos cultura para isso” corrobora com a ideia de “acreditávamos em tudo” décadas depois, o que demonstra a visão subjugada que as próprias entrevistadas tinham sobre si diante de tarefas de destaque.

A terceira entrevistada cita outro destaque que se soma às características das mulheres pradenses nos anos 60/70: as fazendeiras. Como anteriormente observado, é fato curioso perceber que, ainda que Antônio Prado de Minas e Eugenópolis tenham sido batizados segundo homens de renome social entre os séculos XIX e XX – o conselheiro do império Antônio Prado e o coronel Luiz Eugênio Monteiro de Barros, respectivamente -; mulheres proprietárias de fazendas da região contribuíram com a doação de terras para compor os territórios de ambas as municipalidades: Carlota Elisa Ferreira, que doa parte de suas terras para o Patrimônio de Nossa Senhora e construção da Estação Férrea pradense²¹⁹; e Luiza Maria de Jesus, que doou terras

²¹⁷ *Ibidem*²¹⁵.

²¹⁸ *Ibidem*²¹⁵.

²¹⁹ RAMOS, Antônio Soares. *O Vale do Gavião*. Vol. III. Itaperuna: Damadá, 1994

para a construção da Câmara Municipal eugenopolense²²⁰. A participante, por sua vez, cita as doações que avó realizava para os leilões beneficentes da igreja:

Maria Izabel Pinto. Uma fazendeirona, tinha muito café. Ela tinha um certo... como se diz, uma apresentação boa, *né?* Dia de festa aqui ela fazia leilão. Tinha *os leilão*, ela dava uma leitoa assada, mandava fazer um pão bisnaga, um pão grande que fazia assim e pôr no leilão, fazia um bolo, um pudim; eram três, quatro prendas que ela dava. Ela arrematava aquilo, depois levava lá *pra* casa da padaria e comia todo mundo, todo mundo ia comer lá²²¹.

Ainda que as proprietárias de terra contribuíssem com o meio social através de doações expressivas e benfeitorias, não eram as únicas que se engajavam com o recolhimento de ofertas para a igreja. A terceira entrevistada narra que aproximadamente aos 8 anos de idade (na década de 30) já era incentivada a recolher doações na estação férrea, “aí você dava 200 réis furavam dois cartãozinhos, dava um tostão furava um; passava o trem a gente ia lá *pra* estação vender para os passageiros, o pessoal sempre dava alguma coisa”²²².

Assim como no caso do recolhimento de doações citado, percebeu-se ao longo das entrevistas que as católicas pradenses assumiam responsabilidades religiosas muito cedo, por vezes até mesmo em condições inesperadas, como demonstra a fala da entrevistada número 5, que descreve como foi convidada para se tornar madrinha pela primeira vez, ainda na adolescência:

Então aquele dia foi um dia que me marcou, ela [a mãe da criança] lá dentro da igreja me chamou *pra* ser madrinha da filha dela que ia batizar naquele dia, ia aproveitar os missionários *pra* batizar, quer dizer, foi o dia que eu fiz minha primeira comunhão e fui madrinha de consagrar da... da Ana^{*223}.

Ao apadrinhamento precoce, enquanto a madrinha literalmente acabava de concluir um dos primeiros sacramentos do catolicismo, pode-se citar a soma de atividades desempenhadas por estas personagens desde a infância; como as coroações, ensaios para corais e envolvimento

²²⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*: Eugenópolis. Brasil, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/eugenopolis/historico>. Acesso em: 21 abr 2023

²²¹ Entrevista 3, realizada em 23 de junho de 2018.

²²² *Ibidem*²²⁰.

²²³ Entrevista 5, realizada em 24 de julho de 2018.

* Nome fictício.

na organização das festividades desde cedo, como citado – em partes ou de maneira completa – por todas as entrevistadas. Todavia, se os ritos que envolvem a religiosidade se concretizam desde a meninice, outros âmbitos se desenvolvem a passos mais lentos, como é o caso da educação. Mesmo que na documentação registrada em 1958 para se tratar da emancipação de Antônio Prado de Minas se note a citação de três escolas, nas zonas rural e urbana do então distrito; o ensino básico seriado se estendia pela maioria, como ressalta a participante número 5 na narrativa sobre seu cotidiano na juventude:

antes de começar a estudar, até meus vinte anos (1963), eu fui fazer a quinta série, que hoje é o sexto ano né, quando eu fui fazer eu *tava* com vinte anos, então até os vinte anos eu e minhas colegas [cita os nomes], então a gente é... vivia mais na igreja do que em casa. A gente dava catecismo, a gente cantava no, ensaiava *pras* missas, cantava no coro que a gente falava, é... a gente arrumava a igreja, ensaiava anjo, tudo era por nossa conta²²⁴.

Enquanto inicia-se o segundo ciclo do Ensino Fundamental somente aos vinte anos de idade, as atividades eclesiais são vistas com importância digna de se iniciarem na infância e se prolongarem até a vida adulta, com a adoção de novas funções – que requerem grau maior de responsabilidade – com o passar dos anos; ao ponto de ‘viver mais na igreja do que em casa’. Diante da proximidade entre a rotina e a religião, as festividades em homenagem à padroeira Nossa Senhora Aparecida se tornavam, também, lazer para além da congregação. Nesse sentido, a atuação das mulheres na organização de eventos como a Tradicional Festa de Julho e Mês Mariano se traduz como a oportunidade da promoção de momentos de descontração no centro de Antônio Prado.

O Mês Mariano, cujas festividades são conhecidas na comunidade como “Festas do mês de maio” é lembrado nas entrevistas frequentemente relacionado à infância, com as coroações de Nossa Senhora Aparecida que aconteciam ao longo de maio, inicialmente todos os dias (por volta dos anos 30) e posteriormente nos fins de semanas. Para participar das coroações, as meninas deviam ensaiar as orações e cânticos, enquanto a família providenciaria as ditas “vestimentas”, que podiam ser brancas ou coloridas, além de contar com paramentos como asas, coroas e de flores; como ‘anjos’, ‘virgens’ ou representações da Fé, Esperança e Caridade.

²²⁴ Entrevista 5, realizada em 24 de julho de 2018.

Era assim: as meninas *vestia* de virgem, era vestido branco de manga comprida, uma coroinha e um véuzinho na cabeça. Os anjinhos não, tinha asa, uma camisola comprida; igual de hoje, *né*, os anjos. Eu não tinha asa, mamãe nem dinheiro *pra* comprar não tinha, aí elas arrumaram, foi três; foi eu e duas meninas que moravam lá embaixo nos compradores de café. Era nós três que ia cantar Ave Maria em latim, aprendemos. [...] Era criança, tinha uns oito anos assim, mais ou menos. Aí a vovó mandou fazer vestimenta de anjo, a asa não era nem de pena, era de... ah, tinha um material brilhoso que fez as asas, as coroinhas, tudo direitinho²²⁵.

Ainda que a preparação voltada para a performance no momento da coroação seja importante, nota-se nas falas das fiéis a importância destinada às vestimentas, que nem sempre eram acessíveis a todas as meninas que pretendiam participar do evento, mas determinavam a posição ocupada no ato. As responsáveis por ensaiar e organizar a apresentação definiam os pares e papéis que seriam desempenhados por cada criança ao longo dos ensaios, para que uma espécie de ‘rodízio’ funcionasse, permitindo com que todas pudessem ter seu momento de destaque: coroar e adornar com as próprias mãos a imagem de Nossa Senhora Aparecida. Sendo assim, certos desentendimentos poderiam ocorrer por conta das roupas, como relata a entrevistada nº 5, que foi surpreendida pela mãe com uma vestimenta dourada – sendo que anteriormente utilizava vestes brancas – e o resultado não saiu como esperado: “Então no dia da festa que eu fui com a vestimenta diferente, meu par era branco e eu fiquei sem poder subir no altar”²²⁶.

Enquanto se vê aquelas que buscam doações para a “vestimenta dos sonhos” no Mês Mariano e outras não conseguem estrear a roupa nova por conta da quebra de protocolos rígidos; ainda se percebe aquelas que desafiam os padrões trocando suas vestes com outro “anjinho” ou até mesmo se recusando a participar da celebração momentos antes de seu início. A sexta entrevistada conta sobre seu momento de rebeldia como alguém “de veneta”, que ao ser escolhida para ocupar um dos papéis de maior destaque – do trio Fé, Esperança e Caridade, que se vestia respectivamente com as cores azul, verde e vermelho – resolve trocar de lugar com uma colega, segundo narra “Mostrei o lugar, tirei a... a vestimenta, ela vestiu. Aí minha mãe depois me deu uma coça! (risos) É, é... Tem umas coisas que a gente nunca esquece *né?*”²²⁷.

Além da celebração em si, que acontecia na igreja depois de uma procissão pelas ruas próximas; as famílias das meninas que protagonizavam o ato da coroação costumavam preparar

²²⁵ Entrevista 3 realizada em 23 de junho de 2018.

²²⁶ Entrevista 5 realizada em 24 de julho de 2018.

²²⁷ Entrevista 6 realizada em 24 de julho de 2018.

um momento de acolhida em casa, sob convite prévio aos demais “anjinhos” e família para comemorar o rito e entregar as “lembrancinhas” do momento – como sacos de doces e outros quitutes. A entrevistada nº 4 descreve sua recusa à celebração:

Mas teve um ano que eu decepcionei demais a minha mãe. Ela tinha feito uma festa *pra* acolher os anjinhos, mas na hora da coroação, eu não coroei! (risos) Fiquei com vergonha, sei lá... Eu apelei que eu estava com uma vontade de chupar o meu bico que tinha ficado em casa! (risos) Tinha ficado na gaveta da máquina de costura; então não coroei de jeito nenhum!²²⁸

Em seu lugar, a prima assumiu a frente da coroação e a recepção permaneceu na casa de sua família. Ainda, outra participante retrata suas contestações à festividade quando diz ter se sentido inferiorizada e não se calou:

Cheguei a coroar, e outra, eu brigava muito menina! Eu era... (risos) eu achava ruim assim... De primeiro a gente tinha... parecia que a gente tinha... Não, parecia não, a gente tinha complexo de inferioridade, eu achava que eu era é... Então eu *tava* lá e a moça ria de mim porque eu falava assim “Ah, eles não deixavam eu subir lá no altar porque eu sou preta, Nossa Senhora era preta igual eu!” (risos) A gente faz cada coisa quando a gente é criança *nê?* (risos)²²⁹.

Através dos relatos, pode-se perceber diferentes posicionamentos em relação a uma das festividades mais tradicionais do município, de caráter religioso. Entre questionamentos e tempo dedicado às celebrações do Mês Mariano, um ponto permanece comum: o desejo de se envolver com a atividade, seja por parte das meninas ainda crianças ou pré-adolescente, ou mesmo pela vontade da família, que influenciava a permanência destas personagens no cotidiano eclesial. Da zona rural para o centro urbano onde se localizava a igreja, os fiéis se mobilizavam para participar dos eventos e missas saindo a cavalo, charrete ou mesmo peregrinavam a pé, dada a importância que se atribuía à assiduidade. A entrevistada nº 11 demonstra a lógica da tradição católica familiar ao descrever a relação que possui com o movimento de coroações, quando ressalta: “eu não cheguei a vestir de anjo não, porque a

²²⁸ Entrevista 4 realizada em 17 de julho de 2018.

²²⁹ Entrevista 10, realizada em 25 de julho de 2018.

vontade era muita, mas não tinha jeito de vir né? (risos) A minha filha vinha, que eu trazia ela”²³⁰.

Como outro evento capaz de mobilizar a comunidade católica e proporcionar diversão para o município, pode-se citar a Tradicional Festa de Julho. Concebida inicialmente como a única celebração, que unia as comemorações do mês mariano e dia da padroeira Nossa Senhora Aparecida, desvinculou-se gradualmente das demais festividades, tornando-se um evento à parte, também destinado à Nossa Senhora Aparecida; porém no período do ano onde se podia contar com o envolvimento de maior parcela da população e demais parentes que vinham de outras cidades. A escolha do mês de julho se atribui a dois fatores: o período de férias escolares, que permitia aos estudantes retornarem dos grandes centros para o interior²³¹ e a baixa iluminação elétrica, que se compensava pela lua cheia da segunda semana de julho, facilitando o acesso dos moradores da zona rural às estradas de terra batida durante a noite²³².

Posteriormente, o evento se tornou parte do calendário cultural oficial do município, tornando-se responsabilidade da prefeitura e secretarias de cultura e turismo; contudo, nas décadas de 60 e 70 ainda se mantinha a organização por parte da comunidade católica, tendo como atrações principais as atividades de cunho religioso. Por unanimidade, todas as entrevistadas relatam ao menos uma recordação da festa como momento de diversão e trabalho; porém, o posicionamento conservador a respeito do caráter festivo se mantém. A programação, como anteriormente citado no capítulo 1, contava com missas, procissões, torneio de *foot-ball*, leilões beneficentes, presença de bandas de fanfarra e o encerramento da noite com um baile. Para esta realização, se fazia necessário o engajamento comunitário, como descreve a participante nº 4:

Mas eu gostava mesmo, sabe, quando levantava de madrugada, junto com o padeiro que ia fazer pão, e a gente ia *pra* igreja *pra* ensaiar a missa da festa (festa de julho) você entende? Naquela... naquele entusiasmo. E a gente ficava lá ensaiando a missa, e depois da missa, aqui não tinha varredor de rua, não tinha nada, então era a gente mesmo que limpava a porta da igreja, capinava, varria pra deixar tudo limpinho...”²³³

²³⁰ Entrevista 11, realizada em 25 de julho de 2018.

²³¹ Entrevista 5, realizada em 24 de julho de 2018.

²³² Entrevista 4, realizada em 14 de julho de 2018.

²³³ Entrevista 4, realizada em 14 de julho de 2018.

Além da limpeza, as mulheres se encarregavam de decorar as imediações da igreja e praça onde ocorriam as celebrações, com bandeirinhas em varais sustentadas por bambus, como em festas juninas²³⁴. A ansiedade dos preparativos se compensava no festejo, ainda que priorizando-se o perfil religioso do evento; afinal “Naquela época, não tinha isso do pessoal sentar e ficar bebendo, não tinha isso. O que era vendido era café com leite, era pastel, era pão com carne”²³⁵. Sobre o *foot-ball* e leilões, aconteciam no intervalo entre as missas, para que as pessoas pudessem participar de todos os momentos do evento; segundo a ordem descrita pela entrevistada nº 3: “A missa era só onze horas. E de tarde era a procissão, só cinco horas. Missa onze horas, futebol três horas e procissão de tarde, cinco horas. Depois da procissão tinha o leilão, depois a banda tocava, tinha a queima de fogos, depois tinha os bailes”²³⁶; como descreve a entrevistada nº 7:

Tinha uma banda de música de Porciúncula, então eles é que tocavam aqui na festa; aí tinha alvorada e tinha aquela salva de vinte e um tiros na alvorada. E na hora da missa, a missa era muito bonita! Quando era na hora da... Na hora da elevação, a banda de música tocava o Hino Nacional no coro, e aí é... Soltava a salva, a meninada ficava todo mundo na porta da igreja, era muito bonito mesmo²³⁷.

Percebe-se que movimentação diferenciadora do evento de outras celebrações religiosas vem justamente das demais atividades realizadas fora da igreja, com foco especial na banda musical, que tocava na praça da cidade durante o dia inteiro, conectando os diferentes momentos do evento e finalizando a noite com o baile, como descreve a quarta participante “Então o que movimentava mesmo era a banda, a banda de música. Depois passou a ter a representação de shows... a gente fazia uns shows mais simples né? Do Elevant [cantor regional], show sertanejo, e aí foi evoluindo...”²³⁸. Inclusive, ao relatarem sobre as atrações musicais, as entrevistadas ressaltam a longa duração, que se estendia pela manhã, tarde, dançava-se a noite inteira e já se preparava para a madrugada, da qual cita uma das participantes: “Ah, não sei, eu lembro mesmo é das alvoradas! Meu Deus do céu, como era bom seguir aquela banda de música de madrugada!”²³⁹

²³⁴ Ibidem²³².

²³⁵ Entrevista 3, realizada em 23 de junho de 2018.

²³⁶ Ibidem²³⁴.

²³⁷ Entrevista 7, realizada em 24 de julho de 2018.

²³⁸ Ibidem²³².

²³⁹ Entrevista 4, realizada em 14 de julho de 2018.

Todavia, ainda que se reitere o foco religioso enquanto a festa organizava-se pela comunidade católica, episódios de desacordo ocorreram, certamente por conta da atribuição de lazer ao evento que cada vez mais se aproximava da comunidade pradense como um todo. Algumas entrevistas citaram certa “extrapolação” nos momentos de leilão, onde também se organizavam bingos. Entre elas, cita-se a emblemática situação em que o padre se recusou a celebrar a missa:

É, que tinha uma missa às dez horas da manhã, né? Então ele veio *pra* fazer essa missa às dez horas e tinha coroação, e nessa coroação, nesse dia quem ia coroar era a minha irmã. Então... aí quando ele viu aquelas barraquinhas ele achou que *tava* errado, que dia de festa religiosa não era *pra* ter barraquinha de jogo na rua, sabe? Aí ele virou o carro e foi embora, não teve missa, não celebrou a missa²⁴⁰.

Ainda que de perfil conservador, com a abertura da igreja católica ao povo a partir das modificações adotadas pelo Concílio de Vaticano II, percebe-se que a comunidade recebeu bem o novo modelo de comportamento da instituição. Se boa parte das contestações ao longo das entrevistas se destaca pela dita falta de conhecimento dos “porquês” que envolvem a religiosidade; as participantes destacaram positivamente as mudanças relacionadas às missas celebradas não mais em latim, e sim em português – ainda que por padres franceses, no caso dos Assuncionistas que atendem à paróquia – e os cursos destinados aos fiéis. Sobre o sentido comunitário de aproximação entre igreja e fiéis, a participante nº 9 opina:

É, eu acho que assim, a igreja mudou muito, teve uma abertura muito grande com o Concílio do Vaticano II, né? Essa abertura onde a igreja se aproximou mais das pessoas, e *pra* você, é... perceber isso, vivenciar isso, você tem que *tá* dentro; você vai fazer parte da igreja. E a igreja *pra* mim é uma grande comunidade onde me sinto muito bem... muito bem entrosada com ela²⁴¹.

Tal proximidade se percebe não só no sentido conceitual da palavra, mas também no tato, no simbolismo do contato físico, do olhar direcionado frente a frente com a comunidade, de perto como o sentido de família se mostra. Ao ser perguntada sobre o que percebeu enquanto mudança significativa da igreja ao longo dos anos, a entrevistada nº 6 não hesitou em afirmar

²⁴⁰ Entrevista 5, realizada em 24 de julho de 2018.

²⁴¹ Entrevista 9, realizada em 25 de julho de 2018.

enfaticamente: “Agora *tá* mais atual *né*? As coisas lá da igreja, os batizados, as missas são diferentes *né*? [...] Ah, mudou, o padre de frente! (risos) O português, português *né* também”. A mudança nos ritos, desde a posição do padre diante dos devotos até a adaptação ao idioma local se mostrou como grande sinal de acessibilidade entre igreja e povo.

Era em latim *né*, a missa era em latim. Muita coisa era... E a gente... Comungava todo mundo ajoelhado assim numa... Numa mesa *né*? Agora já comunga de pé. E comunga na mão também, a comunhão não é mais na boca. É, tem na boca também, dá na boca. Mas é mais com a mão²⁴².

Com a escassez de padres, explicada pela redução de vocações na América Latina no período do Concílio Vaticano II²⁴³; os padres Assuncionistas franceses vieram em missão ao Brasil para contemplar os locais de maior necessidade, como foi o caso da Paróquia São Sebastião da Mata, de Eugenópolis, bem como suas capelas e comunidades subordinadas – na qual se encaixa a comunidade pradense-de-minas. Para além da dificuldade em se compreender o latim utilizado nas missas, relaciona-se mesmo depois da adaptação em português, o choque cultural que se apresenta diante de religiosos europeus atuando no interior de Minas Gerais – o que renderia análises muito mais profundas, que não se aplicam no momento.

Nesse sentido, tendo em vista os aspectos mencionados, pode-se perceber certo perfil relacionado às mulheres da comunidade católica Nossa Senhora Aparecida em Antônio Prado de Minas. De criação católica, perpetuaram a tradição familiar sob a mesma religião, inclusive incentivando os filhos a preservarem tal legado. Mesmo que os cenários nacional e internacional demonstrem a presença de um novo ideal feminino que se constrói a partir das reivindicações feministas de segunda onda e apoio em movimentos como a contracultura, o tradicionalismo do início do século XX se mantém na primeira década de sua segunda metade. As faces femininas que integram o município podem até contestar os modos de fazer que envolvem os ritos religiosos na comunidade, porém, esta insatisfação não é suficiente para retirar delas sua vontade de fazer parte do senso comunitário em questão.

Diante das poucas opções voltadas para o lazer no recém-emancipado município aliadas à criação conservadora, estas mulheres se integravam nas atividades eclesiais desde a infância para desenvolver habilidades e se divertir no espaço que tradicionalmente lhe foi

²⁴² Entrevista 9, realizada em 25 de julho de 2018.

²⁴³ EDIÇÕES VEJA. *Os anos 60: a década que mudou tudo*. São Paulo: Editora Abril, 1970, p.109.

definido como permitido de forma patriarcal. Mesmo diante de cenários injustos, como a nomeação de homens – muitas vezes os maridos – para assumir os cargos de destaque da comissão organizadora da Festa de Julho; enquanto aquelas que literalmente “colocavam a mão na massa” para produzir prendas de leilão, capinar o terreno da igreja e todos os demais preparativos se viam diante apenas do título de “encarregadas”²⁴⁴, não deixaram de desempenhar funções.

As justificativas se notam nas falas: por respeito, amor à religião, por terem sido ensinadas de determinada forma. Sendo assim, aparentemente não resta muito espaço de atuação para elas, além da vida dividida entre casa e igreja, segundo relata a participante nº 14: “Meu tio fez 60 anos de casado e ele falou que o pai dele, que é meu avô é... deu um exemplo de vida assim, que a gente deveria viver, rezar, viver, trabalhar e viver. Rezar, trabalhar e viver”²⁴⁵. Logo, como esta atuação teria se refletido na comunidade? Para além dos aspectos culturais, que se revelam na identidade do município, fortemente arraigada à religiosidade católica; como tal protagonismo velado teria se reverberado – ou não – na sociedade pradense recém-emancipada? Aliás, diante do processo de emancipação político-administrativa do então distrito de Antônio Prado, seria possível vislumbrar a participação dessas mulheres? Qual caminho percorreu-se até a eleição da primeira vereadora da cidade – que, inclusive, também se engava fortemente em atividades religiosas e educacionais – bem como o papel das eleitoras na sua conquista? Essas são algumas das questões que se pretende tratar no capítulo seguinte, com retorno da metodologia de história oral para aplicar uma nova entrevista à personagem em questão, cujo mandato se estendeu entre 1973 e 1976.

²⁴⁴ Como descreve o exemplo do cartaz da “Festa em Antônio Prado” de 1955, no capítulo 1.

²⁴⁵ Entrevista 14, realizada em 22 de agosto de 2018.

Capítulo 3. Emancipação política e feminina no município de Antônio Prado de Minas

Tratar de emancipação em diferentes sentidos é uma tarefa ampla, que pressupõe a compreensão do contexto sociocultural e recorte ao qual se pretende analisar. O verbo “emancipar” em si implica o conceito de liberdade, autonomia, como ato de “tornar-se livre ou independente”²⁴⁶ de algo ou alguém. Porém, ainda que se vislumbrem marcos temporais representativos dessa mudança, é importante destacar que a finalidade se concretiza apenas depois de um processo – que pode, inclusive, ser longo ou gradativo. Diante destes fatos, serão analisadas duas modalidades de emancipação, de maneira mais detalhada, neste capítulo: a emancipação político-administrativa de Antônio Prado de Minas e o início da emancipação das mulheres pradenses-de-minas entre 1963 a 1976. Para tanto, veremos nesse capítulo os seguintes pontos:

Em capítulos anteriores, mencionou-se que o processo de emancipação político-administrativo não se dá unicamente por desejo dos moradores da localidade, pois necessita também de atender a alguns critérios estabelecidos por lei; como renda mínima, número de moradores em relação ao estado e eleitorado, número de moradias e constituição de centro urbano²⁴⁷. Cachatori e Cigolini, em uma análise sobre as emancipações municipais brasileiras apontam as principais razões pelas quais os distritos buscam a titulação de municípios autônomos. Através do diálogo com outros pesquisadores da temática, são descritos como pelos autores algumas motivações, como: categorias territoriais locais; estratégias políticas; descaso das administrações das sedes dos municípios; expansão dos sistemas de circulação; aumento populacional; manipulação do território; políticas de descentralização e renda²⁴⁸.

Ao vislumbrar o cenário descrito pela Ata de Reunião convocada especialmente para se tratar da emancipação do Distrito de Antônio Prado, de 1958, percebe-se a descrição de uma comunidade que se encaixa nitidamente nos requisitos necessários para pleitear a

²⁴⁶ EMANCIPAR. In: Michaelis Online. São Paulo: Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/AEL3/emancipar/>. Acesso em: 12 nov 2023.

²⁴⁷ BRASIL, *Lei Complementar n° 1, de 09 de novembro de 1967*. Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia as populações locais para a criação de novos municípios, e dá outras providências. Brasil: Presidência da República, [1967]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp01.htm. Acesso em: 28 jul 2023.

²⁴⁸ CACHATORI, Thiago Luiz; CIGOLINI, Adilar Antonio. Emancipações municipais no Brasil: prognóstico sobre a continuidade da compartimentação do espaço em novos municípios. *Revista Geonorte*, Edição Especial 3, Manaus, v. 7, n. 1, jan-jun 2013, p. 731. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1202/1083>. Acesso em: 01 dez 2023.

municipalização – ainda que questionáveis, como discutido no primeiro capítulo. Todavia, as motivações para o processo exitoso têm outra descrição e possível justificativa. Para compreender de forma mais pormenorizada o que exatamente constituía o centro urbano do então distrito, voltemo-nos ao trecho registrado em Ata e defendido na presença de representantes da população e autoridades estaduais:

[...] mais de 200 (Duzentas) moradias na Vila; dispõe os prédios particulares em condições de vêlas serem instaladas o Pacto de Higiene e a Prefeitura Municipal; conta com terreno do patrimonio da Municipalidade para a constituição de Matadouro Modelo, bem com está dotada de Vila com os seguintes melhoramentos: serviço de fôrça e luz; cemitério; 3 (três) [sic.] escolas públicas estaduais; 1 (um) templo religioso²⁴⁹.

A Ata menciona a possibilidade de instalação de estruturas próprias de um município, o que é cabível à proposta em questão. Porém, tendo em vista a estrutura do centro urbano, percebemos certas incongruências: além do número de moradores que não corresponde aos registros da Enciclopédia de Municípios Brasileiros, do IBGE (vide capítulo 1), também cita a presença dos serviços de força e luz e três escolas públicas. Ao cruzar informações com registros bibliográficos e relatos de entrevistas, o trecho pode ser questionado. Em “Um pouco da história da terra e da gente de Antônio Prado de Minas”, Antônio Soares Ramos – prefeito de Eugenópolis nos anos 60 – sintetiza em publicação especial seus apontamentos sobre a história pradense anteriormente citados na trilogia “O Vale do Gavião”, de mesma autoria. Na obra, busca descrever os principais acontecimentos que considera impactantes para a formação do município a partir da doação de terras de Carlota Eliza Ferreira até o período posterior à emancipação político-administrativa.

Com foco claramente voltado às questões de cunho político e, por vezes, de sua própria eleição, brevemente descreve os vereadores, prefeitos e vice-prefeitos eleitos entre 1963 e 1993; seguidos das principais melhorias realizadas respectivamente em cada mandato. Logo, destaca que no período compreendido entre 1963 e 1966 ocorreu a “iluminação pública da cidade pela Cia. Força e Luz Cataguazes-Leopoldina”²⁵⁰, que se estenderia à zona rural posteriormente, no período entre 1977 e 1982, quando “expandiu-se a eletrificação rural pelo Pangarito, Bela Vista

²⁴⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS. *Ata de Reunião convocada especialmente para se tratar da emancipação do Distrito de Antônio Prado*. Antônio Prado de Minas, 1958.

²⁵⁰ RAMOS, Antônio Soares. Um pouco da história e da gente de Antônio Prado de Minas, 1994, p. 40. In: _____. *O vale do Gavião*. Vol. III. Itaperuna: Damadá, 1994.

e Capoeirão”²⁵¹. Em uma das entrevistas realizadas, a participante 3 conta sobre um episódio de incêndio na igreja em uma festividade de coração de Nossa Senhora por volta de 1940, na qual as mães das meninas que se apresentariam como “anjinhos” enfeitaram o altar com papéis e acenderam velas para iluminar o altar²⁵². Com o vento, o fogo se espalhou pelo altar; porém a necessidade do excesso de velas se fez presente por conta da precariedade da iluminação: “O pessoal vinha pra festa e debochava da nossa luz; não tinha luz não né, não tinha luz boa”²⁵³

Outro desencontro se dá em relação às escolas, citadas em ata como três presentes no distrito em 1958, contudo, mais uma vez as informações da publicação de Ramos são divergentes. Na mesma cronologia de mandatos e acontecimentos marcantes, o autor cita o Grupo Escolar de Antônio Prado como ampliado em 1963²⁵⁴, enquanto os Grupos Escolares do Pangarito, Capoeirão e Bela Vista foram construídos entre 1967 e 1970 e a instalação da Escola do São Bento se deu entre 1973 e 1976²⁵⁵. Vale ressaltar que a construção dos prédios escolares se deu nas datas apontadas, todavia, é preciso destacar que as salas de aula – principalmente em contextos rurais – poderiam já acontecer mesmo sem uma edificação própria para esse fim.

De forma específica, Antônio Soares Ramos ainda dedica um capítulo exclusivamente para detalhar o processo de construção do Grupo Escolar de Antônio Prado, no centro urbano do então distrito. Nele, inicia o registro citando Dr. Wanor de Oliveira, natural de Leopoldina e membro do gabinete do Ministro da Educação em 1956, Clóvis Salgado. Segundo Ramos, este representante teria atuado como peça fundamental para conseguir verba proveniente do INEP (à época, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) para a construção do prédio escolar²⁵⁶. O autor descreve a intencionalidade política pela qual a obra poderia favorecê-lo: “Na ocasião, eu já era candidato a prefeito e o Otávio colocou-me à frente do empreendimento, a fim de captar a simpatia do povo daquela Vila cuja maioria esmagadora era da UDN”²⁵⁷. Entre os apoiadores, cita ainda moradores do Capoeirão que “bajulavam o Rui Vale de Matos que era coletor federal e candidato a Vereador”²⁵⁸, nome que seria citado como de importância mediadora para a emancipação municipal na Ata de 1958. Ainda em relação aos ganhos políticos da obra, cita as intenções de seu intercessor:

²⁵¹ *Ibidem*²⁴⁶, p. 41.

²⁵² Entrevista n°3, realizada em 23 de junho de 2018.

²⁵³ *Ibidem*²⁵².

²⁵⁴ *Ibidem*²⁴⁹.

²⁵⁵ *Ibidem*²⁴⁸.

²⁵⁶ *Ibidem*²⁴⁸, p. 51.

²⁵⁷ *Ibidem*²⁴⁸, p. 51.

²⁵⁸ *Ibidem*²⁴⁸, p. 51.

O Dr. Wanor entrosou-se com Otacílio Moreira da Silva, um dos chefes da UDN, cuja esposa era sua parenta, para apoiá-lo como deputado, como recompensa ao grande melhoramento dado à Vila. Mas o Otacílio era meu adversário e deu somente alguns votos ao Wanor²⁵⁹.

Entre arranjos políticos e o jogo de interesses que envolvia a construção da escola, era necessário ainda lidar com outra instituição de destaque: a Igreja Católica. O terreno almejado para a construção pertencia à Diocese de Leopoldina, nas proximidades da igreja e para efetivar a obra seria necessária a escritura por parte do então bispo, Dom Delfim Ribeiro Guedes. Sobre este processo, o autor descreve que a paróquia enfrentava dificuldades financeiras, mas que se dirigiu ao bispo no sentido de um acordo de doação de terras, que foi bem-sucedido comprometendo-se a prefeitura a terminar o jardim da Praça da Matriz de Eugenópolis, condição aceita pelas partes envolvidas²⁶⁰. O acordo é demonstrado nos anexos do capítulo, onde são apresentadas as escrituras de doação do terreno. Uma vez efetuada, são citados moradores do distrito que também visavam participação na política e contribuíram com a obra. Por fim, as questões financeiras são explicitadas:

Malgrado os esforços, com a Prefeitura em estado miserável, a construção do grupo entrou pelo meu mandato afora, necessitando sempre de suprimento de verbas do INEP, a custo conseguidas. No final, para colocar tacos e permitir que as crianças pudessem usar o prédio – um compromisso que assumi – fui obrigado a gastar do meu bolso, a quantia de Cr\$ 100.000.00, entregando àquela população um prédio que até hoje está em pleno funcionamento²⁶¹.

O relato chama atenção por motivos diferentes, mas que se encaixam no entendimento do contexto descrito. Primeiro, reforça-se o fato de que o Grupo Escolar de Antônio Prado foi o único concluído anteriormente à municipalização, por volta de 1962; o que contradiz a narrativa da reunião para tratar da emancipação de 1958. Ainda, é possível compreender a intencionalidade que envolveu sua construção, para além da necessidade educacional dos indivíduos, mas com motivações eleitorais. Por fim, a condição de “estado miserável” atribuída

²⁵⁹ *Ibidem*²⁴⁸, p. 51.

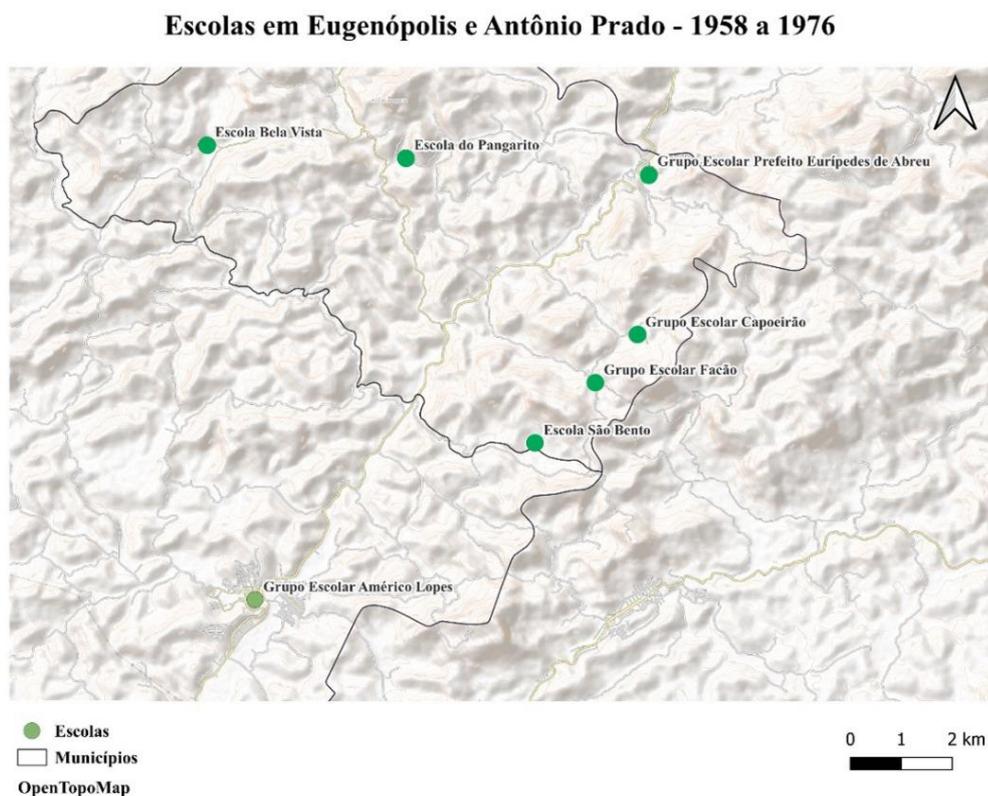
²⁶⁰ RAMOS, Antônio Soares. Um pouco da história e da gente de Antônio Prado de Minas, 1994, p. 54. In: _____. *O vale do Gavião*. Vol. III. Itaperuna: Damadá, 1994.

²⁶¹ *Ibidem*²⁵⁴, pp. 54, 55.

à Prefeitura de Eugenópolis pode ser associada à falta de estrutura básica destinada ao distrito pradense, que parece ter motivado os esforços conjuntos para o desmembramento da localidade.

Para elucidar o cenário de dificuldade de acesso às condições básicas que envolvem o dia a dia de uma comunidade, tomamos por exemplo três âmbitos essenciais presentes na estrutura social: 1. Educação, 2. Saúde e 3. Justiça e Segurança. Tendo em vista o centro urbano de Eugenópolis como principal ponto de acesso a estes serviços, elaborou-se mapeamento das principais instituições que representariam esta estruturação em Eugenópolis (distrito-sede) e Antônio Prado. Como forma de tornar o panorama em questão visível, optou-se pela instrumentalização de um Sistema de Informações Geográficas (SIG), tendo em vista o espaço dos distritos em questão, cujos temas de interesse foram mapeados e geolocalizados através do *software* QGIS versão 3.34. Como primeiro ponto de análise, destaca-se o primeiro quesito anteriormente mencionado: educação.

Imagem 9. Escolas em Eugenópolis e Antônio Prado entre 1958 e 1976.

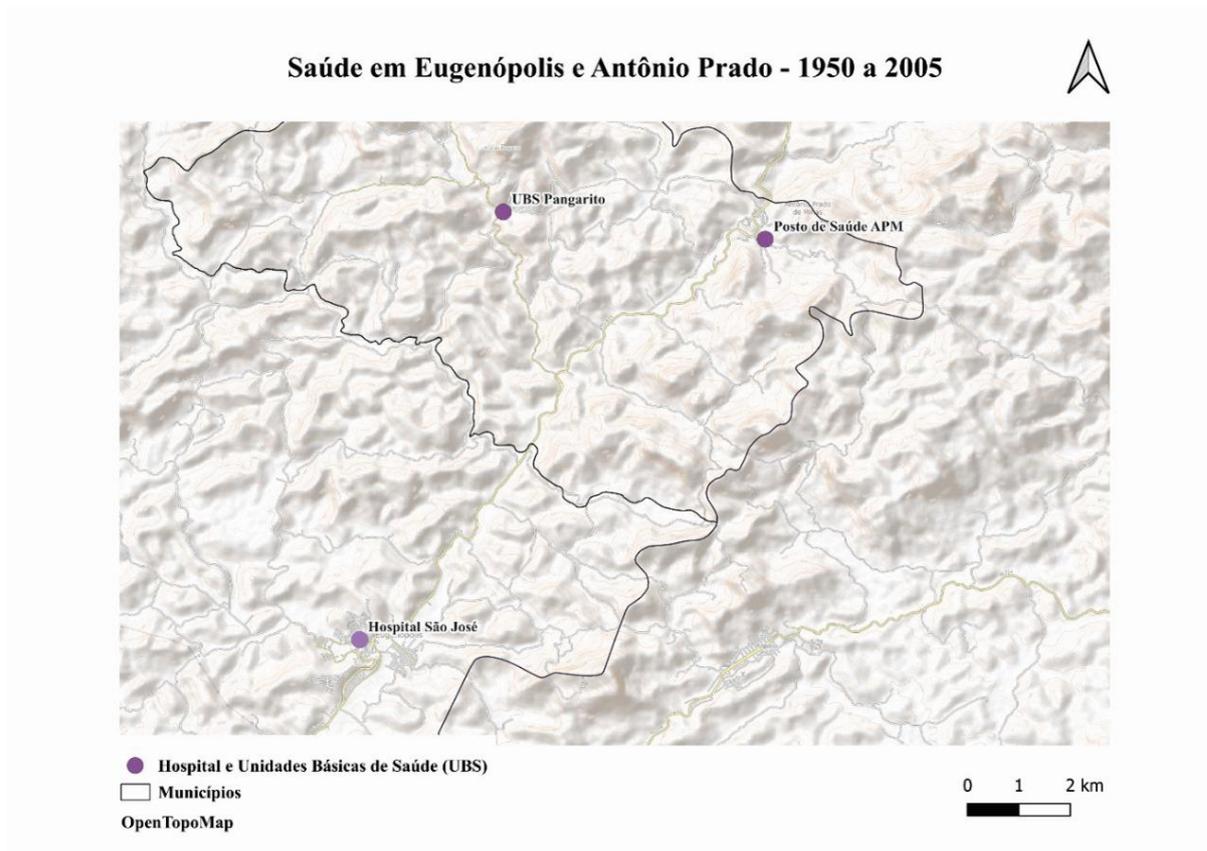


Fonte: Região entre Antônio Prado de Minas e Eugenópolis, Open Topo Map, 2023.

A imagem acima demonstra a distribuição de escolas no território descrito, porém é necessário destacar a temporalidade envolvida nas marcações. O “Grupo Escolar Américo Lopes”, de Eugenópolis desponta como primeira instituição educativa no município, em por volta de 1958 (marcada com tonalidade mais clara). Logo, anteriormente à emancipação político-administrativa pradense, entre o período de 1958 e 1962, são dispendidos esforços no sentido da construção do Grupo Escolar Prefeito Eurípedes de Abreu; sendo este empreendimento inclusive utilizado como estratégia política. Somente quando Antônio Prado de Minas se firmasse enquanto município autônomo seriam construídas as escolas rurais, respectivamente a Escola do Pangarito, Grupo Escolar Capoeirão, Escola de Bela Vista (ambas entre 1967 e 1970) e Escola de São Bento (entre 1973 e 1976)²⁶², marcados em tonalidade mais escura. Nesse sentido, percebe-se que enquanto Antônio Prado se configurava como comunidade e posteriormente distrito de Eugenópolis, o acesso à educação se daria na sede do município, o que implica o deslocamento dos estudantes por cerca de aproximadamente 11 km todos os dias. Em sentido semelhante, analisa-se o segundo ponto: saúde.

Imagem 10. Saúde em Eugenópolis e Antônio Prado entre 1950 e 2005.

²⁶² RAMOS, Antônio Soares. Um pouco da história e da gente de Antônio Prado de Minas, p. 40 - 42, 1994. In: _____. *O vale do Gavião*. Vol. III. Itaperuna: Damadá, 1994.

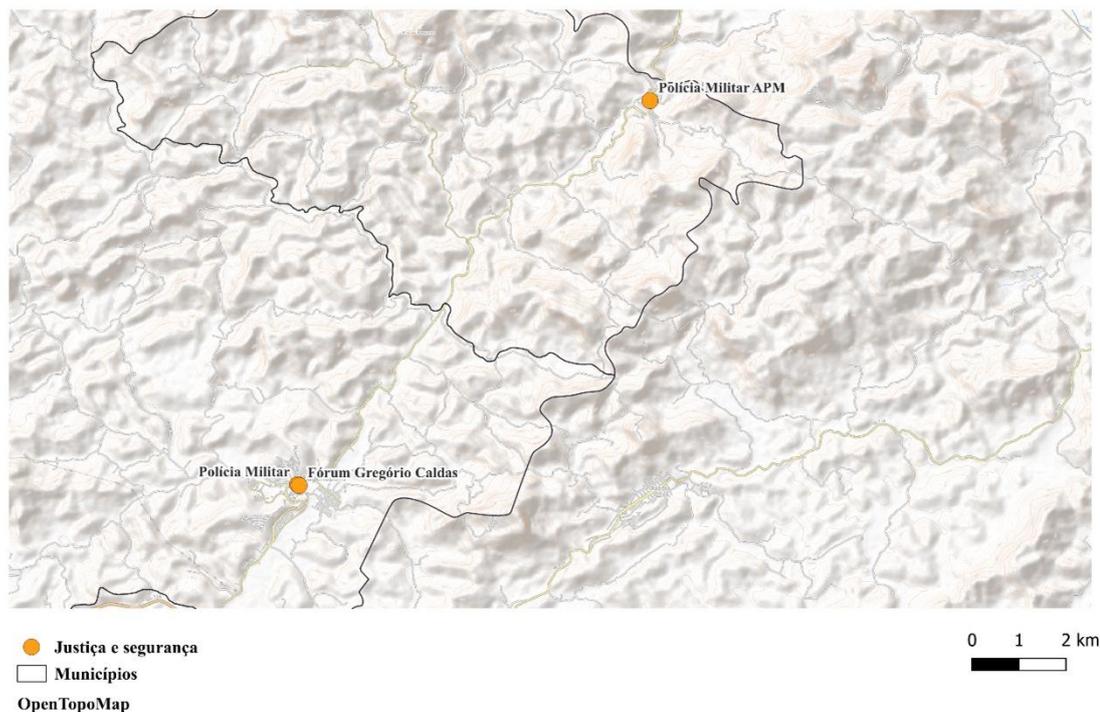


Fonte: Região entre Antônio Prado de Minas e Eugenópolis, Open Topo Map, 2023.

Na imagem 8 é possível constatar as instituições voltadas à saúde na região em questão. Primeiramente, percebe-se o menor número de pontos em relação à imagem 7 (educação). Ainda, destaca-se mais uma vez a questão temporal: O Hospital São José desponta como marcação em Eugenópolis em 1950 (marcado em tonalidade mais clara). Em seguida, somam-se o Posto de Saúde APM (1976) e a UBS Pangarito (2005), ambos destinados à comunidade pradense em período posterior à municipalização (marcados em tonalidades mais escuras). Mais uma vez, a distância quilométrica até serviços básicos se mostra uma realidade. Ressalta-se ainda que a precariedade de acesso à saúde perduraria por mais uma década após a emancipação. Por fim, o terceiro ponto de análise: justiça e segurança.

Imagem 11. Justiça e Segurança em Eugenópolis e Antônio Prado entre 1948 e 1963

Justiça e Segurança em Eugenópolis e Antônio Prado - 1948 a 1963



Fonte: Região entre Antônio Prado de Minas e Eugenópolis, Open Topo Map, 2023.

Como em uma regressiva, na Imagem 11 pode-se entender que existem apenas duas marcações no mapa para o critério Justiça e Segurança. Porém, é preciso destacar que o *software* realizou a aproximação da região selecionada utilizando a escala explicitada na imagem. Logo, como os pontos de Eugenópolis se encontravam em localizações aproximadas, foram sobrepostos. O ponto correspondente à Polícia Militar (1938) e Fórum Gregório Caldas (1948) destaca as localizações no centro eugenopolense (tonalidade mais clara), enquanto o ponto correspondente à Polícia Militar APM (1963) está em território pradense (em tonalidade mais escura). Em relação às questões judiciais, constata-se que com a instalação da Comarca de Eugenópolis - de vara única e primeira entrância²⁶³ - e do distrito de Antônio Prado em 1948, a população dos distritos e comunidades ganham maior proximidade para lidar com questões jurídicas; reduzindo a quilometragem de distância se relacionada à Muriaé. Para questões relacionadas à segurança pública, o 47º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

²⁶³ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. *Guia Judiciário*, 2024. Disponível em: https://www8.tjmg.jus.br/servicos/gj/guia/primeira_instancia/consulta.do?linesByPage=10&codigoMunp=0249&codigoComposto=MG_0249&opcConsulta=1. Acesso em: 03 jan. 2024.

teria sua representação no posto do 5º Pelotão de Polícia Militar e posteriormente no Quartel de Polícia Militar de Antônio Prado de Minas. Destaca-se a tradição da PMMG de instalar postos policiais nos municípios logo em decorrência de sua emancipação político-administrativa, traço que se repete nos casos descritos.

Tendo em vista os serviços apresentados, percebe-se a expansão da educação e instalação de estruturas voltadas à saúde, justiça e segurança pública nos períodos posteriores à emancipação político-administrativa pradense. Com a construção de escolas de educação básica, unidades básicas de saúde e quartel da Polícia Militar, vislumbra-se o atendimento e possível resolução – ainda que a nível primário, em certos casos – de questões precárias relacionadas ao bem-estar desta população.

É importante destacar, mais uma vez, a problemática da distância que separava os moradores de Antônio Prado quando o local ainda se configurava enquanto distrito. Pensando-se sobre situações cotidianas que envolvem as relações sociais, como seria possível estudar, cuidar da saúde e resolver questões jurídicas deslocando-se constantemente por estradas de terra batida e através de condições de transporte precárias. Ainda que a linha férrea compreendesse o distrito, seu foco principal era o transporte de cargas, bem como consumir seus bilhetes com frequência poderia se tornar um custo alto às rendas familiares. Logo, as opções mais viáveis tornam-se os lombos de animais, veículos de tração animal como charretes e carroças ou longas caminhadas de quase 22 km ida e volta.



Fonte: Arquivo particular, 1976²⁶⁴.

Sobre a questão do transporte, através das entrevistas realizadas os moradores das zonas rurais da comunidade pradense relatam suas experiências no cenário descrito, para vivenciar situações que poderiam ser consideradas banais no cotidiano. Para participar das missas em Antônio Prado, por exemplo, a participante nº 11 descreve:

[...] a gente saía lá do Capoeirão pra vir na missa da Irmandade, [...]. A gente saía lá da roça, seis horas da manhã pra participar da missa aqui, sexta, primeira sexta-feira do mês. [...] É, a gente saía de lá, sempre era duas ou três [pessoas] né? Não vinha sozinha, não vinha sozinha. Mas vinha a pé e voltava a pé. [...] Voltava, ainda pra fazer almoço, ainda (risos)²⁶⁵.

Caminhar por quilômetros para assistir uma missa pode parecer ato de penitência ou promessa religiosa, mas nesse caso se relacionava com o cotidiano enfrentada por estas pessoas. A mesma participante relata, ainda, que até mesmo para a escolha de seus padrinhos de casamento o transporte foi algo determinante. Logo, como morava na comunidade Capoeirão e precisaria se deslocar até a Igreja de Antônio Prado, optou por escolher um casal de comerciantes, com justificativa clara: “Eu chamei ele porque era o único que tinha carro aqui (risos). [...] Mas não deu, choveu e nós viemos de carro de boi (risos). A falecida vó dele era a dona da fazenda lá, né. Aí veio de carro de boi também”²⁶⁶. Nesse sentido, se até mesmo para

²⁶⁴ Bilhete de trem, acervo particular. 1976.

²⁶⁵ Entrevista nº 11, realizada em 25 de julho de 2018.

²⁶⁶ Ibidem²⁶³.

eventos pontuais como missas mensais, ou acontecimentos especiais como um casamento seria necessário se desdobrar para conseguir acesso ao transporte; percebe-se a dificuldade ainda maior para realizar esses longos trajetos diariamente.

Em outro relato, além de citar uma situação semelhante à da noiva da citação anterior, enquanto convidada uma entrevistada conta: “A gente andava era a pé e a cavalo. Eu fui em dois casamentos em Eugénópolis, tudo a cavalo. [...] É, a gente não tinha condução *pra vir...*”²⁶⁷. Porém, ao se tratar sobre as limitações de transporte, destacou que mesmo para aqueles que utilizavam o trem, as dificuldades também se apresentavam. Ao relatar sobre as visitas dos padres da Paróquia, vindos de Eugénópolis ao distrito pradense, destaca o percurso que se repetia uma vez a cada mês:

E não tinha carro pra eles vir; então eles vinham de trem e ficavam ali na pensão. [...] Eles sabiam de tudo que acontecia no lugar porque eles ficavam o dia todo, que viam a missa de oito e meia da manhã e só voltavam cinco e meia da tarde, ficava... As pessoas ficavam o dia todo aqui no Prado. [...] em carro não se falava não. Não tinha carro, não tinha nada ²⁶⁸.

Nesse sentido, ainda que se contasse com as contribuições – sobretudo comerciais – da passagem da linha férrea pela comunidade, seus horários reduzidos ainda poderiam ser incertos, como resume uma entrevistada “[...] o trem não tinha horário para chegar”²⁶⁹. Logo, depender desse meio de transporte para compromissos de hora marcada ou de rotina poderia significar a possibilidade de recorrentes atrasos ou até mesmo, em dadas circunstâncias, a necessidade de pernoitar-se na localidade desejada. Diante das dificuldades de transporte em estradas de “chão de terra batida”, a presença dos trens na localidade permitia ao menos esporadicamente o acesso a recursos necessários e a sociabilidade:

Porque a gente não tinha estrada também, né? Eu já estudei nesse período aí que a gente tinha que carregar enxada dentro do carro, porque provavelmente ia ficar pelas estradas. E com a passagem [do trem], mesmo sem o horário muito definido, porque a gente não tinha, né, o horário definido, o trem já serviu de transporte para procurar recurso até de saúde mesmo. Porque eu mesmo tinha que ir em Carangola fazer tratamento a gente ia de trem, sabe? Eu tive um “crúpulo” violento quando era criança e a gente ia de trem mesmo.

²⁶⁷ Entrevista nº 7, realizada em 24 de julho de 2018.

²⁶⁸ *Ibidem*²⁶⁵.

²⁶⁹ Entrevista nº 5, realizada em 24 de julho de 2018.

Então, quer dizer, já facilitou a comunicação com as cidades vizinhas que a gente nem tinha direito, contato²⁷⁰

Compreendidas as dificuldades de acesso a serviços essenciais ao cotidiano comunitário, entende-se que ainda que a ferrovia se apresente enquanto divisor de águas indispensável ao desenvolvimento regional, não foi capaz de atender a todas as demandas locais singularmente. Além das distâncias que marcam a relação entre os moradores das diferentes comunidades, percebe-se ainda uma questão que se torna recorrente nas falas das pradenses entrevistadas: a rivalidade entre Eugénópolis e Antônio Prado de Minas.

3.1. Questões geográficas e políticas

Ao analisar questões políticas que permeiam as relações municipais, é fato que os ânimos exaltados podem se mostrar presentes, afinal, as relações de poder conectam-se à presença de famílias de destaque.

Para além de legendas partidárias, o sobrenome tem seu peso na tomada de decisões. Sobre essa relação, Alex Sandro Amaral Rodrigues analisa a chamada “lógica clientelar-partidária”²⁷¹ de Antônio Teixeira Fernandes, sobre a qual aponta ser “derivada da democracia representativa, constitui uma marca antiga da política local brasileira”²⁷². Nesse sentido, os eleitores são convocados a demonstrarem fidelidade a figuras de destaque do meio social em que vivem através do apoio político nas urnas. Os partidos, na alegoria descrita, apresentam-se como parte das características do candidato.

Todavia, ainda que a participação popular seja evocada nas proximidades do pleito, as dificuldades e situações que carecem de atenção nas determinadas localidades são assunto de domínio público daqueles que as experenciam. Sobre a sensação de rivalidade entre o distrito sede eugenopolense e o então distrito pradense, percebe-se nas entrevistas em diferentes

²⁷⁰ Entrevista n° 15, realizada em 02 de novembro de 2023.

²⁷¹ FERNANDES, Antônio Teixeira. Poder Local e Democracia. *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série I, vol. 2, p. 35, 1992. In: RODRIGUES, Alex Sandro Amaral. *História do poder local no Brasil: coronelismo, personalismo, patrimonialismo, clientelismo*. São Paulo: Editora Pluralidades, p. 28, 2022.

²⁷² RODRIGUES, Alex Sandro Amaral. *História do poder local no Brasil: coronelismo, personalismo, patrimonialismo, clientelismo*. São Paulo: Editora Pluralidades, p. 28, 2022.

nuances. Quando perguntada a respeito das festividades religiosas organizadas pelas mulheres na comunidade católica de Antônio Prado, a participante 1 deixa claro a distribuição de papéis: “É, a igreja tomava a frente. Era... contava com esse povo né, que ajudava, não tinha nada, ajuda nenhuma de governo nem nada”²⁷³. À primeira vista, a declaração pode simplesmente despontar como uma forma de declarar a autonomia dos fiéis para a realização de suas atividades em relação às autoridades. Porém, quando relacionada a outros relatos, demonstra questões mais complexas da sensação de “abandono” vivenciada pela comunidade pradense.

De forma mais específica, ao relatar em sentido semelhante sobre a preparação de festividades, a participante 5 descreve as funções desempenhadas pela organização do evento, que “limpava a igreja, dava geral na igreja, até capinar em volta da igreja a gente capinava aquele morro ali da subida, que era distrito, aqui pertencia a Eugenópolis, então nem sempre dava muita assistência, que ficava mais pra cá...”²⁷⁴. A questão de assistência insuficiente da prefeitura de Eugenópolis pode ser apontada como agravante às dificuldades já pré-existentes; como a distância da sede municipal e inexistência de serviços básicos para a localidade. Em tom semelhante, a participante 4 ainda apontaria a falta de luz elétrica que obrigava os eventos noturnos a se aproveitarem das condições naturais, logo, “a gente só marcava a festa de julho na época de lua cheia (risos), porque aí ficava iluminado e para as pessoas que vinham da roça ter um melhor acesso”²⁷⁵.

3.2. “Agora podemos falar”: nos trilhos da busca pela autonomia feminina

Com o intuito de compreender a participação da população pradense no processo emancipatório e primeira década de autonomia política, sobretudo, com foco voltado à possível atuação das mulheres neste âmbito; ampliou-se o campo de entrevistas anteriormente descritas. Para isso, convidou-se a primeira vereadora eleita em Antônio Prado de Minas, Arlete Helena Rocha Dutra, a fim de captar contribuições por meio do relato de suas memórias e vivências acerca do período recortado para esta dissertação. Sobre as questões pertinentes ao sentimento de falta de assistência dos moradores de Antônio Prado em relação à Eugenópolis, descreve

²⁷³ Entrevista nº1, realizada em 23 de junho de 2018.

²⁷⁴ Entrevista nº 5, realizada em 24 de julho de 2018.

²⁷⁵ Entrevista nº 4, realizada em 14 de julho de 2018.

quando questionada se a população compreendia a importância da autonomia político-administrativa para a mudança de cenário:

Todo mundo, a população inteira, né? Porque era muito abandonado. A gente é que cuidava da... das ruas. Se quisesse rua limpa era o morador que tinha que capinar, varrer, porque era tudo muito mato, muito, sabe? Muito abandonado. [...] E... cemitério, ninguém conseguia entrar porque era só capim, então não tinha... Não tinha nada. O moro da igreja era a mesma coisa, chegava época de festa a gente tinha que fazer mutirão, capinar aquilo tudo, a rua, pra poder ter alguma coisa. Então, a gente via que precisava de ter alguém pra cuidar melhor, né? Do município²⁷⁶.

A ideia de “cuidado” relacionada às necessidades de maior atenção da administração municipal se repetiriam várias vezes ao longo da entrevista, reiterando a sensação de abandono apontada pelas demais participantes. Na citação, percebe-se o foco das queixas voltado para os serviços básicos de manutenção do espaço urbano como traço visível do descaso. Porém, quando perguntada a respeito do vínculo pradenense com Eugenópolis, sinalizou:

[...] de início, houve uma dependência de Eugenópolis e era muito prejudicado porque eles tinham uma certa rivalidade com a gente, e não interessava muito pelo nosso município [então distrito], né? Então, foi uma luta de muitos anos, mas quando chegou (risos) [a emancipação político-administrativa] foi uma vitória que a gente acho... eu acho que a gente nunca mais vai esquecer, entende? Porque foi uma festa, tudo tão bonito, tão nosso, né? Que a gente podia tá ali se manifestando, as nossas vontades, os nossos sonhos, desejos, e dali pra frente então nós ganhamos a nossa independência.²⁷⁷

Torna-se intrigante observar as associações e dicotomias do discurso. À dependência distrital de Eugenópolis, são relacionados o desinteresse justificado pela rivalidade; enquanto à conquista da independência são apontados os saldos positivos da emancipação político-administrativa. A possibilidade de manifestar por conta própria os sonhos, vontades e desejos dos moradores são apresentadas como ganhos do processo coletivo, como na expressão “tão nosso”²⁷⁸. Logo, surge o questionamento: que tipo de rivalidade? Ao longo da entrevista, não foi possível observar alguma justificativa de nível socioeconômico ou cultural a essa afirmação.

²⁷⁶ Entrevista nº 15, realizada em 02 de novembro de 2023.

²⁷⁷ *Ibidem*²⁷⁴.

²⁷⁸ *Ibidem*²⁷⁴.

Entretanto, quando são analisados quesitos políticos, a rivalidade é demonstrada através dos posicionamentos das diferentes comunidades.

Se por volta de 1958, Antônio Soares Ramos buscava angariar votos para a prefeitura através da “benfeitoria” materializada no Grupo Escolar pradense, pois constatava a oposição distrital do “povo daquela Vila cuja maioria esmagadora era da UDN”²⁷⁹; o cenário se intensificaria ainda mais com a separação dos territórios administrativos. Como produto da ditadura militar de 1964 - logo após a municipalização pradense-de-minas -, seria decretado o Ato Institucional nº 2 (AI-2) em 02 de outubro de 1965, que estabeleceria no artigo 18: “Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros”²⁸⁰.

A União Democrática Nacional (UDN), cujos ideais se alinhavam às alas conservadoras, organizada em 1944, “apresentou-se como uma legítima herdeira da classe dominante que foi afastada do jogo político com a Revolução de 1930”²⁸¹. Com apoio das bases regionais, fundiu-se na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de extrema-direita. Nos próximos pleitos do recorte analisado, percebe-se a predominância majoritária – por vezes, unânime – da eleição de candidatos da ARENA em Antônio Prado de Minas, enquanto Eugénópolis demonstraria certa presença do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ao menos nas candidaturas.

Outra possível motivação para as rivalidades também se alinha com os poderes locais, nas figuras clientelistas que detêm certo *status quo* em determinada região e perpetuam seu domínio de forma sucessiva aos herdeiros, com o peso do sobrenome. Ainda que o conceito de coronelismo se encontre localizado historicamente na Primeira República, suas características assumiram novas nuances no interior. Sobre o novo perfil político com carregado de antigos traços, Agamenon Bezerra descreve:

o coronelismo veio a adquirir novo ímpeto com o reestabelecimento do processo eleitoral e mais uma vez fez imprimir a sua forte presença no cenário

²⁷⁹ RAMOS, Antônio Soares. Um pouco da história e da gente de Antônio Prado de Minas, 1994, p. 40. In: _____. *O vale do Gavião*. Vol. III. Itaperuna: Damadá, 1994.

²⁸⁰ BRASIL. *Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965*. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Brasil: Presidência da República, [1965]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm#art32p. Acesso em: 10 fev. 2024.

²⁸¹ RODRIGUES, Alex Sandro Amaral. *História do poder local no Brasil: coronelismo, personalismo, patrimonialismo, clientelismo*. São Paulo: Editora Pluralidades, p. 67, 2022.

político [...] era ainda o coronel quem dominava a configuração de poder no âmbito municipal²⁸²

Nesse sentido, a herança familiar diz respeito às posses, mas também à promessa de continuidade de um legado assistencialista que recorrentemente se apresenta como realidade influenciadora do manejo de poder local. Tendo em vista o foco na produção rural de grãos como café e arroz, cuja venda era impulsionada pela presença da linha férrea; a rivalidade no sentido do escoamento lucrativo poderia ser apontada como possível questão de destaque. Ainda no âmbito das redes de sociabilidade, ao relatar sobre o processo de emancipação de Antônio Prado, um contato direto com o governo estadual seria apontado como ferramenta-chave para o êxito: um pradense no gabinete. Segundo relata a entrevistada, a rapidez se deu “por causa desse senhor Mário que morava, Mário Mota, irmão do Haroldo Abreu, que morava lá em Belo Horizonte e trabalhava dentro do gabinete, ele que... tudo que ele tinha de acesso ele passava pra gente e a gente agilizava também, sabe?”²⁸³

Tendo em vista a concretização de fato da autonomia municipal em termos burocráticos, percebe-se a necessidade de buscar esta independência também na estrutura básica do novo município. Uma vez compreendidas as necessidades primordiais locais, como apresentadas anteriormente nos mapeamentos das imagens 7, 8 e 9; a fala da entrevistada reitera este cenário quando questionada a respeito das principais melhorias municipais: saúde, educação, transporte e saneamento básico.

A saúde e a educação, que eles procuraram desenvolver, dar mais assistência, né? Além, também, do saneamento que era muito ruim né, terrível, Nossa Senhora. E... e valorizar mais né, as pessoas porque... Cada um tinha sua necessidade, então a gente passou a ter alguém que interessasse pela nossa realidade, né? [...] Aí quando eles começaram a... Inclusive a prefeitura era um prédio que seria ali o... Ensino... Como é que chama? O Ensino Médio, acho que é. E... conseguiram verba para a construção de escolas, né. E a estrada que era muito ruim, mas... Aí veio o problema da... De médicos, né? Veio dentista, porque aqui tudo era muito precário, muito mesmo sabe?²⁸⁴

Ao analisar o contexto anterior e posterior à municipalização, percebe-se o foco na melhoria da qualidade de vida dos moradores através do alcance de serviços fundamentais.

²⁸² BEZERRA, Agamenon. Populismo, coronelismo e município na era Pós-Vargas. *NOMOS* – Revista do Curso de Mestrado em Direito da UFC, Fortaleza, v. 25, p. 13, 2006.

²⁸³ Entrevista nº 15, realizada em 02 de novembro de 2023.

²⁸⁴ *Ibidem*²⁸¹.

Ainda que para realizar grandes “sonhos”, como a participante aponta, fossem necessários mais recursos e tempo; a assistência básica e sensação de amparo, ou até mesmo “cuidado” seriam supridas. O sentimento de “abandono” poderia ficar no passado. À vista disto, após analisar o processo emancipatório municipal, suas motivações e resultados; voltou-se o foco ao recorte de gênero dessa pesquisa: as mulheres na política municipal de Antônio Prado de Minas em sua primeira década de autonomia.

3.2.1. Mulheres e o processo eleitoral em Antônio Prado de Minas

Ao recorrer às Atas Municipais do processo de emancipação político-administrativa, percebe-se que não são mencionados nomes de mulheres como participantes ativas da temática. Porém, tendo em vista o recorte e as demais situações – inclusive anteriormente mencionadas – em que a atuação feminina permanece nos bastidores enquanto os homens recebem cargos e menções documentais, questionou-se a entrevistada se considerava que as mulheres da comunidade se envolveram de alguma forma na emancipação político-administrativa. Nesse sentido, responde que ainda que torcessem pela causa de modo “ardoroso”, não tinha envolvimento direto com a política municipal nesse momento, além de não se lembrar de nenhuma mulher que tenha tomado frente no processo ²⁸⁵. Tendo em vista que sua eleição ocorreu aos vinte e cinco anos de idade, quando surgem as movimentações para a autonomia pradense ela ainda era uma adolescente, que provavelmente se envolveria ainda menos nos assuntos políticos, domínio do seu pai. Por outro lado, ao conviver com uma das figuras atuantes da emancipação; suas falas sobre as ausências percebidas na localidade podem se relacionar com também com a influência familiar.

Não à toa, o posicionamento da entrevistada corresponde à realidade percebida na documentação eleitoral do recorte. Submetiam-se ao Cartório Eleitoral da 111ª Zona de Eugenópolis, entre 1962 e 1978, as seções eleitorais de: Eugenópolis, Pinhotiba, Alto Gavião (distritos de Eugenópolis) e Antônio Prado de Minas. Logo, através dos boletins de apuração e documentação eleitoral foi possível constatar o quadro de envolvidos, homens e mulheres, com as movimentações políticas de cada pleito.

²⁸⁵ Entrevista nº 15, realizada em 02 de novembro de 2023.

Como realidade que se torna recorrente nos arquivos brasileiros, não foram encontrados registros documentais sobre as candidaturas e respectivos partidos da primeira legislatura de Antônio Prado de Minas recém-emancipado. Contudo, através da documentação da Câmara Municipal local e de registros realizados em “Um pouco da história e da gente de Antônio Prado de Minas”, foi possível preencher esta lacuna. Segundo narra Antônio Soares Ramos,

O primeiro administrador municipal foi o Sr. Octacílio Moreira da Silva, que já havia sido representante do povo daquela região, como vereador da Câmara Municipal de Eugenópolis. Foi nomeado intendente, pelo Governador Magalhães Pinto, tomando posse do cargo em 1º de janeiro de 1963. As eleições para prefeito foram marcadas para o dia 30 de junho daquele ano, ocorrendo a posse dos eleitos no dia 30 de agosto seguinte²⁸⁶.

Buscou-se dados sobre as candidaturas da primeira eleição municipal, porém não se obteve resultados, encontrando-se apenas os eleitos para os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores. São eles, para prefeito Eurípedes Carlos de Abreu e para Vice-prefeito José Rodrigues Pereira. A Câmara Municipal, em sua primeira composição, contava com os vereadores: Geraldo Rocha, Herval Salgado, Joerce Pereira de Jesus, José Rodrigues Pereira Campos, Osvaldo de Abreu, Miguel Narde, Izonel Cruz Pimentel, Abelar Costa e Theófilo Ferreira de Oliveira.

Tendo em vista o histórico de candidaturas e eleições, através dos registros do ex-prefeito Antônio Soares Ramos e da predominância – por vezes, absoluta – da ARENA em pleitos posteriores; pode-se pensar que provavelmente boa parte dos eleitos em questão eram partidários da UDN. Sobre as principais modificações locais realizadas nesse período, pode-se apontar, como exemplo: “a estrutura administrativa do município, pelo Intendente; a construção de três pontes de arame armado; a ampliação do prédio do Grupo Escolar; a iluminação pública da cidade pela Cia. Força e Luz Cataguazes-Leopoldina”²⁸⁷.

Ainda que de forma irregular, a documentação eleitoral analisada dispunha de descrições de dados mais detalhadas acerca dos posteriores processos. Logo, analisaremos os dados do primeiro pleito. Sobre o trabalho eleitoral, percebe-se a unanimidade de homens para

Ao constatar a ausência de listas de candidaturas ou boletins de apuração no Cartório Eleitoral de Eugenópolis, foram consultadas as Atas da Câmara Municipal de Antônio Prado de Minas; com a finalidade de compreender a composição de candidaturas às primeiras eleições prandeses. Porém, não se obteve resultado nas buscas.

²⁸⁶ RAMOS, Antônio Soares. Um pouco da história e da gente de Antônio Prado de Minas, 1994. In: _____. *O vale do Gavião*. Vol. III. Itaperuna: Damadá, 1994, p. 39.

²⁸⁷ *Ibidem*²⁸⁴.

os serviços de motoristas encarregados do transporte dos eleitores da zona rural até os locais de votação; descritos em listas extensas, acompanhados das placas e modelos dos respectivos veículos. Já no âmbito do serviço eleitoral durante o período de votações, descrevem-se os encarregados das funções de: presidentes de seção, mesários, secretários e suplentes. Nos registros das eleições municipais de 1966, percebe-se o seguinte quadro de funcionários:

Tabela 1. Quadro de funcionários do pleito eleitoral municipal de 1966 em Antônio Prado de Minas, por gênero:

Gênero	Presidentes	Mesários	Secretários	Suplente	Total
Masculino	2	4	4	3	13
Feminino	1	2	2	0	5

Fonte: Arquivo do Cartório Eleitoral da 111ª Zona, Eugenópolis.

Entre as três seções de votação estabelecidas para 1966, todas no Grupo Escolar, percebe-se a presença majoritária do gênero masculino (13 participantes) em relação ao gênero feminino (5 participantes). De maneira mais específica, destaca-se que para os cargos de presidentes, mesários e secretários, os funcionários apresentam-se como o dobro em relação ao número de funcionárias. Os suplentes, por sua vez, são nomeados como três homens, sem registros de mulheres na mesma função nesta oportunidade. Em sentido semelhante, as candidaturas para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores neste período são unicamente masculinas. Não foram encontrados registros sobre a formação da Junta Apuradora desse pleito²⁸⁸.

Como resultado das apurações, entre os 533 votantes, foram declarados eleitos para Prefeito José Emídio Piermatei e para Vice-prefeito Izonel Cruz Pimentel; pela ARENA, com 478 votos. Para compor as nove cadeiras da Câmara Municipal, foram eleitos: Octacilio Moreira da Silva, José Rodrigues Pereira Campos, Elcy Alves da Fonseca, Joaquim Pinto de Abreu, José Levindo Fumian, Sebastião José da Silva e Arlindo Agustini Morandi; todos pelo ARENA. São descritos, ainda, para Juiz de Paz Analdino Benedito da Silva e para suplentes, Alcides Alberto Ferreira, Antônio Batista de Oliveira, João Evangelista da Silva; também pelo

²⁸⁸ Documentação das eleições de 1966, do Cartório Eleitoral da 111ª Zona do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), em Eugenópolis.

ARENA²⁸⁹. Quanto às principais melhorias urbanas e rurais do período analisado, são citadas “a construção de três grupos escolares – no Pangarito, no Capoeirão e na Bela Vista; o calçamento a paralelepípedos das ruas 1º de março, N. Sra. Aparecida e Praça da Emancipação; melhoramento nos serviços de abastecimento de água da cidade”²⁹⁰

Nas eleições municipais seguintes de 1970, o segundo pleito municipal, não foram encontrados registros específicos do quadro de funcionários ou junta apuradora. Todavia, a unanimidade de homens no serviço de motoristas para o transporte de eleitores às suas devidas seções e nas candidaturas a cargos políticos permaneceu. Nesse processo, foi descrito o registro de 914 eleitores, dos quais compareceram 702 no ato de votação. Foram eleitos para Prefeito Abelar Costa e Vice-prefeito José Rodrigues Pereira Campos, pela ARENA.

Mais uma vez, as cadeiras da Câmara Municipal permaneceram ocupadas unicamente pelos vereadores partidários da ARENA. De forma mais detalhada, os boletins de apuração desse período demonstraram o número de votos específico de cada um dos eleitos, sendo eles: Elcy Alves da Fonseca (95 votos); Astolfo Marques de Souza (64 votos); Jose Pedro Franzine (59 votos); Almir Lourdes Moreira (59 votos); Jair Ferreira de Oliveira (53 votos); Isaias Santos Avellar (48 votos); Jose Caetano do Espirito Santo (44 votos); Francisco Dutra Sobrinho (38 votos); Manoel Vieira de Barros – 28 votos. Para suplentes, foram nomeados ainda: Carlito de Carmo Narde (23 votos); Aldrovando Ferreira da Silva (18 votos) e José Ferreira Campbell (16 votos)²⁹¹. Como principais atividades desta legislatura, são citadas a continuação das “obras de calçamento da cidade e iniciou a construção do prédio da Prefeitura Municipal”²⁹².

No processo eleitoral de 1972, o terceiro pleito, são observadas algumas diferenças. Não foram encontrados registros sobre a composição do quadro de funcionários deste pleito durante o período de votações. Quanto aos motoristas registrados para transporte de eleitores, o cenário unicamente masculino permanece. De forma detalhada, são citados os membros da Junta Apuradora dos resultados. Quanto aos cargos, são selecionados funcionários para atuar como presidente, secretária e membros (sem demais definições), cujas distribuições são representadas na tabela 2 abaixo:

²⁸⁹ Documentação das eleições de 1966, do Cartório Eleitoral da 111ª Zona do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), em Eugenópolis.

²⁹⁰ RAMOS, Antônio Soares. Um pouco da história e da gente de Antônio Prado de Minas, 1994. In: _____. *O vale do Gavião*. Vol. III. Itaperuna: Damadá, 1994, p. 40.

²⁹¹ *Ibidem*²⁸⁷.

²⁹² *Ibidem*²⁸⁸.

Tabela 2. Quadro de funcionários da Junta Apuradora da eleição municipal de 1972 em Antônio Prado de Minas, por gênero:

Gênero	Presidente	Secretária	Membros	Total
Masculino	1	0	4	5
Feminino	0	1	1	2

Fonte: Arquivo do Cartório Eleitoral da 111ª Zona, Eugenópolis.

Para a apuração de votos, percebe-se em linhas gerais um menor número de participantes. Contudo, a proporção permanece majoritariamente masculina, sendo um presidente e quatro membros; enquanto as mulheres ocuparam o cargo de secretária (uma) e apenas mais uma representante como membro. Quanto às candidaturas, observa-se mais um ponto de destaque: as nomeações partidárias ARENA I e ARENA II. Especificamente, a “divisão” entre o ARENA no período de bipartidarismo apresenta-se como um fato de interesse. Ainda que se perceba candidaturas do MDB em Eugenópolis (mesmo que em proporções minoritárias em relação ao todo), durante o recorte de 1963 e 1976 foi natural constatar a composição da Câmara Municipal de Antônio Prado de Minas unicamente por partidários da Aliança Nacional Renovadora. Sobre a aparente cisão, Abrucio e Samuels a descrevem como parte da “Nova Política dos Governadores”, que vigorou durante a ditadura militar como ferramenta de manutenção do autoritarismo a nível nacional. Nesse sentido, diante das elites políticas regionais que se mostravam enquanto ameaça ao controle absoluto federal, adotou-se a estratégia da escolha de “governadores técnicos”; mas sem sucesso a médio prazo diante do poder político local, logo,

Esses governadores, desse modo, foram se distanciando da classe política tradicional e ficaram politicamente isolados em seus estados. O suporte dado pelo Governo Federal, contudo, não garantia aos governadores o controle das seções estaduais da ARENA. Nascia aí uma importante divisão informal no partido do governo: de um lado, aquilo que podemos chamar de ARENA I, isto é, o grupo mais ligado ao Poder Central e aos então governadores; de

outro, a ARENA II, constituída por boa parte da elite política estadual que se sentia alijada do processo político²⁹³.

Assim sendo, diante da ausência de candidaturas pelo MDB, a diferenciação entre “ARENA I” e “ARENA II” poderia ser considerada significativa em termos de oposição política, ainda que – como apontado anteriormente – os requisitos para a eleição de um candidato político nos municípios não necessariamente dependem das legendas por ele representadas. No pleito eleitoral de 1972 foram registrados 934 eleitores aptos para votar, sendo 695 destes presentes nas urnas. Para Prefeito, elegeu-se Orestes Piermatei e para Vice-prefeito, Manoel Vieira de Barros pelo ARENA II; os quais contaram com 340 votos. A Câmara Municipal manteve sua composição apenas por candidatos representantes do ARENA (sem divisão), sendo ela e eles: Arlete Helena Rocha – 147 votos; Milton Gonçalves Pitta – 115 votos; Salvador Luiz Ribeiro – 81 votos; Jair Ferreira de Oliveira – 63 votos; Oswaldo de Abreu – 44 votos; Isaias Santos Avelar – 42 votos; José Caetano do Espírito Santo – 29 votos; Agripino da Fonseca – 21 votos e Aristides Tavares da Silva – 20 votos. Para suplentes, foram designados Ernane Spinola de Oliveira – 19 votos e Daniel Lopes de Barros – 18 votos²⁹⁴.

É inegável que diante do quadro majoritariamente masculino nos mais diferentes âmbitos do envolvimento político, desde o processo eleitoral até a efetiva eleição, a presença de uma mulher eleita entre os vereadores e com o maior número de votos, chama a atenção. Arlete Helena Rocha Dutra foi pioneira em um cenário municipal interiorano durante a ditadura militar, fator que torna essa conquista ainda mais significativa. Aos 25 anos, atuava enquanto professora no município de Antônio Prado de Minas. Solteira, realizava diversas atividades no cotidiano eclesial da comunidade católica em parceria dos irmãos. Com sua irmã, conduzia a catequese, os ensaios dos “anjinhos” para as coroações a Nossa Senhora Aparecida no mês mariano, além de participar da organização das Festas de Julho; enquanto o irmão era coroinha. Ainda que se envolvesse com diferentes atividades de destaque na comunidade, sua atuação até o momento ia de encontro ao que se esperava de uma mulher. Todavia, a eleição ao cargo de vereadora municipal modificou esse cenário. Logo, quando questionada a respeito das mudanças vivenciadas nos anos 70, a exemplo das mulheres na política, não hesitou em evidenciar sua experiência:

²⁹³ ABRUCIO, Fernando Luiz; SAMUELS, David. A nova política dos governadores. *Lua Nova*, São Paulo, v. 40-41, p. 137 – 166, ago. 1997, p. 147.

²⁹⁴ Documentação das eleições de 1972, do Cartório Eleitoral da 111ª Zona do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), em Eugenópolis.

É, a princípio foi um pouco, assim, de rejeição. Eu falo pela minha própria candidatura, porque eles não... Não colocavam muita esperança em mim e chego ali... Com aquela quantidade de votos que nem eu mesma acreditei que eu tinha conseguido. Então, não tinha feito campanha nem nada. Então, quando eu entrei na Câmara [de vereadores], por direito, na época, eu teria que ser a Presidente da Câmara por causa do meu número de votação que eu tinha conseguido²⁹⁵.

Durante a entrevista, os boletins de apuração ainda não tinham sido consultados, logo; ainda que se soubesse a respeito da eleição da vereadora como pioneira, os dados específicos sobre o quociente eleitoral seriam visitados posteriormente. Nesse sentido, ao comentar sobre o feito de obter o maior número de votos, a entrevistada solicita uma pausa na entrevista para buscar seu certificado de diplomação. Ao retornar, reitera o panorama levantado: “Acho que assim, tinha que juntar o número de votos todos deles para dar o meu sozinha, então acho que aquilo criou mais rivalidade ainda”²⁹⁶.

Ao verificar os dados do Boletim de Apuração de 1972, constata-se que a somatória de votos dos demais candidatos não se igualaria ao total de votos da vereadora. Todavia, isso não reduz seu feito ao evidenciar-se que o candidato mais votado, em sequência, possuiu uma diferença de 35 votos em relação a ela; número maior que o total de votos de três dos eleitos, por exemplo. Outro ponto de destaque é o fato de que os candidatos eleitos Jair Ferreira de Oliveira e José Caetano do Espírito Santo já possuíam vida política enquanto vereadores antes do pleito em questão; respectivamente, tendo o primeiro atuado nas legislaturas de 1967 - 1970 e 1971 - 1972, e o segundo também durante o período de 1970 – 1972.

Logo, em sua “estrela” nas eleições, ser mulher e com número mais expressivo de votos entre todos os candidatos não seria tarefa simples; sobretudo em um espaço masculinizado. A “rivalidade” apontada pela participante aqui se mostra em termos de destaque político enquanto mulher. Ao longo da entrevista, Arlete prossegue sobre a sua percepção ao perceber a conquista da posição de presidente da câmara:

E o juiz de direito, na época, era meu professor na escola esta... é, no magistério que eu fazia em Eugenópolis. Então ele já tinha conversado comigo que era um direito meu por lei de ser presidente da câmara. Mas a gente não

²⁹⁵ Entrevista nº 15, realizada em 02 de novembro de 2023.

²⁹⁶ *Ibidem*²⁹³.

tinha a intenção de criar confusão e atrito, porque eu fui eleita no partido contrário do prefeito que tinha ganhado que era o meu tio. E aí meu prefeito tinha perdido. Então meu pai, que sempre gostou de... da paz, como é que se diz (risos) conversou comigo e falou que ia conversar com os nossos vereadores que tinham ganho pra ninguém votar em mim como presidente da câmara que tinha, tendo na chapa a votação automaticamente... Porque assim, tinha que passar, já que tinha que passar, já tava decidido que tinha que ser eu mesmo. Aí, nós combinamos de todo mundo, todos nós votarmos no Miltoninho, mas assim, não falamos nada com ninguém. O Milton Gonçalves²⁹⁷.

Ao constatar seu direito de pleitear a presidência, cargo de maior destaque para os vereadores, sua atitude contrariou o que se esperava daqueles que alcançam esse feito. Porém, orientada pelo pai que já participava da vida pública enquanto ex-vereador, comerciante e um dos responsáveis por movimentar os esforços locais para a emancipação político-administrativa, decidiu pela recusa do posto. Percebendo-se as questões familiares que envolvem a narrativa, como o tio eleito para prefeito por outro partido e a influência do pai sobre suas decisões; constata-se ainda a “autonomia cerceada” da vereadora. Jovem, solteira e em um contexto fortemente influenciado pelo patriarcado, o fato de assumir uma das cadeiras da câmara parecia suficiente. Almejar uma das posições de maior destaque ao lado do tio poderia ser interpretado como ousadia demais. Como sinal de “bandeira branca” para demonstrar sua intenção de exercer as funções do cargo sem “criar confusão e atrito”²⁹⁸, a paz significava acatar a sugestão do pai.

E aí começou a quando começou a votação eu fui lá, a primeira, conversei com o meu... Com o juiz de direito que era meu professor de Moral e Cívica na época e falei com ele que eu não ia aceitar se eu ganhasse [a votação entre os vereadores para a presidência da câmara]. Isso em qualquer situação. Porque eu não queria entrar já fazendo uma política, queria entrar para ajudar o município, você entende?²⁹⁹

A última frase dessa narrativa chama a atenção. Mais uma vez, a vereadora evoca a questão assistencialista. Se antes da emancipação, as necessidades municipais eram de “atenção, cuidado, assistência”; agora sua atuação enquanto política seria a de promover algum tipo de “ajuda” aos pradenses. Outro ponto que pode ser relacionado ao cunho de auxílio é a questão religiosa. Tendo em vista a influência da Igreja Católica no contexto descrito, sobretudo

²⁹⁷ Entrevista nº 15, realizada em 02 de novembro de 2023.

²⁹⁸ *Ibidem*²⁹⁷.

²⁹⁹ *Ibidem*²⁹⁷.

em uma cidade que se desenvolve a partir de um terreno doada para fins religiosos, o pensamento cristão se faz presente. Assim, a ideia de exercer seu “fazer político” de forma assistencialista pode se ligar aos preceitos de uma vida permeada pelos valores religiosos católicos.

Por mais conflituosa que a expressão “não queria entrar já fazendo política” vinda de alguém que se elegeu para um cargo político pareça, interpreta-se como se o ideal de atuação política seja conflituoso. Logo, não se encaixaria com o perfil pacificador que a personagem afirma, como forma de se defender diante das possíveis desaprovações dos colegas de bancada. Sobre o novo presidente da câmara, ela relata o ato de escolha:

Aí como nós combinamos tudo direitinho, aí quando acabou a votação, ele foi eleito por unanimidade, não teve um voto contrário. Então todos nós votamos nele, como todos ficaram surpresos, porque eu... Nem eu votei em mim. E eles acharam que eu ia querer ser a presidente da câmara. Então eu não fui, não aceitei cargo algum e nesse período começa também a remuneração para vereador, eu não aceitei, dei pro... o meu salário dei pro município, pra investir no município. Foi no final do mandato que começou esse negócio aí de vereador receber³⁰⁰

Entre os diferentes aspectos percebidos nessa fala, primeiramente pode-se constatar a influência do pai da nossa personagem que se estende para além do âmbito familiar, mas também no partido político ao qual atua. Quando firmado o acordo com a filha sobre a votação em outro vereador eleito para ocupar o cargo de destaque, demonstra-se confiança no resultado. Logo, ao entrar em contato com os demais partidários que seriam decisivos ao processo, a unanimidade de votos em Milton Gonçalves Pitta foi concretizada. Outro ponto de destaque está ligado à reação dos demais políticos, que se surpreendem com a atitude da nova colega de trabalho, pois entendiam a posição de presidência como suficientemente importante; ao ponto de uma recusa à vaga se tornar alvo de comoção.

Outro ponto ainda mais intrigante é a ideia de renunciar ao próprio salário, como direito do cargo, para doá-lo ao município. Assim como a atitude de negar a presidência da câmara; é perceptível que as ações desempenhadas pela vereadora são planejadas como forma de se provar diante do cenário desfavorável enquanto minoria. A renúncia pode ser encarada como ato virtuoso, situação que se percebe nas falas da entrevistada pois acredita que seriam formas

³⁰⁰ Entrevista nº 15, realizada em 02 de novembro de 2023.

de demonstrar sua verdadeira motivação no cargo: a assistência ao município. Porém, também pode-se caminhar pelo sentido mais amplo da necessidade se autoafirmar e garantir seu “merecimento” pelo pioneirismo, como alguém que precisa se esforçar ainda mais para exercer as mesmas funções que os demais. Assim, levanta-se o questionamento diante dos fatos: A postura de abdicação seria adotada por algum de seus colegas no sentido de demonstrar-se digno o suficiente do cargo ao qual foi eleito para exercer? Nesse sentido, pode-se apenas especular diante da realidade que grupos minoritários ou “majoritariamente minimizados” na sociedade; que se enxergam diante da subestimação. Contudo, ao menos no período analisado, não existem registros na documentação da Câmara Municipal de Antônio Prado de Minas sobre alguma situação semelhante.

Segundo as falas da vereadora, suas ações surtiram o efeito esperado, pois “foi tão bonito porque, depois a gente já foi criado assim um laço de amizade tão grande que a gente já não fazia nada sem trocar ideia comigo, pedir ajuda”³⁰¹. O sentido de cuidado e auxílio se reflete mais uma vez, agora no exercício da função na Câmara Municipal. É intrigante analisar as repetições da mesma finalidade, o “cuidar” que é associado ao papel feminino mais uma vez se estende aos mais diversos âmbitos; mesmo aqueles que tradicionalmente seriam designados aos homens. Em seguida, percebe-se ainda a demanda de reconciliação; pois ao assumir o cargo, ela entende ser necessário se desculpar com o tio, prefeito eleito e adversário político, por conta da sua candidatura de sucesso: “Então expliquei para ele, porque eu estava ali e o quê que eu queria, qual era meu propósito. Então dali pra frente foi, foi assim. Foi um caminhar junto. Todo mundo junto”³⁰². Nesse sentido, entre desculpas e conciliações constantes, enfim é permitido comemorar. Quando questionada a respeito de sua campanha e reação ao ser informada sobre a vitória, apresenta seu diploma recebido no ato da nomeação ao cargo de vereadora, o qual diz:

O juiz presidente da junta eleitoral dessa zona que apurou as eleições de 15 de novembro de 1972, nos termos da lei, resolve expedir a favor de Arlete Helena Rocha este diploma de vereadora [percebe-se a letra “a” acrescentada, escrita à caneta no diploma] do município de Antônio Prado de Minas, votada na legenda da ARENA. Nesta eleição foi apurado um total de 672 votos e o diplomado recebeu 147 sufrágios. Provou sua quitação com o serviço militar[...] Eugenópolis, 29 de novembro de 1972³⁰³.

³⁰¹ Entrevista nº 15, realizada em 02 de novembro de 2023.

³⁰² *Ibidem*³⁰¹.

³⁰³ *Ibidem*³⁰¹.

O diploma continha as informações básicas pré-estabelecidas, sendo dedicados espaços com linhas em branco para preencher o nome completo do eleito, número de votos totais do pleito e número de votos do indivíduo em questão. O cargo em masculino e o quesito “quitação com o serviço militar” são traços demonstrativos do cenário tradicionalmente destinado aos homens. Diante do resultado expressivo, questionou-se a respeito do trabalho pré-eleições, logo, as estratégias de campanha utilizadas para alcançar esse feito. Supreendentemente, a resposta foi simples:

Eu não fiz campanha (risos). Não fiz, eu nem... Me colocaram lá para ser vereadora. Quando viu que o candidato de prefeito deles [oposição] era forte, que precisava, alguém precisava ser eleito, me colocaram lá dentro. Porque acho que foi isso³⁰⁴.

Sem campanha, pode-se entender que sua popularidade teria sido suficiente para alcançar um número de votos suficientes – afinal, alguns candidatos conseguiram se eleger com cerca de 20 votos -, porém não seria o bastante para a posição de mais bem votada entre o rol de vereadores. Como professora e membro atuante da comunidade católica, predispõe-se o entendimento de que sua influência alcançaria diferentes públicos, o que é um ponto positivo para conquistar um cargo político. Sobre sua atuação nos eventos da cidade, destacou a participação religiosa: “[...] Que a gente tomava a frente, ia para essas roças pedindo prenda, para poder fazer a festa do mês de maio, né? E carnaval era a mesma coisa junto com esse meu tio, que foi prefeito contra mim (risos)”³⁰⁵. É interessante pensar que quando se trata do campo religioso, a personagem não relata vergonha ou incômodo ao assumir a frente de ações de destaque. Inclusive, sua facilidade para falar em público é apontada como “dom” por uma das entrevistadas ao relatar sua experiência juntas nas atividades eclesiais³⁰⁶. Todavia, mesmo diante do receio em assumir o cargo, houve mais um impulso:

Com toda honestidade, mas quando entrei dentro da cabine e vi aquele chão lotado de papelzinho com meu nome, que o pai tinha feito uns papezinhos, eu tenho até uns guardados ali, aí eu falei “Jesus! Ou eles estão faturando os

³⁰⁴ Entrevista nº 15, realizada em 02 de novembro de 2023.

³⁰⁵ Ibidem³⁰⁴.

³⁰⁶ Entrevista nº 3, realizada em 23 de junho de 2018.

meus votos ou então isso é tudo meu, quê que é isso!”, você entende? (risos). E era votação, assim de papel. Quer dizer, custava para poder fazer a legenda, aliás, o resultado final daquilo tudo né³⁰⁷.

Ao público cativado pela sua atuação profissional e meio religioso, somam-se os clientes do comércio do pai, influente figura no município desde sua fundação. Mais uma vez, se pode reforçar a importância dos laços familiares para perpetuar redes de sociabilidade. Um detalhe interessante na apuração dos votos de 1966 é a descrição das profissões de cada político eleito, sendo dois comerciantes (incluindo o Prefeito); cinco proprietários (incluindo o vice-prefeito, um funcionário e um lavrador³⁰⁸. Tratando-se de profissões nas quais o contato direto com o público é uma característica, é possível associar o maior número de votos ao fato de serem pessoas reconhecidas no município. Todavia, para compreender a relação de influência entre profissões e proporção de votos, seria necessário levantar dados sobre o quadro profissional de todos os candidatos em diferentes pleitos; porém não foram encontradas descrições dos determinados perfis nos demais processos eleitorais.

Em relação à atuação profissional de Arlete, se deu de forma dupla durante o seu mandato, permanecendo nas salas de aulas enquanto professora e inaugurando sua atuação na Câmara Municipal com vereadora. Segundo relata, trabalhou com o primário, primário-terciário e com as disciplinas de Ensino Religioso e Geografia, por conta das habilitações de sua formação em Pedagogia³⁰⁹. Inclusive, a entrevistada relata que recebeu a notícia sobre sua eleição exitosa durante uma de suas aulas: “Aí eu estava no dia seguinte na sala de aula, dando aula, quando eu escutei uma barulhada de gente na rua. Aí entraram pela escola adentro, foram lá, me pegaram e me trouxeram pelo colo rua afora porque eu tinha ganhado e eu nem sabia! (risos)”³¹⁰.

Posteriormente, a influência familiar nas decisões e mesmo na busca por votos foi reafirmada pela participante, que esclarece: “Eu acho que foi só assim porque meu pai [Geraldo Rocha] tinha comércio, então ele era muito conhecido nessa zona rural, aí as pessoas iam influenciados pelo que conheciam do meu, confiaram nele e votaram em mim”³¹¹. De forma semelhante, relata ainda que a ideia de sua candidatura também partiu do pai: “[...] foi uma

³⁰⁷ Entrevista nº 15, realizada em 02 de novembro de 2023.

³⁰⁸ Documentação das eleições de 1966, do Cartório Eleitoral da 111ª Zona do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), em Eugenópolis.

³⁰⁹ Entrevista nº 15, realizada em 02 de novembro de 2023.

³¹⁰ *Ibidem*³⁰⁹.

³¹¹ *Ibidem*³⁰⁹.

decisão do meu pai mais o José Levindo tomaram de me apontar como candidata. Mas, eu não achei ruim não”³¹². Logo, ao analisar o processo de candidatura, campanha eleitoral e votação de fato, entende-se certa inversão de papéis. A figura masculina de destaque na comunidade atua nos bastidores com o propósito de destacar a figura feminina no cenário político. Em outra concepção, pode-se também enxergar a presença paterna como decisiva nas atitudes da personagem, mesmo enquanto ela assume o protagonismo social. Desta forma, ainda que por diferentes ângulos, o pioneirismo chega carregado de costumes tradicionais.

Independente da coparticipação familiar no processo eleitoral, é fato que o feito foi memorável e inédito na história pradense até o momento; logo, digno de uma comemoração tão marcante quanto o momento. Não é à toa que quando questionada a respeito das situações vivenciadas ao longo do mandato que mais lhe foram significativas, a primeira memória citada diz respeito à festa promovida em razão da sua eleição:

Esse, esse dia que eles foram me buscar lá no Correio. Depois eles me levaram lá para a fazenda do José Levindo, onde foi 2, 3 dias de comemoração (risos). Isso ficou marcado, e comida! Muita comida, muita coisa, a gente só vinha em casa para dormir, depois voltava para lá de novo³¹³.

Apesar da felicidade da aprovação nas urnas, novamente percebe-se a comemoração cerceada, dessa vez inserida no contexto de “companheirismo partidário”, pois os candidatos à prefeitura que concorriam pela mesma legenda que a sua não conseguiram alcançar o cargo: “[...] foi uma comemoração dividida, porque eu via meu prefeito que era o José Mário na época tinha perdido e eu pensava assim: ‘Gente, né, vou comemorar uma vitória e ele uma derrota’, era dividido”³¹⁴. Ainda que o comportamento de se solidarizar com os colegas de partido seja algo comum entre esferas políticas, é possível apontar essa posição de “felicidade limitada”, como mais um empecilho à comemoração da vitória por completo. Ainda que não se pretende neste trabalho fazer uma análise de discurso detalhado

Sendo assim, é despertado o interesse em conhecer a atuação política da vereadora em questão. Tendo em vista os aspectos permeados pela família, religião e profissão; no cotidiano da Câmara os interesses em jogo seriam por ela representados. Dessa forma, os “ônus e bônus”

³¹² Entrevista nº 15, realizada em 02 de novembro de 2023.

³¹³ Ibidem³¹².

³¹⁴ Ibidem³¹².

do dia a dia precisariam ser encarados de forma pessoal, nem sempre com a possibilidade de intervenção de terceiros. Ainda, ser mulher jovem e iniciante na vida política carregaria consigo uma série de pré-julgamentos alheios, como relata em um dos trechos da entrevista sobre suas primeiras impressões e percepção das reações de seus colegas de mandato logo no início de sua atuação: “A princípio, eu tive medo de enfrentar aquela Câmara cheia de homens e todos, cada um com um pensamento negativo a meu respeito, né? De o quê eu estava fazendo ali. Mas, mais tarde, depois assim, que eu conquistei a confiança deles, foi muito bom o trabalho[...]”³¹⁵. De forma mais específica, reitera:

Entrevistadora: E a senhora acha que era muito difícil ser uma vereadora, mulher ali na câmara só de homens?

Participante 15: (suspiro) Ai, era. Mas é igual eu te falei, depois, minha filha, eles não sabiam praticamente... e eu com estudo, né? [...] Ali tinha gente analfabeto mesmo, não sabia muito mal assinar o nome, meus companheiros políticos. [...] Eles passaram a me entender e a perceber que eram sempre boa, boas as nossas ideias, porque completava a deles também. Não tínhamos direito de falar, depois passamos a ter”³¹⁶.

A fala a respeito do índice de escolaridade dos políticos que compunham a câmara desperta mais uma possibilidade de pesquisa aprofundada, que carece de informações mais detalhadas; possivelmente disponíveis em outras fontes. Ainda assim, demonstra mais um diferencial da profissional ao assumir seu cargo público por eleição; fator este que pode ter contribuído para o expressivo número de votos em seu primeiro ato na vida pública política. Nesse sentido, reitera-se em nova oportunidade o propósito encarado pela vereadora, ao qual dispendeu esforços para afirmá-lo de forma enfática: suas úteis contribuições para o serviço público na bancada do legislativo municipal, com o intuito de promover melhorias locais.

Sobre compreender a importância da representatividade de sua atuação enquanto primeira mulher eleita na Câmara Municipal, sintetiza em uma frase o peso dessa atividade: “Não tínhamos direito de falar, depois passamos a ter”³¹⁷. Essa fala é significativa diante da questão levantada sobre os caminhos para a dupla emancipação em Antônio Prado de Minas. Enquanto o município consegue em cerca de uma década após seu reconhecimento como distrito iniciar as movimentações para a emancipação política-administrativa – que se

³¹⁵ Entrevista nº 15, realizada em 02 de novembro de 2023.

³¹⁶ *Ibidem*³¹⁵.

³¹⁷ *Ibidem*³¹⁵.

concretizaria em cinco anos -, foram necessários mais dez anos após a municipalização para se eleger uma política feminina na câmara local.

Uma vez enfrentado o preconceito, questionou-se à personagem a respeito do seu relacionamento com as mulheres da comunidade enquanto representante política desse grupo. Logo, foi perguntada se acreditava ter aproximado as mulheres da política e decisões do município, cuja resposta demonstrou sinceridade: “Eu acredito que não, porque se depois de mim demorou tanto tempo para ter uma candidata... Aliás, tinha, todas as eleições quase que tinha, mas não elegia, não tinha como ser eleita. Eu não sei se mudou muito não”³¹⁸. Realmente, seu apontamento condiz com a realidade do cenário político em questão. Contudo, é importante destacar como ponto marcante de sua atuação o pontapé inicial. Ainda que outras mulheres não tenham sido eleitos em pleitos subsequentes, ou ainda que eleitas não tenham alcançado igualdade de representação na câmara; sua presença marcou a participação feminina na vida política pradense de forma ativa. Assim, a partir de sua eleição outras mulheres puderem se espelhar no seu exemplo para almejar também esse espaço, como de direito de todas e todos.

Ao consultar a documentação do arquivo da Câmara Municipal de Antônio Prado de Minas, foi observado um quadro de legislaturas, com os nomes dos candidatos que lograram quociente suficiente de votos para ocupar as cadeiras da bancada. Só seria constatado um novo nome feminino em um cenário majoritariamente masculino na Nona Legislatura, entre 1997 e 2000, quando o vereador Salvador Luiz Ribeiro faleceu, no fim do mandato, e assumiu a suplente Elismar da Fonseca Dutra; que também possuía histórico familiar de envolvimento político, com o pai ex-prefeito e ex-vereador, Elcy Alves da Fonseca³¹⁹. Em seguida, a próxima vereadora que assumiu o cargo enquanto eleita seria Gilcélia Lourenço Ferreira, nas Décima Terceira (2013 – 2016) e Décima Quarta (2017 – 2020) legislaturas; enquanto na legislatura atual, a Décima Quinta (2021 – 2024), foi eleita Marinete Araujo do Nascimento³²⁰. Em relação aos prefeitos e vice-prefeitos, não houve nenhuma eleição feminina para ocupar o cargo, apenas escassas candidaturas.

Todavia, ainda que em termos de representação ativa das mulheres através da ocupação de cargos, os números são reduzidos e permanecem distantes de um ideal de equilíbrio; a presença de figuras femininas em cargos políticos reverbera as questões comuns ao grupo. Logo, buscou-se compreender se, na visão da vereadora, as eleitoras de Antônio Prado de Minas

³¹⁸ Entrevista nº 15, realizada em 02 de novembro de 2023.

³¹⁹ Quadro de Legislaturas da Câmara Municipal de Antônio Prado de Minas – Estado de Minas Gerais.

³²⁰ *Ibidem*³¹⁸.

se sentiram mais próximas da Câmara para buscar seus anseios por meio dela, bem como as principais necessidades apresentadas.

E: Mas as mulheres chegavam até a senhora para falar sobre.

P: Ah, chegavam. Chegavam sim, e... Porque tinha aquela intimidade que às vezes não tinha com os homens não, com vereador homem para poder falar das, do... como é que fala, do seu dia, né? E aí era bom, porque eu já tinha um grande acesso com o prefeito também e eu passava para ele as necessidades delas³²¹.

O fato de aproximar as mulheres do ambiente político por sua intercessão junto aos demais vereadores e prefeito é um fator que merece destaque. Ter uma representante na Câmara que realmente compreendesse seus anseios por vivenciar experiências semelhantes, relacionados ao gênero, faria toda a diferença. Ainda que se entenda o papel “mediador” dos vereadores, espera-se a resolução das demandas pelo “homem da casa”. Logo, quem busca a figura representativa do político são seus semelhantes, também homens. Porém, quando se enxerga uma figura feminina no mesmo cargo em que outros homens, eleita de forma expressiva, abre-se espaço para as vozes de tantas outras mulheres que careciam de uma porta-voz dos seus anseios e demandas sociopolíticas. Haja vista que, tratando-se de um contexto ditatorial, no interior arraigado de costumes políticos tradicionalmente ligados a um “novo coronelismo” e influência do patriarcado de maneira explícita, é possível imaginar as necessidades femininas como voltadas à busca por direitos básicos, com recorte específico. Contudo, as “queixas” eram outras:

Era assim, a maioria das vezes era alimentação, né, porque faltava e ninguém tinha um Bolsa Família [sic.]. Alimentação era quase que a que mais exigia. Remédio também, sabe? E habitação, sabe? Isso sempre perturbou muito a vida de todo mundo. Nós chegamos até a construir casa públicas, pra deixar as pessoas morarem. Foram poucas, acho que duas ou três, eu lembro de algumas. E o tempo que fosse necessário, não cobrava aluguel mas também ele não eram proprietários, mas também não pagava aluguel. Tinha uma lá perto da Estação, coladinho, perto daquele busto de Antônio Prado. Até a Ana*, mãe da Ana morou por ali, aquela da Carla* que desmancharam. Também, assim e a busca por trabalho que também muita gente queria né e aqui não tinha onde trabalhar³²².

³²¹ Entrevista nº 15, realizada em 02 de novembro de 2023.

³²² Ibidem³²¹.

Nota-se que as principais demandas levantadas pelas mulheres e dispostas à vereadora eram sim necessidades básicas, porém não diretamente relacionadas às condições de gênero, e sim ligadas às questões sociais. Ainda que alcançada a autonomia política e administrativa, a precariedade carregada desde a nomeação de distrito deixaria seu legado, que precisaria de ainda mais tempo para ser solucionada enquanto tarefa do então município. Como parte dos registros de Antônio Soares Ramos sobre a linha do tempo de administradores e respectivas melhorias locais; cita como principais ações do período de 1973 a 1976 apenas a continuidade de calçamento de ruas e construção do prédio da Prefeitura Municipal³²³, como citado anteriormente. Porém, ainda que a estruturação da cidade fosse importante, o cenário contemplado pela população era de dificuldades para viver com dignidade mínima; para alimentação, habitação, saúde e trabalho.

Como citado pela entrevistada, as necessidades básicas das cidadãs – e dos cidadãos – pradenses careciam de políticas públicas que sanassem esses desafios. Diante do panorama da década de 1970, o acesso a programas de assistência social não fazia parte dessa realidade. Logo, para atender às demandas, os políticos eram vistos como mediadores para que os “pedidos” chegassem até à prefeitura benevolente que lhes atenderia – e cobraria seu preço nas próximas eleições. Nesse contexto, é solicitado pela Câmara o atendimento ao município do Projeto Rondon.

3.2.2. Projeto Rondon: melhorias municipais alcançam território pradense sob influência política feminina

Criado em 1967 sob o lema “integrar para não entregar”, tinha como objetivo a promoção de estágios para estudantes universitários, sobretudo ligados à área da saúde, aos pontos mais remotos do país para o desenvolvimento dessas localidades³²⁴; logo, poderia se inserir na realidade dos pradenses-de-minas. Sobretudo, com a reformulação do “Grupo de Trabalho Rondon”, que seria renomeado e instalado em definitivo como “Projeto Rondon” a partir do decreto nº 62.927 de 28 de junho de 1968, assumiria a expansão enquanto parte do

³²³ RAMOS, Antônio Soares. Um pouco da história e da gente de Antônio Prado de Minas, 1994. In: _____. *O vale do Gavião*. Vol. III. Itaperuna: Damadá, 1994, p. 40.

³²⁴ INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. *Projeto Rondon: a Força Aérea Brasileira Integrando o Brasil*. Nº 46. Rio de Janeiro: INCAER, 2017, p. 9-10.

Ministério do Interior³²⁵. Assim, seu foco seria principalmente voltado a “organizar, implantar e coordenar estágios de estudantes de nível universitário e técnico, principalmente no interior do País, a fim de integrar a juventude no processo de desenvolvimento socioeconômico nacional”³²⁶, segundo estabelecido no decreto nº 67.505 de 06 de novembro de 1970. Como relato da passagem do Projeto pela cidade, a vereadora descreve:

[...] junto a gente pôde... Inclusive, aqui nunca tinha existido, acho que nunca mais existiu, a gente fez o... Trouxe aqui pra ficar na cidade o Projeto Rondon, onde deu assistência. Inclusive, o Dr. Jarbas veio para cá por causa do Projeto Rondon, sabe. Por isso ele se tornou conhecido aqui, ele veio junto. E vinha, veio pessoas de vários, vários estados, até do sul do Brasil tinha e... Era dentista, médico, professor de educação física, psicólogo. O médico e o dentista... Veterinário. O médico e o dentista, Nossa Senhora, nunca vi, era atendimento quase que 24 horas, de tanta gente que tinha necessidade deles³²⁷.

Desse modo, o contato com os profissionais em formação serviu como assistência emergencial a uma população que necessitava de atenção à saúde em seus mais variados aspectos. A partir desse marco, foi relatada a continuidade dos serviços, tanto no campo da saúde como também da educação. Além da prestação de serviços, destaca ainda a troca cultural que essa experiência proporcionou para os moradores e voluntários:

E a gente passou também a mostrar para eles as nossas culturas, é... Eles queriam experimentar a tal da feijoada (risos) que não conheciam, sabe? Então a gente foi oferecendo para eles as nossas culturas, era rapadura, era pezinho de moleque, essas coisas que eles não conheciam também³²⁸.

Em linhas gerais, é perceptível ao longo da entrevista a passagem do projeto pela cidade como marco para o desenvolvimento da saúde, sendo inclusive mencionado repetidas vezes ao longo da narrativa. Somam-se, ainda, às melhorias municipais do mandato ao qual participou

³²⁵ BRASIL. *Decreto nº 62.927 de junho de 1968*. Institui, em caráter permanente, o Grupo de Trabalho “Projeto Rondon” e dá outras providências. Brasil: Diário Oficial da União [1968]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1960-1969/decreto-62927-28-junho-1968-404732-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 fev 2024.

³²⁶ BRASIL. *Decreto nº 67.505 de 06 de novembro de 1970*. Reformula o Grupo de Trabalho Projeto Rondon e assegura-lhe autonomia administrativa e financeira e dá outras providências. Brasil: Presidência da República [1970]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d67505.htm. Acesso em: 16 fev 2024.

³²⁷ Entrevista nº 15, realizada em 02 de novembro de 2023.

³²⁸ Ibidem³²⁵.

ativamente a vereadora em questão, a chegada do telefone público à cidade, como nova alternativa de comunicação além dos telégrafos; além das mídias como televisão e revistas. Assim como o telefone que custava mais do que a maior parte da população conseguia pagar, ela conta que a televisão foi “aberta ao público” a partir da iniciativa de seu tio, ao inseri-la no seu bar na praça da cidade; enquanto as revistas permaneciam sendo vendidas nos trens e alugadas por alguns moradores³²⁹.

Uma vez compreendido o percurso até sua eleição, os desafios que precisaram ser enfrentados e suas principais contribuições para o município ao longo do mandato; questionou-se sobre os fatos que mais marcaram sua trajetória política. De forma enfática, mais uma vez reiterou a felicidade ao ser buscada na escola para comemorar sua vitória no pleito eleitoral; seguida dos laços de amizade e contato com diferentes culturas no Projeto Rondon; os eventos promovidos ao longo de sua atuação e a surpresa dos colegas de bancada ao anunciar sua recusa à presidência da Câmara e ao recebimento de salário pela função de vereadora³³⁰. Caminhando para o fim da entrevista, resolve destacar mais um momento marcante de sua breve e significativa trajetória política: a despedida.

Que marcou foi a despedida. Foi tão triste ver, depois de todos aqueles anos, né? Juntos e ter que sair. Meu pai queria que eu tentasse a reeleição e eu não quis na época também não sei se ia ser aprovado. Mas só que, é... com a saída, você sabe que nem meu marido veio votar em mim, né? [o marido chegou na sala] Imagina, mas para mim a saída, a tristeza da despedida deu alegria porque naquele mesmo ano eu tava me casando com ele (risos). Entende? Aí eu... Nós casamos em 76, né? É, eu fiquei de 73 a 76, ele nunca ia aceitar uma mulher vereadora, então foi bom que já tinha acabado meu mandato (risos). É, porque muito machismo (risos)³³¹.

Posteriormente, o marido da entrevistada se elegeu como vereador. Todavia, por mais incentivos que houvesse, seja pelo pai ou pelos eleitores, além de ex-vereadora, ao fim do mandato ser mulher ainda significava cumprir certos papéis sociais. Por mais inovadora, talvez até transgressora que fosse, sua atuação no campo representativo político prandense-de-minas foi intensa e curta. Foi pioneira enquanto mulher, abdicou da função de presidente da Câmara

³²⁹ Entrevista nº 15, realizada em 02 de novembro de 2023.

³³⁰ *Ibidem*³²⁹.

³³¹ *Ibidem*³²⁹.

de Vereadores que tinha direito de exercer e do salário que poderia receber como todos os demais funcionários.

Porém, em certas medidas sua experiência reflete o quadro de emancipação processual pelo qual as mulheres de Antônio Prado de Minas podem ter vivenciado. Ganha-se de um lado, perde-se do outro. Ao passo que se conquista a possibilidade de receber do governo municipal auxílio para atividades antes desempenhadas por elas; também precisam continuar recorrendo à maioria masculina do legislativo e executivo para reivindicar uma série de outras necessidades. Quando alcançam a representatividade feminina no plenário municipal, sua atuação precisa ser constantemente provada como digna e limitou-se a um único mandato; seguido por outra representante eleita apenas em 2013. Mesmo que a vida pública e funções predominantemente masculinas consigam ser ocupadas por mulheres, são acompanhadas de jornadas duplas, triplas, aparentemente infinitas para cumprir todas as demais funções esperadas delas. Logo, entre uma carreira e um casamento, no período analisado a segunda opção prevalece.

Ao vislumbrar o fim do mandato no relato, a entrevistada foi questionada sobre perspectivas futuras, aliás, em uma atuação de destaque a reeleição é esperada – mesmo que não ocorra em sequência. Porém, quando questionada sobre a possibilidade de uma nova candidatura, enfatizou sua negativa e ainda deixou uma dica para aquelas que pretendem se candidatar:

Não, já me chamaram várias vezes, não quis não. Eu fui, como é que se diz assim, “no susto” (risos). Mas gostei, eu fiquei feliz sim. Foi bom a experiência, ganhei experiência e confiança, né? Porque a gente quer conquistar as pessoas, então tem que entrar mas deixar sua imagem também já pronta, né? Porque senão vai desmascarar nas outras que podem chegar³³²

A última fala da entrevistada vai de encontro ao discurso analisado até o momento. Reitera diversas vezes a importância de se provar no cargo alcançado; não apenas para aqueles que lhe acompanham no cotidiano das tomadas de decisões, mas também para os eleitores. Ainda nesse sentido, lembrou nomes de vereadoras eleitas, anteriormente mencionadas nesse capítulo, e a candidatura de uma mulher à prefeitura, que infelizmente também não obteve quociente de votos suficientes para eleger-se. Diante do nome de outras personagens que

³³² Entrevista nº 15, realizada em 02 de novembro de 2023.

compõe a história da representação feminina na política pradense, sintetiza de forma simbólica o quadro atual, sobre a visão do público feminino à participação em candidaturas: “É, parece que agora estão aprendendo a gostar”³³³.

Neste capítulo, foram analisados de forma mais específica os caminhos que levaram à emancipação do município de Antônio Prado de Minas, bem como suas motivações. Ainda, foi traçado um panorama do quadro político da primeira década de autonomia pradense, com foco na participação feminina nesse âmbito. Por fim, foi apresentada a primeira vereadora eleita do município, Arlete Helena Rocha, que através de uma entrevista compartilhou suas memórias acerca da sua experiência na Câmara Municipal, desafios, anseios e atuação.

³³³ Entrevista nº 15, realizada em 02 de novembro de 2023.

Considerações Finais

A emancipação dos sujeitos é assunto que desperta a curiosidade humana e suscita garantias nos mais diversos âmbitos. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, são assegurados o direito à liberdade e igualdade sem nenhuma distinção de “raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”³³⁴. Nesse sentido, compreende-se o ser como livre a partir de seu nascimento. Todavia, o ato de emancipação se constrói de forma processual, seja nível pessoal ou político. Em semelhante sentido, o mesmo documento destaque nos artigos 25 e 26, respectivamente, os direitos à “saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança”³³⁵, bem como à instrução para formação plena humana³³⁶. Entretanto, percebe-se ao longo deste trabalho que estes também foram direitos que se fizeram presentes de forma ativa na comunidade pradense somente a partir de sua autonomia político-administrativa.

Antônio Prado de Minas, um município da Zona da Mata Mineira que surgiu a partir das doações de terras para o Patrimônio de Nossa Senhora Aparecida e Estação Férrea sob concessão da Leopoldina Railway permanecia sob a ausência de produções historiográficas acerca de seu processo emancipatório. Logo, questionou-se a respeito de sua aparente precocidade ao alcançar esse *status*, uma vez que o anterior distrito eugenopolense contasse com reduzida extensão territorial e menor número de habitantes – características que inclusive ainda hoje conferem ao local certo “anonimato”. Porém, ao conhecer as condições em que viviam os moradores, as motivações para a autonomia se tornam mais claras. Através dos relatos de entrevistados, dados do IBGE e bibliografia pertinente, em contraste com a descrição da Ata da Reunião organizada para tratar da emancipação (1958), percebe-se que a emancipação foi promovida como forma de garantir o acesso a direitos básicos. Logo, se anteriormente seria necessário percorrer distâncias que poderiam chegar a até 22 km de ida e volta a Eugenópolis para acessar serviços de saúde, educação e justiça e segurança; com a municipalização foi possível aproximar a população de garantias essenciais para sua qualidade de vida.

³³⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 02 mar. 2024.

³³⁵ Entrevista nº 15, realizada em 02 de novembro de 2023.

³³⁶ *Ibidem*³³⁵.

Uma vez autônomo, o município passa a investir e receber investimentos para gradativas melhorias estruturais, ao longo de uma trajetória de mandatos sucessivos e por vezes unânimes da Aliança Nacional Renovadora (ARENA). Sobre a questão política, destaca-se como outro ponto que pode ter influenciado o processo de divisão territorial a rivalidade entre Eugénópolis e Antônio Prado de Minas, apontada pelos entrevistados como justificativa para a sensação de abandono em relação aos serviços básicos. Não foram encontrados registros em Atas das Câmaras Municipais para reiterar essa afirmativa, porém, em termos eleitorais percebem-se sucessivas vitórias de partidos de oposição nas localidades, mesmo antes da emancipação pradense. Enquanto Eugénópolis elegia com frequência candidatos do PSD, o então distrito de Antônio Prado era de maioria partidário da UDN. Com a ditadura militar e o bipartidarismo do AI-2, os eugenopolenses ainda manteriam certa alternância de poder entre MDB e ARENA, enquanto até mesmo as candidaturas do recém-emancipado município de pradense-de-minas seriam unânimes do ARENA. Ainda que as questões de cunho político-partidário tenham sido decisivas para reorganizações territoriais no século anterior, percebe-se a permanência de mais essa característica ainda no século XX.

No recorte analisado (1963 – 1976), marcado pela instalação do município e início do mandato da primeira vereadora eleita. Entretanto, não eram apenas estas as modificações encaradas no período. Diante do cenário de ditadura militar e panorama patriarcal que cerceava o cotidiano feminino, sobretudo interiorano, as mulheres se viam diante de uma série de novidades no Brasil e mundo nas décadas de 60 e 70: na moda, as minissaias; nos relacionamentos, os desquites que em breve se tornariam divórcios; no sexo, a pílula anticoncepcional; no trabalho, o incentivo ainda tímido, da vida profissional fora do contexto doméstico. Ainda assim, por mais intrigantes que essas características de um novo cenário possam parecer, mudanças não são homogêneas. A estabilidade de tradições que se pretendiam ser vistas como “inquestionáveis” parecia agradar a muitos indivíduos – no masculino, tanto para o substantivo quanto para o gênero dominante. Sob o recorte regional deste trabalho, ser mulher significava ser uma filha temente aos pais; fiel devota à igreja e participativa em suas atividades; professora, enfermeira ou atuante em outra profissão de cuidado e ensino. Com “sorte”, casada, mãe de muitos filhos e virtuosa segundo os princípios cristãos.

Ainda assim, mesmo em sua heterogeneidade, as mudanças causam certa movimentação por onde passam, seja como um vento que revira antigas estruturas ou brisa que deixa sua marca. Em alguma janela entreaberta, surgiu-se a oportunidade de ver uma mulher ocupar outro âmbito na sua vida pública. É importante destacar que o novo espaço não surge unicamente por

abandono ou desgosto das demais funções, mas como território que pode ser também acessado, mesmo que as características assistencialistas permaneçam presentes. Inclusive, torna-se válido reiterar que mesmo associadas às questões religiosas ou de “vocação feminina”, a tomada de decisões com base no caráter de assistência não se restringe unicamente às mulheres e católicas, pois é uma ferramenta utilizada também pelos homens em cargos políticos até a atualidade.

A emancipação feminina é um tema importante e complexo. Se faz necessária em todos os âmbitos, progredindo com o passar dos anos e trabalho conjunto das mulheres que buscam seu lugar. Contudo, permanece complexo por se defrontar com estruturas que precisam de ventos mais fortes para serem abaladas verdadeiramente. As mulheres pradenses-de-minas vivenciaram durante as décadas de 1960 e 1970 as mudanças mundiais com intensidade diferente. Sem grandes manifestações ou contestação ao padrão social como muitos dos movimentos impulsionados pela segunda onda do feminismo, mas de modo particular, tiveram seus primeiros passos. Além do desenvolvimento de habilidades em ambientes dos quais já se esperava sua atuação, como a igreja e a escola, aproximaram-se de um campo notadamente masculinizado. Aproximação, esta, sem volta. Logo, enquanto cerca de quinze anos foram suficientes para levar o Antônio Prado de Minas da categoria de distrito ao título de município, uma década depois da emancipação uma mulher assume um cargo eleito na câmara, mas ainda na atualidade não se conseguiu repetir esse feito na Prefeitura Municipal.

Por incentivo e apoio do pai, a primeira vereadora municipal de Antônio Prado de Minas é eleita com 147 votos, do total de 672 votos do pleito. Em termos estatísticos, vale destacar a representatividade desses números: sua eleição equivale a 21% do total de votos válidos, cerca de um quinto do número de votos para a Câmara, fato marcante não apenas para a história das mulheres, mas que se enfatiza como impactante para a presença feminina na política municipal. Como melhor votada, por direito poderia assumir a presidência da câmara, a qual negou como sinal de paz ao ingressar no meio. Posteriormente, abdicou também de receber o salário de servidora, pois acreditava não ser necessário, se sua intenção no cargo era a de contribuir para o desenvolvimento do município. Com atitudes inusitadas, para se provar diante dos colegas de bancada, relatou iniciar seu mandato com medo do desconhecido, mas principalmente de encarar uma Câmara de Vereadores cheia de homens, cada um com um pensamento negativo a seu respeito.

Mesmo diante dessas dificuldades, seguiu com seu mandato em paralelo à atuação profissional enquanto professora, que não abandonou. Através da atuação política, viabilizou em parceria com os demais vereadores, iniciativas que contribuíram para a melhoria das

condições de vida dos pradenses-de-minas, principalmente em relação à educação e saúde. Como fator de destaque, aproximou as mulheres da comunidade das decisões políticas através da representação. Ainda que fosse uma em meio à maioria masculina, sua atuação diante da bancada permitia ecoar demandas que as mulheres já sentiam necessidade de resolver anteriormente, mas que diante do contexto em que se inseriam anteriormente pareciam mais distantes. Além disso, a representatividade feminina se torna inspiradora à medida que incentiva outras mulheres a caminharem também por essa via. Posteriormente, outras candidaturas femininas foram efetuadas, poucas eleitas, mas todas exitosas em algum sentido de encorajamento e pertencimento. De maneira específica, destaca-se o título deste trabalho que representa uma das falas dessa personagem histórica quando questionada a respeito de sua convivência no dia a dia da Câmara de Vereadores, sendo a única mulher a ocupar uma cadeira. Logo, responde que mesmo diante das dificuldades e preconceito inicial, entende que “Eles [os vereadores] passaram a me entender e a perceber que eram sempre boa, boas as nossas ideias, porque completava a deles também. Não tínhamos direito de falar, depois passamos a ter”³³⁷. Assim como sua presença no ambiente masculinizado representou uma conquista pessoal, trouxe espaço para que outras mulheres pudessem também lutar pelos seus direitos através de uma representante que ecoasse suas vozes silenciadas por tanto tempo.

Por um lado, comemora-se com festa de três dias a eleição bem-sucedida da primeira vereadora pradense. Por outro, segue-se uma série de abdições e desculpas com os homens que compartilham dos mesmos cargos para prosseguir o mandato com respeito. Entre as negações, culmina-se processo com, talvez, a maior delas: desistir da tentativa de reeleição, mesmo depois de um mandato de sucesso, por conta do casamento. Afinal, seu marido não aceitaria uma mulher vereadora. Nesse sentido, a trajetória dessa personagem bem exemplifica as condições pelas quais as mulheres precisariam se sujeitar no período recortado para ousar ser alguém que extrapola os padrões, mas ainda os reconhece. Emancipar-se enquanto mulher nesse cenário é uma tarefa nova, bem recebida por aquelas que compreendem seu intuito, mas que leva tempo. Ainda que não tenha reorganizado todas as estruturas, a eleição de uma mulher para compor a bancada da câmara municipal demonstra novas possibilidades, trilhadas a passos certos no campo político.

Enquanto Antônio Prado de Minas consegue engrenar do estado de distrito a município independente em cerca de quinze anos, as mulheres levam mais tempo para alcançar os espaços

³³⁷ Entrevista 15, realizada em 02 de novembro de 2023.

e trajetos que permaneceram sendo a elas constantemente negados ao longo dos séculos. Não apenas as pradenses, mas a sociedade em seu sentido mais amplo. É fato que conhecer e produzir sobre experiências como a de nossa personagem seja imprescindível para demarcar atuações que desafiaram as permanências históricas. Porém, ainda que uma verdadeira ventania de revoluções possa parecer empolgante, quando se trata de organizar novas estruturas, ventos de mudança bem-posicionados podem inspirar.

Fontes

Arquivo do Cartório Eleitoral da 111ª Zona em Eugenópolis (Boletins de Apuração e documentação eleitoral (1962-1982).

Arquivo Paroquial da Matriz São Sebastião da Mata em Eugenópolis: Livro de Tombo I (1923-1963) e Livro de Tombo II (1963 – atual).

Atas da Câmara Municipal de Antônio Prado de Minas (1963).

Atas da Câmara Municipal de Eugenópolis (1948, 1958).

Entrevistas realizadas pela autora nos anos de 2018 e 2023, com moradoras de Antônio Prado de Minas.

Quadro de Legislaturas da Câmara Municipal de Antônio Prado de Minas.

Referências Bibliográficas

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Machado de Assis*: biografia. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/machado-de-assis/biografia>. Acesso em: 17 abr. 2022.
- ABRUCIO, Fernando Luiz; SAMUELS, David. A nova política dos governadores. *Lua Nova*, São Paulo, v. 40-41, p. 137 – 166, ago. 1997.
- A *ESTAÇÃO*. Rio de Janeiro: Lombaerts & Cia, v. 15, Xº ano, 15 ago. 1881. Quinzenal.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. *Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas*: Eugénópolis. Brasília, 2010. Disponível em: <http://pnqa.ana.gov.br/pnqa.aspx>. Acesso em: 21 abr 2023.
- ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tania Maria; FERREIRA, Maneta de Moraes (orgs). *História oral*: desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000,
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. XIII Encontro de História Anpuh – Rio. *Identidades*. v. 13, jul/dez 2016.
- ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. A formação econômica dos sertões do Muriaé. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, n 24., 2007, São Leopoldo. *Anais*. São Leopoldo: Unisinos, 2007. p. 4. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Vitoria%20F%20Schettini%20de%20Andrade.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Os sertões de São Paulo do Muriaé*: Terra, riqueza e família na Zona da Mata Mineira, 1846-1888. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. Ocupação e formação econômica dos sertões do Muriaé. *Duc in altum*, Muriaé, vol. 6, 2007.
- ASSIS, Machado de. O nascimento da crônica. In.: ASSIS, Machado de. *Crônicas escolhidas de Machado de Assis* - Coleção Folha. São Paulo: Ática, 1994, p. 13-15.
- ASSIS, Machado de. Cherchez la femme. In.: ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, V. III, 1994.
- AZAMBUJA, Cristina Spengler. O papel social da mulher brasileira nas décadas de 30 a 60, retratada através das propagandas veiculadas na Revista “O Cruzeiro”. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, Novo Hamburgo, v. 3, n. 6, jan – jun 2006, p. 83 – 92.

BAPTISTA, João. *Planta da Ponte sobre o Rio Gavião*; São Manoel. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1923. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=305. Acesso em: 20 abr 2023.

BARROS, José Costa D'Assunção. A Escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento. *Revista História em Reflexão*, Dourados, v. 4, n. 8, p. 1 – 29, jul/dez 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/953/588>. Acesso em: 03 dez 2022.

BARROS, José D'Assunção. O campo da História: a partilha do saber histórico na historiografia contemporânea. In: ANPUH - XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIII, 2005, Londrina. *Anais [...]*. Londrina: ANPUH, 2005. p. 1-8.

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 10, verão de 2005.

BARROS, Maria Nazareth Alvim de. *As deusas, as bruxas e a Igreja: séculos de perseguição*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2001.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BÍBLIA, A.T. Provérbios 13.25. In *Bíblia Online ACF*: Almeida Corrigida Fiel. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/pv/31>. Acesso em: 26 jan 2022.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Trad. de Sérgio Milliet. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERSTEIN, Serge. Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1997.

BEZERRA, Agamenon. Populismo, coronelismo e município na era Pós-Vargas. *NOMOS – Revista do Curso de Mestrado em Direito da UFC, Fortaleza*, v. 25, p. 13 - 20, 2006.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Mira-Sintra; Mem Martins: Publicações Europa América, 1997. Col. “Fórum da História” [Edição revista, aumentada e criticada por Étienne Bloch, com prefácio de Jacques Le Goff].

BRASIL, Bruno. *A Estação: Jornal Ilustrado para a família*. 2015. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-estacao-jornal-illustrado-para-a-familia/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

BRASIL. *Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965*. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Brasil: Presidência da República, [1965]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm#art32p. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL, *Lei Complementar nº 1, de 09 de novembro de 1967*. Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia as populações locais para a criação de novos municípios, e dá outras providências. Brasil: Presidência da República, [1967]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp01.htm. Acesso em: 28 jul 2023.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Tradução de Sérgio Goes de Paula, 2005.

CACHATORI, Thiago Luiz; CIGOLINI, Adilar Antonio. Emancipações municipais no Brasil: prognóstico sobre a continuidade da compartimentação do espaço em novos municípios. *Revista Geonorte*, Edição Especial 3, Manaus, v. 7, n. 1, pp. 730 – 747, jan-jun 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1202/1083>. Acesso em: 01 dez 2023.

CADAVAL, L. Mapa de Minas Gerais: São Manoel. Belo Horizonte: Serviço Geográfico de Minas Gerais, 1939. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=605. Acesso em: 21 abr 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS. *Ata de Posse do Prefeito Eurípedes Carlos de Abreu e do Vice-prefeito José Rodrigues Pereira*. Antônio Prado de Minas. 1963.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS. *Ata de Reunião convocada especialmente para se tratar da emancipação do Distrito de Antônio Prado*. Antônio Prado de Minas, 1958.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS. *Termo de Compromisso de Posse do Prefeito Eurípedes Carlos de Abreu e Vice-Prefeito José Rodrigues Pereira*. Antônio Prado de Minas. 1963.

CÂMARA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS. *Ata de Instalação Solene do Distrito de Antônio Prado da Comarca de Eugenópolis, Estado de Minas Gerais*. Eugenópolis, 1948.

CANDIDO, Antonio. *A vida ao rés do chão*. In.: CANDIDO et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARRARA, Angelo Alves; MACHADO, Pedro José de Oliveira. Ordenamento territorial dos municípios brasileiros: Minas Gerais, séculos XVIII-XIX. *Almanack*, Guarulhos, nº 24, p. 1-54, 2020.

CARRARA, Angelo Alves. Para além de minas e currais (e de Minas Gerais): ensaio de caracterização da divisão regional mineira, século XVIII e XIX. In: CALAES, Gilberto Dias; FERREIRA, Gilson Ezequiel. *A Estrada Real e a Transferência da Corte Portuguesa*. Brasília: CETEM/MCT/CNPq/CYTED, 2009, p.51-64.

CARVALHO, André Simplício. O novo mapa da Estrada de Ferro Leopoldina. *Terra Brasilis*, (online): Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, vol. 15, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/9219>. Acesso em: 27 jul. 2023.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 3ª ed. São Paulo: Ave Maria, 1993.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA. *Código de Direito Canônico*. Lisboa, 1983. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf>. Acesso em 23 abr 2020.

CONTESTAR. In: Michaelis Online. São Paulo: Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/PABG/contestar/>. Acesso em: 10 jun 2023.

CUNHA, Alexandre Mendes. O Urbano e o Rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, jan-jun 2009.

DERENZI, Luiz Serafim. Capítulo V: Cartas Geográficas. In: *Caminhos percorridos — Memórias inacabadas*. [Publicado posteriormente em Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2002. Reprodução autorizada pela família Avancini Derenzi. Disponível em: <https://estacaocapixaba.com.br/caminhos-percorridos-memorias-inacabadas/>. Acesso em: 20 abr 2023.

DIAS, Beatriz Sales. *Temente a Deus e à justiça: uma análise da construção da “mulher de bem” no aparato judicial das Minas no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023.

DIAS, Maria Odila Leita da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica faz diferenças. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, p. 373, jan. 1999.

DIRETÓRIO BRASIL DE ARQUIVOS. *Leopoldina Railway Company Limited* (s.d.). Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/leopoldina-railway-company-limited>. Acesso em 27 abr 2023.

EDIÇÕES VEJA. *Os anos 60: a década que mudou tudo*. São Paulo: Editora Abril, 1970.

EMANCIPAR. In: Michaelis Online. São Paulo: Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/AEL3/emancipar/>. Acesso em: 12 nov 2023.

ESTADO DE MINAS GERAIS. *Meso e Microrregiões do IBGE*. 2010. Disponível em: https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_listameso_micro.pdf. Acesso em: 16 mar. 2023.

ESTADO DE MINAS GERAIS. *Nossos símbolos*. 2023. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pagina/nossos-simbolos>. Acesso em: 19 mar. 2023.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: A. Colin, 1953, p. 114-118 *apud* FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERNANDES, Antônio Teixeira. Poder Local e Democracia. *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, série I, vol. 2, p. 29 - 59, 1992. In: RODRIGUES, Alex Sandro Amaral. *História do poder local no Brasil: coronelismo, personalismo, patrimonialismo, clientelismo*. São Paulo: Editora Pluralidades, p. 28, 2022.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOUBERT, Pierre. História Local. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, jan-jun. 1992.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. 1ª. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Antônio Prado de Minas*. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/antonio-prado-de-minas.html>. Acesso: 16 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades e Estados: Antônio Prado de Minas*. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/antonio-prado-de-minas.html>. Acesso em: 16 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades: Eugenópolis, Brasil*, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/eugenopolis/historico>. Acesso em: 21 abr 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

JOÃO PAULO II. *Carta Apostólica Ordinatio Sacerdotalis*. Vaticano: 1994. Disponível em: http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/1994/documents/hf_jp-ii_apl_19940522_ordinatio-sacerdotalis.html. Acesso em: 13 nov. 2020.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *História: novas abordagens*. Tradução de Henrique Mesquita. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LARAIA, Roque de Barros. Jardim do Éden revisitado. *Revista de Antropologia USP*, São Paulo, v. 40, nº 1, p. 149-164, 1997.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARONEZE, Luiz Antonio Gloger. A crônica e o fazer histórico na crise da modernidade: reflexões e possibilidades. *Estudios Historicos*, Uruguay, v. 12, n. 6, p. 1-17, jul. 2014. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/12/artigo%20cronica%20e%20hist.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MEDEIROS, Bruno Franco; ARAÚJO, Valdei Lopes de. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro* (Dossiê), Belo Horizonte, v 63, 2007, p. 25.

MINAS GERAIS. *Lei Ordinária nº 336 de 27 de dezembro de 1948*. Belo Horizonte, MG: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1948. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-336-1948-minas-gerais-estabelece-a-divisao-administrativa-e-judiciaria-do-estado-a-vigorar-de-1o-de-janeiro-de-1949-a-31-de-dezembro-de-1953-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 21 abr 2023.

MINAS GERAIS. *Lei Ordinária Estadual nº 2764, de 30 de dezembro de 1962*. Belo Horizonte, MG: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1962. Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/como-citar-leis-nas-normas-abnt/>. Acesso em: 27 abr 2023.

MINAS. *Pedra Elefantina*: Antônio Prado de Minas. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/antonio-prado-de-minas/pedra-elefantina>. Acesso em: 28 abr 2023.

MORAES, Josué Fortini. *Antônio Prado de Minas: dos trilhos ao asfalto*. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Marcelina, Muriaé, 2009.

MORAIS, Naiara Raimundo. *Antônio Prado de Minas: memória religiosa e cultural (1923-1980)*. Monografia (Licenciatura em História) – Faculdade Santa Marcelina Muriaé. Muriaé, 2021.

MORAIS, Naiara Raimundo. Procure a mulher: diálogos entre crônica e micro-história na representação feminina do século XIX por Machado de Assis. *Duc in altum*, v. 21, p. 48-57, 2022.

OLIVEIRA, Leticia Augusta Faria de; MAGALHÃES JUNIOR, Antônio Pereira; LIMA, Laura Bertolino de Souza; CARVALHO, Alex de. Fatores condicionantes da configuração de fundos de vale colmatados na bacia alto-médio Rio Pomba, leste de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, São Paulo, v.15, n.4, (Out-Dez), 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 02 mar. 2024.

ORWELL, George. *A Revolução dos Bichos*. Jandira: Tricaju, 2021, p. 96.

PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO DA MATA. *Livro de Tombo I: 1923 – 1960*. Eugenópolis, 1923.

PAULO VI. *Encíclica Humanae Vitae*. Vaticano, 1968. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae.html#_ftn14. Acesso em: 10 jun 2023.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 238 – 259.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos *queer*. *Revista Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p. 399. jul-dez 2012.

PODER. In: Michaelis On-line. São Paulo: Melhoramentos, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/poder>. Acesso em: 03 dez 2022.

POLÍTICA. In: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 335 – 338.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PREFEITURA DE EUGENÓPOLIS (Minas Gerais). *Município de Eugenópolis*. Disponível em: <<https://www.eugenopolis.mg.gov.br/a-cidade.html>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS. *A História*. 2017. Disponível em: <https://www.antoniopradoweminas.mg.gov.br/a-cidade/a-historia.html>. Acesso em: 16 mar. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO DE MINAS. *Dados Gerais*. 2022. Disponível em: <https://www.antoniopradoweminas.mg.gov.br/a-cidade/dados-gerais.html#:~:text=Ant%C3%B4nio%20Prado%20de%20Minas%20%C3%A9,era%20de%20aproximadamente%201.670%20habitantes>. Acesso em: 03 dez 2022.

PRIORE, Mary Del. *Sobreviventes e Guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000*. 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2020.

QUINTANA, Mário. *Antologia Poética*. São Paulo: Alfaguara, 2015.

RAMOS, Antônio Soares. *O vale do Gavião*. Vol. III. Itaperuna: Damadá, 1994.

RAMOS, Antônio Soares. Um pouco da história e da gente de Antônio Prado de Minas, 1994. In: _____. *O vale do Gavião*. Vol. III. Itaperuna: Damadá, 1994.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In: RÉMOND, René (org.). Por uma história política. Tradução de Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 13-36, 2003.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15 n. 45, set./dez. 2010.

REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. In.: Levi, Giovanni. *A Herança Imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

RODRIGUES, Alex Sandro Amaral. *História do poder local no Brasil: coronelismo, personalismo, patrimonialismo, clientelismo*. São Paulo: Editora Pluralidades, 2022.

SAFIOTTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. Coleção Polêmica. São Paulo: Moderna, 1997.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SECRETARIA DA AGRICULTURA ESTADO DE MINAS GERAES. *Atlas Chorographico Municipal: volume II, Manhuassú – Virginia*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1926.

SOARES, Katharine Silva de Oliveira. A estrutura de testamentos do século XVIII da Capitania do Ceará. *Revista Diálogos*. 2020.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia* (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, p. 399, 1997

SOUSA, Karla Cristhina Soares. *Tornar-se mulher: feminismo existencialista e performatividade de gênero*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 37, 2016.

SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das propriedades rurais no estado de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, vol, 13, n. 1., p. 47-70, jan-mar, 1951.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *O homem e a montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. *Guia Judiciário*, 2024. Disponível em: https://www8.tjmg.jus.br/servicos/gj/guia/primeira_instancia/consulta.do?linesByPage=10&codigoMunp=0249&codigoComposto=MG_0249&opcConsulta=1. Acesso em: 03 jan. 2024.

TYLOR, Edward. *Primitive Culture*. Reino Unido: Dover Publications, University of Oxford. 1871. In.: BURKE, Peter. O que é história cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Tradução de Sérgio Goes de Paula, 2005.

VARELA, Raquel; SANTA, Roberto dela. O maio de 68 na Europa: Estado e Revolução. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, vol. 09, nº 2, p. 969-991, jun 2018.

VARGAS, Andrea Quilian de; BENCHIMOL, Ana Paula Fogaça; UMBACH, Rozani Ketzer. A mulher nos anos 60: frágil ou subversiva? *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo*, Santa Maria, n° 24, p. 81-92, jul/dez 2014. Semestral. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/LA/index>. Acesso em: 29 jun. 2022.

Anexos

Anexo 1. Entrevistas

P1. Entrevista 1. [23 jun. 2018]. Entrevistadora: Naiara Raimundo Morais. Antônio Prado de Minas. audio ent. 1 e 2mp3. (17:44 min.).

P2. Entrevista 2. [23 jun. 2018]. Entrevistadora: Naiara Raimundo Morais. Antônio Prado de Minas. audio ent. 1 e 2mp3. (17:44 min.).

P3. Entrevista 3. [23 jun. 2018]. Entrevistadora: Naiara Raimundo Morais. Antônio Prado de Minas. audio ent. 3mp3. (23:08 min.).

P4. Entrevista 4. [14 jul. 2018]. Entrevistadora: Naiara Raimundo Morais. Antônio Prado de Minas. audio ent. 4mp3. (07:36 min.).

P5. Entrevista 5. [24 jul. 2018]. Entrevistadora: Naiara Raimundo Morais. Antônio Prado de Minas. audio ent. 5mp3. (10:09 min.).

P6. Entrevista 6. [24 jul. 2018]. Entrevistadora: Naiara Raimundo Morais. Antônio Prado de Minas. audio ent. 6mp3. (06:59 min.).

P7. Entrevista 7. [24 jul. 2018]. Entrevistadora: Naiara Raimundo Morais. Antônio Prado de Minas. audio ent. 7mp3. (10:07 min.).

P9. Entrevista 9. [25 jul. 2018]. Entrevistadora: Naiara Raimundo Morais. Antônio Prado de Minas. audio ent. 9mp3. (04:35 min.).

P10. Entrevista 10. [25 jul. 2018]. Entrevistadora: Naiara Raimundo Morais. Antônio Prado de Minas. audio ent. 10mp3. (11:30 min.).

P11. Entrevista 11. [25 jul. 2018]. Entrevistadora: Naiara Raimundo Morais. Antônio Prado de Minas. audio ent. 11mp3. (09:42 min.).

P14. Entrevista 14. [22 ago. 2018]. Entrevistadora: Naiara Raimundo Morais. Antônio Prado de Minas. audio ent. 14mp3. (10:20 min.).

P15. Entrevista 15. [02 nov. 2023]. Entrevistadora: Naiara Raimundo Morais. Antônio Prado de Minas. audio ent. 15mp3. (25:43 min.).

Anexo 2. Entrevista com a primeira vereadora de Antônio Prado de Minas, Arlete Helena Rocha Dutra.

DIÁRIO DE CAMPO

ENTREVISTA 15

Idade: 76 anos (1947).

Sexo: Feminino.

Profissão: Aposentada (professora).

Estado Civil: Casada.

Local: Casa da entrevistada

Data: 02 de novembro de 2023.

P 15: Participante.

E: Entrevistador.

E: Oh, tô gravando aqui só a nossa voz, aí depois vai virar texto, vou digitar tudinho igual eu fiz nas outras entrevistas também.

Primeiro, queria falar com a senhora o seguinte: a gente percebe que Antônio Prado se emancipou na década de 60, né?

P15: Sim.

E: Ainda que fosse um município ainda pequeno, conseguiu se emancipar na década de 60.

P15: É.

E: Como que você descreveria a participação da comunidade aqui nesse processo? A senhora se lembra como foi esse processo para emancipar, se os moradores se envolveram?

P15: É, geralmente tinha um grupo de pessoas que lideravam essa parte aí, mas era mais é de homem mesmo, né?

E: Uhum.

P15: Que era... José Levindo, meu pai [Geraldo Rocha], o tio Zezinho [José Emídio Piermatei], Pípiu [Elcy Alves da Fonseca], o Zé Mário e... O filho do Seu Eurípedes, que é o Mário Mota, deu muita influência nisso, ele trabalhava no gabinete lá em Belo Horizonte, então ele dava muita força pra gente. Porque de início, houve uma dependência de Eugenópolis e era muito prejudicado porque eles tinham uma certa rivalidade com a gente, e não interessava muito pelo nosso município, né? Então, foi uma luta de muitos anos, mas quando chegou (risos) também foi uma vitória que a gente acho... eu acho que a gente nunca mais vai esquecer, entende? Porque foi uma festa, tudo tão bonito, tão nosso, né? Que a gente podia tá ali se manifestando as nossas vontades, os nossos sonhos, desejos, e dali pra frente então não ganhamos a nossa independência.

E: Coisa boa!

P15: É!

E: E a gente vê ali nos documentos que em 48 vira distrito, aí em 58 já tem essa primeira reunião para começar, né, esse processo.

P15: É, em 58. É isso, uhum.

E: E em 62 já sai a lei [Lei Estadual] e 63 a emancipação, muito rápido, né?

P15: Foi, porque é o que eu te falei: por causa desse senhor Mário que morava, Mário Mota, irmão do Haroldo Abreu, que morava lá em Belo Horizonte e trabalhava dentro do gabinete, ele que... tudo que ele tinha de acesso a tudo ele passava pra gente e a gente agilizava também, sabe?

E: Ah, sim. Então tinha um contato do pessoal daqui com o pessoal de lá.

P15: Com uma pessoa só, ne? (risos).

E: Sim, com um representante, né?

P15: Que era daqui do Prado também!

E: Sim. Ah... sim.

P15: Ele era nosso aqui conterrâneo, sabe?

E: É. E sobre esse processo, a senhora considera que as mulheres da comunidade se envolveram de alguma forma.

P15: Envolveram, mas como é que se diz, assim, participando, né? Frente, mesmo, eu não lembro de ninguém não, sabe? Mesmo porque também eu não... eu não tinha muita convivência é... Nesse, nesse tempo com a política não, sabe? Mas que a gente torcia pra emancipação, *Nossa Senhora*, isso era muito ardoroso mesmo. Agora, mulher mesmo, eu não lembro de frente de ninguém não.

E: Mas entendiam que era importante, né?

P15: Todo mundo, a população inteira, né? Porque era muito abandonado. A gente é que cuidava da... das ruas. Se quisesse uma rua limpa era o morador que tinha que capinar, varrer, porque era tudo muito mato, muito, sabe? Muito abandonado.

E: Uhum.

P15: E... cemitério, ninguém conseguia entrar porque era só capim, então não tinha... Não tinha nada. O morro da igreja era a mesma coisa, chegava época de festa a gente tinha que fazer mutirão, capinar aquilo tudo, a rua, pra poder ter alguma coisa. Então, a gente via que precisava de ter alguém para cuidar melhor, né? Do município.

E: Sim, com certeza. E, a senhora acha que diante dessa posição, quando o município ganhou essa autonomia né, essa liberdade da emancipação, quais você acha que foram as mudanças que mais marcaram a população?

P15: Eu acho... Não sei, é, foi... A saúde e a educação, que eles procuraram desenvolver, dar mais assistência, né?

E: Uhum.

P15: Além, também, do saneamento que era muito ruim né, terrível, *Nossa Senhora*. E... e valorizar mais né, as pessoas porque... Cada um tinha sua necessidade, então a gente passou a ter alguém que interessasse pela nossa realidade, né?

E: Uhum.

P15: Isso.

E: Então a saúde e a educação melhoraram.

P15: Muito, muito, muito. Aí quando eles começaram a... Inclusive a prefeitura era um prédio que seria ali o... Ensino... Como é que chama? O Ensino Médio, acho que é. E... conseguiram

verba pra construção de escolas, né. E a estrada que era muito ruim, mas... Aí veio o problema da... De médicos, né?

E: Uhum.

P15: Veio dentista, porque aqui tudo era muito precário, muito mesmo, sabe?

E: E o trem, a senhora acredita que ajudou a melhorar?

P15: O trem... Ah, o transporte, né?

E: Isso.

P15: Porque a gente não tinha estrada também, né? Eu já estudei nesse período aí que a gente tinha que carregar enxada dentro do carro, porque provavelmente ia ficar pelas estradas. E, com a passagem [do trem], mesmo sem o horário muito definido, porque a gente não tinha, né, o horário definido, o trem já serviu de transporte para procurar recurso até de saúde mesmo. Porque, eu mesmo, tinha que ir em Carangola fazer tratamento a gente ia de trem, sabe? Eu tive um crúpulo violento quando criança e a gente não tinha carro próprio, não tinha... aliás, ninguém tinha carro próprio, e a gente ia de trem mesmo. Então, quer dizer, já facilitou a comunicação com as cidades vizinhas que a gente nem tinha direito, contato.

E: E nesse período dos anos 60 e 70 a gente teve uma série de mudanças no mundo inteiro, né? No Brasil, no mundo e foi o período aqui da emancipação e logo depois da eleição da senhora. Você acredita que essas mudanças que a gente teve no mundo, elas chegaram também no município ou as coisas foram um pouco mais devagar aqui?

P15: Que tipo de mudança cê tá falando?

E: As mudanças que a gente viu das mudanças políticas, as mudanças que a gente vê das mulheres tendo mais espaço, para poder desenvolver as coisas.

P15: Ah, tá. É, a princípio foi um pouco, assim, de rejeição. Eu falo pela minha própria candidatura, porque eles não... Não colocavam muita esperança em mim e chego ali... Com aquela quantidade de votos que nem eu mesma acreditei que eu tinha conseguido. Então, não tinha feito campanha nem nada. Então, quando eu entrei na Câmara [de vereadores], por direito, na época, eu teria que ser a presidente da câmara por causa do meu número de votação que eu tinha conseguido.

E: Olha só! Você se lembra quantos votos foram?

P15: Ai acho que eu tenho. Pode parar? [a gravação].

E: Pode.

[Nesse momento, a entrevistada solicitou que pausássemos a gravação para que ela pudesse trazer um documento que relatasse o número exato de votos na eleição relatada. A participante volta com um diploma emoldurado.]

P15: Acho que assim, tinha que juntar o número de votos todos deles para dar o meu sozinha, então aquilo criou mais rivalidade ainda. E o juiz de direito, na época, era meu professor na escola esta... é, no magistério que eu fazia em Eugenópolis. Então ele já tinha conversado comigo que era um direito meu por lei de ser presidente da câmara. Mas, a gente não tinha intenção de criar confusão e atrito, porque eu fui eleita no partido contrário do prefeito que tinha ganhado que era o meu tio. E aí meu prefeito tinha perdido. Então, meu pai, que sempre gostou de... da paz, como é que se diz (risos) conversou comigo e falou que ele ia conversar com os nossos vereadores que tinham ganho pra ninguém votar em mim como presidente de câmara que tinha, tendo na chapa a votação automaticamente... Porque assim, tinha que passar, já tinha que passar, já tava decidido que tinha que ser eu mesmo. Aí, nós combinamos de todo mundo, todos nós votarmos no Miltoninho, mas assim, não falamos nada com ninguém. O Milton Gonçalves.

E: Uhum.

P15: E aí quando começou a votação eu fui lá, a primeira, conversei com o meu... Com o juiz de direito que era meu professor de Moral e Cívica na época e falei com ele que eu não ia aceitar se eu ganhasse. Isso em qualquer situação. Porque eu não queria entrar já fazendo uma política, queria entrar para ajudar o município, você entende?

E: Uhum.

P15: Aí como nós combinamos tudo direitinho, aí quando acabou a votação, ele foi eleito por unanimidade, não teve um voto contrário. Então todos nós votamos nele, como todos ficaram surpresos, porque eu... Nem eu votei em mim. E eles acharam que eu ia querer ser a presidente da câmara. Então não fui, não aceitei cargo algum e nesse período começa também a remuneração de vereador, eu não aceitei, dei pro... o meu salário pro município, pra investir no município. Foi no final do mandato começou esse negócio aí de vereador receber.

E: Então a senhora nem recebia para exercer?

P15: Não quis.

E: A senhora queria mesmo era ajudar.

P15: E foi tão bonito porque, depois a gente já foi criando assim um laço de amizade tão grande que a gente já não fazia nada sem trocar ideia comigo, pedir ajuda. E o próprio prefeito, que era o meu tio, eu chamei ele num canto um dia lá na casa paroquial, a gente tava fazendo um evento e falei: “Nós precisamos de conversar. Não podemos ficar assim, o senhor é meu tio, tenho verdadeira paixão pelo senhor e eu não quero ficar assim”. Então expliquei toda a minha situação para ele, porque que eu estava ali e o quê que eu queria, qual era o meu propósito. Então dali pra frente foi, foi assim. Foi um caminhar junto. Todo mundo junto.

E: É.

P15: É. Tinha uns choques de vez em quando, tretava (risos).

E: [leitura do diploma que a entrevistada apresentou] “O juiz presidente da junta eleitoral dessa zona que apurou as eleições de 15 de novembro de 1972, nos termos da lei, resolve expedir a favor de Arlete Helena da Rocha este diploma de vereadora [percebe-se a letra “a” escrita à caneta no diploma] do município de Antônio Prado de Minas, votada na legenda da ARENA. Nesta eleição foi apurado um total de 672 votos e o diplomado recebeu 147 sufrágios. Provou sua quitação com o serviço militar.”

Olha, ainda tem essa questão do serviço militar, e a senhora não fazia [o serviço militar].

(risos)

P15: Para você ver!

E: Era o padrão do... da escrita né.

P15: Era, uhum (risos).

E: “Eugenópolis, 29 de novembro de 1972”. Que bacana, dona Arlete! Muito legal. Realmente, número muito expressivo de votos. E como que foi a campanha da senhora.

P15: Eu não fiz campanha (risos). Não fiz, eu nem... Me colocaram lá para ser vereadora. Quando viu que o candidato de prefeito deles era forte, que precisava, alguém precisava ser eleito, me colocaram lá dentro. Porque acho que foi isso. Com toda honestidade, mas quando eu entrei dentro da cabine pra votar que eu vi o chão lotado de papelzinho com meu nome, que o pai tinha feito uns papezinhos, eu tenho até uns guardados ali, aí eu falei: “Jesus! Ou eles

estão faturando os meus votos ou então isso tudo é meu, quê que é isso”, você entende? (risos). Aí eu estava no dia seguinte na sala de aula, dando aula, quando eu escutei uma barulhada de gente na rua. Aí, entraram pela escola adentro, foram lá, me pegaram e me trouxeram no colo pela rua afora porque eu tinha ganhado e nem eu sabia! (risos). E era votação, assim, de papel. Quer dizer, custava para poder fazer a legenda, aliás, o resultado final daquilo tudo né.

E: Sim. Que bacana. Então a senhora conciliou a atuação como vereadora com a atuação como professora.

P15: Isso. Aham.

E: Olha só, que bacana.

P15: É.

E: E a senhora era professora de qual disciplina?

P15: Assim, eu comecei nos primeiros anos, primário né? Aí depois eu peguei área primária-terciária que era uma matéria super boa que existia dentro do currículo que hoje não existe mais, peguei Ensino Religioso e Geografia.

E: Ah sim.

P15: Eu tinha Pedagogia, mas quer dizer, não tava dentro da minha área porque eu não tinha especia... Curso especializado para isso, né? Então eu fui pegando aquilo que dava mais um... Que tava mais relacionado à minha realidade e com... com os estudos né?

E: Sim, sim. Certo. E a senhora acredita que a sua atuação foi uma atuação pioneira, né? Foi a primeira mulher a ser eleita vereadora.

P15: Fui, é.

E: E com primeira vereadora, a senhora vê que antes da sua candidatura, a senhora já desenvolvia ali papéis aqui na comunidade, né?

P15: Isso, é isso. Assim, as festas que aqui ainda existiam era... Era a Maria Luiza, que mexia assim né, Heloísa e eu. Que a gente tomava a frente, ia pra essas roças pedindo prenda, para poder fazer as coisas do mês de maio né? Festa do mês de maio. E, carnaval era a mesma coisa junto com esse meu tio que foi meu prefeito contra mim (risos). E ele junto com a gente sempre tomando frente. Aí a... Carnaval sempre acontecia ali onde é hoje o Açaí. Sabe, ali tinha uma

barraca de sapê e é ali que a gente fazia. Então sempre foi assim. A gente se doava e gostava daquilo que fazia e fazia por amor no lugar da gente mesmo, sabe.

E: É, bacana. E esse pioneirismo, essa coisa de ser a primeira vereadora tem também os desafios né, como a senhora já comentou, umas dificuldades.

P15: É.

E: Eu gostaria que a senhora contasse um pouco sobre essa decisão de se candidatar e quais foram os principais desafios ou dificuldades que você enfrentou.

P15: Isso não partiu de mim, como eu falei, foi uma decisão que meu pai mais o José Levindo tomaram, de me apontar como candidata. Mas, eu não achei ruim não, como é que se diz, assim... A princípio, eu tive medo de enfrentar aquela Câmara cheia de homens e todos, cada um com seu pensamento negativo a meu respeito, né? De o quê que eu tava fazendo ali. Mas, mais tarde, depois assim, que eu conquistei a confiança deles, foi muito bom o trabalho, junto a gente pôde... Inclusive, aqui nunca tinha existido, acho que nunca mais existiu, a gente fez o... Trouxe aqui pra ficar na cidade durante 15 dias o Projeto Rondon, onde deu assistência. Inclusive o Dr. Jarbas veio para cá por causa desse Projeto Rondon, sabe. Por isso que ele se tornou conhecido aqui, ele veio junto. E vinha, veio pessoas de vários, vários estados, até do sul do Brasil tinha e... Era dentista, médico, professor de educação física, psicólogo. O médico e o dentista... Veterinário. O médico e o dentista, Nossa Senhora, nunca vi, era atendimento quase que 24 horas, de tanta gente que tinha necessidade deles. E era tudo ali na Escola Geraldo Rocha a assistência. Então isso, nós criamos um laço de amizade tão grande com eles que quando eles foram, tiveram que ir embora, é como se a gente tivesse perdido alguém de muito íntimo da nossa família. E eles nos ensinaram muita coisa que a gente fazia errado. Para a educação veio gente também, e deu muita oportunidade de gente recuperar a saúde, né? A saúde bucal e a do corpo também, foi muito bom. E a gente passou também a mostrar pra eles as nossas culturas, é... Eles queriam experimentar a tal de feijoada (risos) que não conheciam, sabe? Então a gente foi oferecendo para eles as nossas culturas, era rapadura, era pézinho de moleque, essas coisas que eles não conheciam também. E foi muito, mas muito valoroso mesmo esse período que eles passaram aqui, e dali para frente a gente foi dando continuidade na saúde assim, na educação, com aquilo que nós recebemos deles. E o Dr. Jarbas resolveu ficar por aqui, gostou tanto daqui que ficou por aqui (risos). Nesse período também foi criado o telefone que nem existia né, não tinha também transporte, mas não tinha nem como comunicar com as pessoas. Quando a gente queria comunicar com alguém a gente tinha que ir lá embaixo na estação no telégrafo. E assim

mesmo, deixava recado com o agente da estação para passar para a estação seguinte, para passar para os outros. Aí foi criado o telefone público e aqueles que tinham condição econômica adquiriam seu telefone próprio. Sabe, foram poucas pessoas na época, mas pelo menos já tinha como comunicar. A gente pedia socorro pra quem tinha, né (risos) e aí já foi melhorando. E o telefone público naquela época ficou também né, naquela casa ali onde hoje é o Açaí. E depois mais tarde fui morar lá e ajudei a tomar conta do telefone (risos).

E: A senhora se lembra se tinha algum jornal nessa época?

P15: Ah, acho que tinha, não lembro não. Só lembro no mandato do Luiz Carlos [irmão, que também se elegeu mais tarde como prefeito] que tinha o de Porciúncula. Mas antes acho que não tinha não.

E: É, eu cheguei à pesquisa e vi que tem um, tinha um em Eugénópolis, chamava “O Labor”, mas da década de 50, não vi se tem, se ele chegou a rodar ainda na década de 60.

P15: Não, esse eu não lembro não.

P15: A televisão, surgiu nesse período também e era, só tinha televisão quem tinha dinheiro para comprar. Aí esse meu tio Orestes comprou e colocou ali onde é o Camarote, ele tinha um bar ali, e deixava lá para o povo todo ver né? Como tem hoje na praça, né? Ele tinha dentro do bar dele. E eram poucas pessoas que tinham. Então começou a chegar as notícias assim, pela televisão, né? Que hoje é comum. Agora passava no trem, que esse trem passava de baixo para cima, gente vendendo jornal, revistas. Isso sim, mas local, não.

E: As revistas então chegavam aqui.

P15: Revistas, nem se lembra direito o nome das revistas, mas a gente ia lá esperar o trem para poder comprar do jornaleiro.

E: Ah, que legal. Revista, Almanaque?

P15: Revista, jornal, almanaque, essas coisas assim.

E: Bacana.

P15: É.

E: E uma eleição a gente vê que demanda muito trabalho, né? A senhora falou que teve que ter muita ajuda do seu pai, da sua família. E para fazer essa campanha, a senhora falou que nem chegou a fazer campanha, né?

P15: É, não fiz não.

E: Quais as estratégias que vocês fizeram para essa eleição, a base de apoio foi da sua família, mas foi também das pessoas que já conheciam ali a atuação de vocês?

P15: Eu acho que foi só assim porque meu pai tinha comércio, então ele era muito conhecido nessa zona rural, aí as pessoas iam influenciados pelo que conheciam do meu pai, confiaram nele e votaram em mim.

E: Uhum.

P15: Eu não fui na casa de ninguém, pedir voto, isso não foi. Sabe, então eu não...

E: A senhora ia mais por atividades da igreja né.

P15: Isso.

E: Quando era necessário pedir um alimento, uma doação.

P15: Ah é, aí sim. Agora para pedir voto, em igreja não. Mas na igreja o que eu pude fazer eu fiz também.

E: E os cargos políticos normalmente eles eram destinados aos homens, né?

P15: Isso.

E: Igual a senhora falou que tinha medo de chegar lá e essa câmara cheia de homens, pensamento muito conservador.

P15: Isso.

E: A senhora acredita que a sua atuação aproximou as mulheres também da política, das decisões do município ou não?

P15: Eu acredito que não, porque se depois de mim demorou tanto tempo para ter uma candidata... Aliás, tinha, todas as eleições quase que tinha, mas não elegia, não tinha como ser eleita. Eu não sei se mudou muito não.

E: Mas as mulheres chegavam até a senhora para falar sobre.

P15: Ah, chegavam. Chegavam sim, e... Porque tinha aquela intimidade que às vezes não tinha com os homens não, com vereador homem para poder falar das, do... como é que fala, do seu

dia, né? E aí era bom, porque eu já tinha um grande acesso com o prefeito também e eu passava para ele as necessidades delas.

E: E a senhora se lembra quais era as necessidades que normalmente elas falavam?

P15: Era, assim, na maioria das vezes era alimentação, né, porque faltava e ninguém tinha uma Bolsa Família. Alimentação era quase que a que mais exigia. Remédio, também, sabe? E habitação, sabe? Isso sempre perturbou muito a vida de todo mundo. Nós chegamos até a construir casas públicas, pra deixar as pessoas morarem. Foram poucas, acho que duas ou três, eu lembro de algumas. E o tempo que fosse necessário, não cobrava aluguel mas também eles não eram proprietários, mas também não pagavam aluguel. Tinha uma lá perto da estação, coladinho, perto daquele busto de Antônio Prado. Até a Eva, mãe da Eva morou por ali, aquela da Orminda que desmancharam. Também, assim e a busca de trabalho que também muita gente queria né e aqui não tinha onde trabalhar.

E: Sim.

P15: Entendeu? Tinham poucas possibilidades de trabalho.

E: E quais a senhora considera que foram os momentos mais marcantes assim de quando a senhora era vereadora, que te marcaram, que a senhora ainda lembra.

P15: Esse, esse dia que eles foram me buscar lá na escola, isso ficou marcado. Me trouxeram ali para frente do antigo Correio. Depois eles me levaram lá para fazenda do José Levindo, onde foi 2, 3 dias de comemoração (risos). Isso ficou marcado e comida! Muita comida, muita coisa, a gente só vinha em casa para dormir, depois voltava para lá de novo. E eu, mas assim, foi uma comemoração dividida, porque eu via meu prefeito que era o José Mário na época tinha perdido e eu pensava assim: “Gente, né, vou comemorar uma vitória e ele uma derrota”, era dividido. Esse Projeto Rondon ficou marcado na minha cabeça porque foram laços de amizade que a gente criou com pessoas diferentes, com culturas diferentes, sabe? Foi muito bom. E enfim, todos... todos os eventos que a prefeitura promoveu quando tava lá na direção da prefeitura para promover, a gente chegava sempre junto, sabe? Todo mundo juntinho, e dividindo ideias e responsabilidades. Isso ficou muito marcado. E a surpresa que eu causei neles quando eu rejeitei meu salário e quando eu não aceitei o cargo de presidente da câmara e aquilo me deixou muito bem (risos). Por eu ter feito aquilo, sabe?

E: E a senhora acha que era muito difícil ser uma vereadora mulher ali na câmara só de homens?

P15: (suspiro) Ai, era. Mas é igual eu te falei, depois, minha filha, eles não sabiam praticamente... e eu com estudo, né?

E: Sim.

P15: Ali tinha gente analfabeto mesmo, não sabia muito mal assinar o nome, meus companheiros políticos. E aí quando chegavam aquelas leis, aquelas coisas para ser resolvidas, é atrás de mim que eles vinham e eu sentia o prazer de poder ajudar. E quando eu não sabia eu procurava alguém, meu professor (risos), eu ia atrás dele, para poder passar para eles. E foi assim a nossa convivência, não teve inimizade, nós criamos laços de amizade uns com os outros e respeitando uns aos outros, sabe? Graças a Deus. Tinha assim, igual eu falei, o Seu Jair, que era um pouquinho encrencado, que gostava da ideia contrária, mas no fundo a gente conseguia conciliar tudo (risos). Da Heloísa do Expedito ali, era assim! (risos).

E: É interessante, porque olhando assim para a história de Antônio Prado, a gente percebe que é desde a fundação aí dos terrenos aqui, da doação dos terrenos é a Dona Carlota, aí se desenvolve a igreja, se desenvolve a estação ali...

P15: Aqui onde é essa casa passava o trem.

E: Isso, aqui passava o trem.

P15: Exatamente aqui.

E: E aí depois a atuação da senhora como vereadora, então a gente tem presença de mulheres aqui no desenvolvimento da cidade, mesmo que muitas vezes os homens tomem a frente, né?

P15: É, verdade.

E: Eles tem os cargos, mas as mulheres estão atuando de alguma forma.

P15: Isso, atuando. E eles passaram a me entender e a perceber que eram sempre boa, boas as nossas ideias, porque completava a deles também. Não tínhamos direito de falar, depois passamos a ter (risos).

E: Que bom!

P15: (risos) É, né?

E: Tem mais alguma coisa que a senhora gostaria de contar, algo que marcou a senhora.

P15: Que marcou foi a despedida. Foi tão triste ver, depois de todos aqueles anos, né? Juntos e ter que sair. Meu pai queria que eu tentasse a reeleição e eu não quis e na época também não sei se ia ser aprovado. Mas só que, é... com a saída, você sabe que nem meu marido veio votar em mim, né? [o marido chegou na sala]

Imagina, mas para mim a saída, a tristeza da despedida deu alegria porque naquele mesmo ano eu tava me casando com ele (risos). Entende? Aí eu... Nós casamos em 76, né Orlindo? É, eu fiquei de 73 a 76, ele nunca ia aceitar uma mulher vereadora, então foi bom que já tinha acabado meu mandato (risos). É, porque muito machismo (risos).

[O marido fala: “Se não ganhava um real, para quê ser vereadora? Trabalhando e não ganhando nada, então para quê ser vereadora?”].

P15: Ah, mas isso que é o bonito, trabalhar porque ama aquilo que faz.

E: E a senhora depois nunca mais quis se candidatar, se envolver?

P15: Não, já me chamaram várias vezes, não quis não. Eu fui, como é que se diz assim, “no susto” (risos). Mas gostei, eu fiquei feliz sim. Foi bom a experiência, ganhei experiência e confiança né? Porque a gente quer conquistar as pessoas, então tem que entrar mas deixar sua imagem já também pronta, né? Porque senão, vai desmascarar nas outras que podem querer chegar.

E: E outras mulheres que tentaram se candidatar depois chegaram a conversar com a senhora, em algum momento?

P15: Não, ninguém não... não tenho nenhuma lembrança disso não.

E: Candidatura para prefeita acho que foi só a da...

P15: Gislene!

E: Gislene, isso mesmo.

P15: Dra. Gislene, que eu me lembro, é.

E: E agora recente a Gil, depois a Marinete, que se elegeram também.

P15:É, aham. É, acho que agora estão aprendendo a gostar (risos).

E: Que bom!

P15: É, isso é bom.

E: Então é isso, dona Arlete. Muito obrigada.

P15: Por nada.

Anexo 3: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para entrevistas de 2018

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo. Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá retirar seu consentimento e desistir de participar a qualquer momento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada: Projeto Memórias Religiosas. Este trabalho é realizado para desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso do estudante Naiara Raimundo Morais, vinculado ao curso de Licenciatura em História pela Faculdade Santa Marcelina – Muriaé, Minas Gerais, Brasil. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão ¹as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Para participar, o senhor será entrevistado sobre o que guarda na memória ou em documentos e que esclarece sobre as suas memórias religiosas e sociais da Igreja Católica em Antônio Prado de Minas. Queremos ouvir as histórias e lembranças que o Sr.(a) possui ou de histórias que seus bisavós, avós, pais e amigos lhe contaram. Para que o Sr.(a) e a família do Sr.(a) tenha segurança nas informações prestadas elas serão lidas após o término da entrevista para o Sr.(a), e um de seus familiares e após a leitura é que o Sr.(a) irá decidir se autoriza o uso dos depoimentos e documentos do senhor (a) no relatório final da pesquisa. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Esta entrevista terá um prazo estimado em até 1 (uma) hora de duração. O material com as suas informações (gravações, entrevistas) ficará guardado em local seguro até que seja encontrada instituição pública que possa guardar seus depoimentos, que são um patrimônio cultural de seu povo. A divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará os resultados obtidos como um todo. Se as perguntas da entrevista causarem algum desconforto, o Sr (a) não é obrigado a responder.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr. (a) tem assegurado o direito à indenização. Para assegurar que os valores éticos sejam garantidos respeitaremos a dignidade, a liberdade e a autonomia dos entrevistados, considerando todos os dispositivos legais nacionais e internacionais fundamentados para garantir a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Nessa medida, em nosso processo investigativo garantiremos a autonomia do entrevistado com vistas a não maleficência, beneficência, justiça e equidade aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado. Contudo, ao final esperamos apresentar para a comunidade, os resultados da pesquisa. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais.

Eu, _____,
residente

_____,
fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “Projeto Memórias Religiosas” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

_____ de _____ de 20__.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Pesquisador responsável: Naiara Raimundo Moraes.

E-mail: naiararaimundomoraes@gmail.com

Anexo 4: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para entrevista de 2023.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo. Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá retirar seu consentimento e desistir de participar a qualquer momento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

A Sra. está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa intitulada: “Liberdade, ainda que tardia: mulheres, cultura e representação frente a emancipação político-administrativa de Antônio Prado de Minas (1963-1973)”. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos. Queremos ouvir as histórias e lembranças que a Sra. possui ou de histórias que seus bisavós, avós, pais e amigos lhe contaram. Para que a Sra. e a família do Sra tenham segurança nas informações prestadas elas serão lidas após o término da entrevista para a Sra, e um de seus familiares e após a leitura é que o Sra. irá decidir se autoriza o uso dos depoimentos e documentos da senhora no relatório final da pesquisa. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Esta entrevista terá um prazo estimado em até 1 (uma) hora de duração. O material com as suas informações (gravações, entrevistas) ficará guardado em local seguro até que seja encontrada instituição pública que possa guardar seus depoimentos, que são um patrimônio cultural de seu povo. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará os resultados obtidos como um todo. Se as perguntas da entrevista causarem algum desconforto, a Sra. não é obrigada a responder.

Para participar deste estudo a Sra. não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, a Sra. tem assegurado o direito à indenização. Para assegurar que os valores éticos sejam garantidos respeitaremos a dignidade, a liberdade e a autonomia dos entrevistados, considerando todos os dispositivos legais nacionais e internacionais fundamentados para garantir a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Nessa medida, em nosso processo investigativo garantiremos a autonomia do entrevistado com vistas a não maleficência, beneficência, justiça e equidade aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao

Estado. Contudo, ao final esperamos apresentar para a comunidade, os resultados da pesquisa. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais.

Eu, _____,
residente

_____ ,
fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “Agora podemos falar”: mulheres, cultura e representação frente à emancipação político-administrativa de Antônio Prado de Minas (1963-1973)” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

_____ de _____ de 20__.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Pesquisador responsável: Naiara Raimundo Moraes.

E-mail: naiararaimundomoraes@gmail.com